

UNIVERSIDADE DE UBERABA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DULCEANA PEREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA O PROLER EM UBERABA:  
AÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL (1997 – 2014)**

Uberaba  
2015

DULCEANA PEREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA O PROLER EM UBERABA:  
AÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL (1997-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba – UNIUBE, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho.

Uberaba

2015

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

P414p Pereira, Dulceana.  
Políticas públicas de leitura o PROLER em Uberaba: ações para a participação da pessoa com deficiência visual (1997-2014) / Dulceana Pereira. – Uberaba, 2015.  
150 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2015.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Beatriz de O. Bar de Carvalho.

1. Políticas públicas. 2. Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Brasil). 3. Deficientes visuais. I. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 320.6

Dulceana Pereira

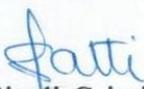
**POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA O PROLER EM UBERABA: AÇÕES  
PARA A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL (1997 – 2014)**

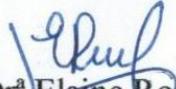
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 07/04/2015

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho (Orientadora)  
Universidade de Uberaba - UNIUBE

  
Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Giseli Cristina do Vale Gatti  
Universidade de Uberaba - UNIUBE

  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Elaine Rodrigues  
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Dedico este trabalho aos meus filhos Maria Luísa, minha pequena companheira de todas as horas e ao Gabriel que me acompanhou, do meu ventre, esperando o momento certo para vir ao mundo.

## **Agradecimento**

À minha família, em especial, meu pai, minha filha e meu marido pela torcida e apoio nos momentos de desespero.

À minha orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dra. Luciana Beatriz Bar de Carvalho, sem a qual seria impossível a realização deste trabalho. Obrigada por apontar os caminhos, pela disponibilidade e presteza, pelo incentivo e por compartilhar todos os momentos desse percurso no Mestrado.

À Capes, pela bolsa concedida, sem a qual não teria condição de realizar meus estudos.

À professora e coordenadora do mestrado Vânia Maria de Oliveira Vieira pelo apoio e confiança, pessoa humana, generosa e sensata, o meu muito obrigada.

A todos do Mestrado que participaram e colaboraram na construção deste trabalho.

À banca da qualificação, pelas contribuições relevantes, que apontaram caminhos para o amadurecimento intelectual da pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho, que souberam entender minhas falhas e ausências durante o mestrado.

*“Crianças são como borboletas ao vento... algumas voam rápido... algumas voam pausadamente... mas todas voam do seu melhor jeito. Cada uma é diferente, cada uma é linda e cada uma é especial”.*

*Alexandre Lemos (APAE)*

## Resumo

Esta dissertação teve sua pesquisa desenvolvida através da pesquisa documental e bibliográfica intitulada “**Políticas Públicas de Leitura o PROLER em Uberaba: ações para a participação da pessoa com Deficiência Visual (1997-2014)**”; foi desenvolvida na linha pesquisa de Processos Educacionais e seus Fundamentos.

A proposta da nossa pesquisa foi avaliar o impacto das Políticas de fomento à leitura, o PROLER (Programa Nacional de Incentivo à Leitura) e a inclusão de alunos com deficiência visual nas Unidades de Ensino do Município de Uberaba. Entendemos que a compreensão da Inclusão precisa ser abordada como política pública, devendo nortear a construção/compreensão histórica dos seus avanços e entraves. Outro aspecto relevante sobre o tema é a necessidade de maiores estudos para que a população, os gestores e demais órgãos públicos, respeitem as diferenças e compreendam as reais necessidades da pessoa com deficiência, garantindo sua autonomia nos diversos espaços da sociedade. PROLER é um Programa de Incentivo à Leitura vinculado ao MinC, instituído em 1992, por meio do Decreto presidencial nº 519 e assinado pelo então presidente da República. Nosso objetivo é identificar nos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades de Ensino do Município de Uberaba/MG, se há projetos relacionados com o PROLER e como se dá a participação da pessoa com deficiência visual nestas ações de incentivo à leitura.

Para compor o trabalho foram selecionadas 35 (trinta e cinco) dissertações e teses que contemplam os temas: deficiência visual e PROLER, nos anos de 2001 a 2013; legislações sobre educação Especial e ainda jornais, panfletos e coleções diversas de ambos os temas.

No que se refere ao nosso referencial teórico utilizamos Jambeiro (2006); Libâneo (2001); Mazzota (1996); Sasaki (1997); Vasconcellos (2000); Mantoan (1997).

Como resultados parciais, encontramos ações isoladas, ora sobre a inclusão por meio das tecnologias para o deficiente visual, ora sobre práticas de leitura por meio de experiências exitosas em pontos isolados do território brasileiro. Considerando nosso lócus de pesquisa, não foi diferente. O documento pesquisado mostrou ações de leitura, sem a participação direta das ações do comitê Vale do Rio Grande, o qual Uberaba sedia.

**Palavras chaves:** Políticas Públicas; Proler; Deficiência Visual; Projeto Político Pedagógico.

## ABSTRACT

This dissertation had its research developed through both documental either bibliographical research, entitled “Public Policies of Reading the PROLER in Uberaba: actions for participation of person with Visual Deficiency (1997-2014), it was developed into the line research Educational Process and their Foundations.

The purpose of our research was to evaluate the impact of Policies of incentive to reading, the PROLER (National Program of Reading Incentive) and inclusion of students with visual deficiency into Teaching Unities of Uberaba Municipality. We understand that comprehension of inclusion needs to be approached like public policy; it should appoint historical construction/comprehension of their advances and obstacles. Another important aspect about theme is the necessity of greater studies for population, managers and other public departments, may respect differences and comprehend the real needs of person with deficiency, granting his/her autonomy into several places of society. PROLER is a Program of Incentive to Reading linked to Culture Ministry, instituted in 1992, through Presidential Act number 519 and assigned by the Republic President in that time. Our objective is to identify in the Political Pedagogical Projects of Teaching Unities of Uberaba Municipality/MG, if there is projects related to PROLER and how it is possible participation of person with visual deficiency in those actions of reading incentive.

In order to compose this work 35 (thirty-five) dissertations and thesis were selected, which contemplate themes: visual deficiency and PROLER, in the years from 2001 to 2013; legislation about Especial Education and still magazines, pamphlets, several collections about both themes.

In relation to our theoretical reference, we have made use of Jambeiro (2006); Libâneo (2001); Mazzota (1996); Sasaki (1997); Vasconcellos (2000); Mantoan (1997).

Like partial results, we have found isolated actions, both about inclusion by using technologies for visual deficient, either about reading practices by using successful experiences in isolated points of Brazilian territory. Considering that our research locus was not different, document researched have shown that reading, without direct participation of actions of committee Vale do Rio Grande, whose Uberaba is the headquarter.

**Keywords:** Public Policies; PROLER; Visual Deficiency; Political Pedagogical Project.

## **Lista de figuras**

FIGURA 1 – Define transversalidade da Educação Especial.....	42
FIGURA 2 – Reglete de mesa .....	60
FIGURA 3 – Punção Braile.....	60
FIGURA 4 – Máquina Braile .....	61
FIGURA 5 – Impressora Braile .....	61
FIGURA 6 – Alfabeto Braile .....	61

## Lista de quadros

QUADRO 1 – Classificação da perda da visão (OMS) / Escala Optométrica Decimal da Snellen .....	51
QUADRO 2 – População residente por deficiência .....	52
QUADRO 3 – Municípios Polo que sediam o PROLER. ....	68
QUADRO 4 – Relação do número de alunos por atendimento nos anos 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 .....	83
QUADRO 5 – Atendimento por modalidade de ensino .....	91
QUADRO 6 – Comparativo de Atendimentos por Seção. ....	92
QUADRO 7 – Objetivos e ações desenvolvidas pela Biblioteca Municipal de Uberaba no ano de 2013 .....	93
QUADRO 8 – Unidades Municipais de Ensino pesquisadas. ....	103
QUADRO 9 – Levantamento das pesquisas encontradas .....	116
QUADRO 10 – Relação das Dissertações sobre Deficiência Visual. ....	117
QUADRO 11 – Relação das Dissertações sobre PROLER .....	120
QUADRO 12 – Relação das Teses sobre Deficiência Visual .....	121
QUADRO 13 – Relação das Teses sobre PROLER .....	122

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBB – Comissão Brasileira do Braille  
CEE – Conselho Estadual de Educação  
CENESP – Centro Nacional de Educação Especial  
DIED – Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade  
FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais  
FBN – Fundação Biblioteca Nacional  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FNLJ – Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.  
IES – Instituição de Ensino Superior  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira  
INL – Instituto Nacional do Livro  
MEC – Ministério da Educação  
Minc – Ministério da Cultura  
OBEDUC – Observatório da Educação  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura  
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão  
SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
SRE – Superintendência Regional de Ensino  
TA – Tecnologias Assistivas  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNIUBE – Universidade de Uberaba  
USP – Universidade de São Paulo

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>23</b>
<b>1.1 MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>34</b>
<b>1.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: CEGUEIRA E BAIXA VISÃO .....</b>	<b>49</b>
<b>1.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: PRINCIPAIS RECURSOS.....</b>	<b>54</b>
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>64</b>
<b>2.1 CONTEXTO HISTÓRICO/ABRANGÊNCIA NACIONAL DO PROGRAMA DE LEITURA .....</b>	<b>70</b>
<b>2.2 CONTEXTUALIZANDO O PROLER NO MUNICÍPIO DE UBERABA-MG (1997-2014) .....</b>	<b>74</b>
<b>2.3 MARCOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO E PROGRAMAS DE INCENTIVO À LEITURA NO MUNICÍPIO .....</b>	<b>80</b>
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>99</b>
<b>3.1 A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS ATIVIDADES DE LEITURA: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE UBERABA .....</b>	<b>113</b>
<b>3.2 – REVISITANDO O ESTADO DA ARTE DO PROLER E A PARTICIPAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS .....</b>	<b>116</b>
<b>CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....</b>	<b>125</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>137</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte de um projeto maior intitulado: “As Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: uma (re) leitura do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e suas implicações no IDEB no Município de Uberaba – MG”. O projeto é uma proposta de investigação sobre o PROLER, sua implantação e ações em Uberaba e região.

Por fazer parte do grupo de pesquisa OBEDUC, financiado pela Capes, e motivada pela minha prática e campo de estudo há 14 anos aproximadamente, minha contribuição foi a elaboração e a pesquisa a respeito da participação da pessoa com deficiência visual nas ações do PROLER no Município de Uberaba. Reconhecendo que mesmo com os avanços gradativos que a sociedade vem alcançando ainda há muito que se contribuir, na tentativa de valorizar e oportunizar a real participação de um grupo de pessoas, que por longos anos ficou à margem de nossa sociedade.

A proposta da nossa pesquisa foi avaliar o impacto das Políticas de fomento à leitura, o PROLER (Programa Nacional de Incentivo à Leitura) e a inclusão de alunos com deficiência visual nas Unidades de Ensino do Município de Uberaba. Entendemos que a compreensão da Inclusão precisa ser abordada como política pública, devendo nortear a construção/compreensão histórica dos seus avanços e entraves.

Outro aspecto relevante sobre o tema é a necessidade de maiores estudos para que a população, os gestores e demais órgãos públicos respeitem as diferenças e compreendam as reais necessidades da pessoa com deficiência, garantindo sua autonomia nos diversos espaços da sociedade, distanciando-se cada vez mais dos “pré-julgamentos” sobre sua capacidade, e do assistencialismo ainda muito presente nas ações que envolvem o trabalho com a pessoa com deficiência.

Por se tratar de uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental, iniciamos com um levantamento de dados no banco de teses da Capes e Instituições de Ensino Superior (IES) utilizando palavras-chaves: Políticas Públicas, PROLER, Inclusão e Deficiência Visual, a fim de verificarmos a contribuição de outros pesquisadores sobre a proposta do presente estudo.

Pesquisamos também nos seguintes sites: MinC (Ministério da Cultura), MEC (Ministério da Educação), Casa da Leitura – Fundação Biblioteca Nacional e Domínio Público. Mediante o escasso material encontrado, resolvemos ampliar as nossas buscas, tratando de cada palavra-chave em separado na tentativa de coletarmos um maior número de pesquisas.

As nossas fontes foram organizadas assim: Apostilas, Jornais do PROLER, os Artigos, Monografias, Dissertações e Teses, subdivididas em Inclusão, Deficiência Visual, Tecnologias, Leitura e PROLER e ainda as Legislações sobre Inclusão.

Iniciamos uma leitura prévia dos resumos, mas percebemos que teríamos que fazer um estudo detalhado das dissertações e teses encontradas. Dentre as nossas análises, identificamos um número elevado de ações de leitura, que não necessariamente citam o PROLER e sobre a participação efetiva do deficiente visual, não identificamos relação direta com os programas de leitura.

Identificamos alguns estudos na área das Tecnologias Assistivas - TA, buscando a participação efetiva do deficiente visual bem como seu acesso à leitura e escrita de forma ampla. Entendemos que a Tecnologia Assistiva envolve saberes e práticas, que promovem autonomia e independência da pessoa cega ou com baixa visão. Segundo BERSCH:

Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH & TONOLLI, 2006, s/p).

Fato que nos motiva a estudar também sobre o Braille, sistema de leitura e escrita tátil, inventado por Louis Braille:

É o processo de escrita em relevo mais adotado em todo mundo e se aplica não só a representação dos símbolos literais, mas também à dos matemáticos, químicos, fonéticos, informáticos, musicais etc. (Apostila Braille – Introdução ao Sistema Braille, 2002 p. 07).

Ainda sobre os estudos relacionados à deficiência visual, a área da saúde ganhou destaque, bem como a educação, esta delimitada para o entendimento, preparo e a aceitação do Deficiente Visual (DV) no ambiente escolar.

Do levantamento de fontes realizado, selecionamos 35 (trinta e cinco) dissertações e teses que contemplaram os temas: deficiência visual e PROLER. Nesta seleção constatamos que apenas 1 (uma) tese abordou ambos os temas. Procuramos dentre as pesquisas, selecionar as mais atuais, pois entendemos que haveria uma maior uniformidade na concepção atual de inclusão.

Então todas as nossas pesquisas coletadas datam do período subsequente ao ano de 1994, período considerado um marco na história da Inclusão no país, pois coincide com a data

da Declaração de Salamanca, documento que o país é signatário. Nosso recorte data do ano 1997 a 2014, ano que o município de Uberaba fez a adesão ao Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER.

Das dezesseis dissertações analisadas sobre a pessoa com deficiência visual, finalizadas do ano 2005 a 2013, dez apresentaram maior preocupação na participação do DV no ambiente escolar, e seis discutem temas com maior amplitude, o que a princípio definimos como tema geral e mais abrangente.

Com relação às dez dissertações elencadas com o tema central do PROLER, apenas três se limitaram a pesquisar com foco na educação diretamente, ao passo que as demais (sete) versaram numa perspectiva mais abrangente, numa abordagem mais social e cultural.

Sobre os trabalhos pesquisados, coletamos para estudo e análise três teses com tema central sobre o Proler e seis sobre a pessoa com deficiência visual. As teses relacionadas com a pessoa com DV tiveram, em maior número, uma abordagem voltada para a área da saúde.

Separando por assuntos então encontramos: **Inclusão**, foram 6 Dissertações, 2 monografias e 62 artigos; **Deficiência Visual**, foram 5 Teses, 13 Dissertações, 2 Monografias e 29 Artigos; **Leitura**, foram 7 Teses, 10 Dissertações, 2 Monografias e 37 Artigos; **Proler**, foram 3 Teses, 3 Dissertações, 1 Monografia e 6 Artigos; **Tecnologia**, foram 0 Teses, 0 Dissertações, 1 Monografia e 8 Artigos.

Nossa pesquisa também teve a contribuição das coleções elaboradas pelo MEC – Ministério da Educação, que são enviadas a todas as escolas públicas do território Nacional. A saber: “Saberes e Práticas de Inclusão”; “Atendimento Educacional Especializado”; entre outras. Nestas coleções constam as diretrizes e as concepções sobre o trabalho a ser desenvolvido com o escolar nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino.

Iniciamos também nossa pesquisa *in loco* na Biblioteca Pública Municipal e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e, mais uma vez, percebemos poucos registros e em muitos, ainda sem o devido rigor científico. Foi possível iniciar uma coleta de materiais como folders, panfletos e algumas publicações nos jornais locais. Segundo Lakatos, a pesquisa documental é “fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (LAKATOS, 2003, p. 174).

Para Cellard (2008, p.296), conceituar um documento não é tarefa fácil:

Definir o documento representa em si um desafio. Recuperar a palavra “documento” é uma maneira de analisar o conceito e então pensarmos numa definição: 1. Declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado; 2. Qualquer objeto que comprove, elucide, prove ou registre um fato, acontecimento; 3. Arquivo de

dados gerado por processadores de texto (HOUAISS, 2008: 260 apud Cellard (2008).

Phillips (1974, p.187) dá sua contribuição para o estudo, considerando que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

Cellard (2008), ao privilegiar uma abordagem mais globalizante, amplia consubstancialmente o conceito de documento:

Tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’. E mais: pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. (CELLARD, 2008, p. 296 - 297).

Appolinário (2009) amplia a definição de documento descrevendo como:

Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros. APPOLINÁRIO (2009 p. 67).

Entendemos que a pesquisa documental corresponde a uma modalidade de estudo/pesquisa na qual se utiliza uma gama de fontes: relatos, imagens, vídeos, filmes, panfletos, jornais, cartas, diários, relatórios, entre outros.

A pesquisa documental corresponde a uma modalidade de estudo que utiliza fonte ampla de documentos considerados primários ou matérias primas, ou seja, documentos que não passaram por um tratamento analítico. (SEVERINO, 2007 s/p).

Trocamos informações, ainda que informais, com a coordenadora do PROLER Vale do Rio Grande, a senhora Tânia Cristina Fígaro Ulhôa, e, assim, além dos documentos que relatam a gênese do PROLER, foi possível compreender algumas ações do Proler no município que ainda não foram registradas.

Dentro da nossa proposta, analisamos os 10 Projetos Político Pedagógicos de Unidades Municipais de Ensino Fundamental, na tentativa de identificar projetos de leitura

em consonância com o PROLER que obviamente descrevam ações de participação efetiva do deficiente visual.

O referido documento foi reestruturado, posto que precisaria estar de acordo com o Plano de Gestão da Secretaria Municipal de Educação acompanhando a nova filosofia: “Escola do Caminho: Vereda que Ensina, Humaniza e Transforma”<sup>1</sup>.

Assim, coletamos por amostragem o Projeto Político Pedagógico - PPP de nove (9) Unidades Municipais de Ensino. O primeiro critério de escolha foi o resultado do IDEB desse ano. Foram selecionadas cinco (5) escolas que alcançaram melhor desempenho e as cinco (4) que tiveram o pior desempenho, tomando como parâmetro somente as escolas desse grupo, não necessariamente foi feito um estudo sobre os avanços de cada uma nas últimas avaliações, no qual precisaríamos analisar a variável de crescimento de cada uma.

Procuramos contemplar no critério escolas Urbanas e Rurais, bem como o número de alunos de cada escola. Não iremos analisar as características de cada escola, fazendo o cruzamento dos dados. O critério estabelecido foi somente para dar imparcialidade, já que a autora trabalha diretamente na orientação das Unidades Escolares, o que facilita o acesso com as mesmas. Precisávamos ainda que a escola escolhida tivesse alunos com deficiência visual.

Os nomes das escolas não foram divulgados, verificamos somente se há projetos que contemplem ações do PROLER, bem como participação dos alunos com deficiência visual.

O Plano de Gestão da Prefeitura Municipal de Uberaba, elaborado para a Gestão 2014 - 2016, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, dividiu suas ações em cinco (5) grandes Programas e cada Programa foi explanado em subprogramas, projetos e ações educativas. Foi no ano de 2014, com a nova gestão municipal, que ações que visavam à melhoria da educação, do acesso e da permanência dos educandos na escola foram reorganizadas pela equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, ficando o PROLER e o Seminário de Educação Inclusiva<sup>2</sup> assim organizados: o PROLER está no Programa 2 – Formação Continuada, no Subprograma 2.2 – Eventos e atualização, juntamente

---

1 O lema deixa explicitado o significado da qualidade de educação que a Rede Municipal de Ensino de Uberaba pretende atingir, qual seja: além de se comprometer com o desempenho cognitivo do aluno, a educação deverá dedicar-se à formação integral do ser humano para que ele possa, a partir dos conhecimentos construídos, intervir e transformar, numa lógica ética e responsável, a realidade em que vive.

2 Seminário de Educação Inclusiva – Direito à Diversidade é um Programa do Ministério de Educação com a proposta de promover momentos de reflexão e discussão para que todos os envolvidos no processo de inclusão educacional e social percebam a educação especial como modalidade de educação que perpassa todos os níveis de ensino. (Nota da autora).

com o Seminário de Educação Inclusiva, que tem como objetivo apoiar a formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. No decorrer da pesquisa ambos serão mais bem explicados.

Mais do que conhecer as influências que determinaram, ou simplesmente impulsionaram a criação de um programa de leitura que perdura até os dias atuais, é importante reconhecer e analisar como são realizadas as suas ações aqui em nossa região do Triângulo Mineiro, no município de Uberaba.

Algumas estratégias para a coleta dos dados se fizeram necessárias, dentre elas a revisão da literatura, o que envolveu livros, jornais e os trabalhos acadêmicos anteriormente elencados, análise documental, que envolveu legislações e documentos. Para que pudéssemos fazer uma revisão que nos orientasse no recorte da pesquisa que seria, além de conhecer e identificar se há ou não a participação da pessoa com deficiência visual, propor estratégias de apoio as unidades escolares. É importante esclarecer que mesmo a temática da nossa pesquisa sendo sobre DV, a inclusão de maneira geral é o assunto que norteia toda a proposta.

Instigada pela curiosidade e pela aquisição dos saberes sobre a influência dos livros e da leitura na educação básica, delimitamos o estudo do Programa entre os anos de 1997-2014, por entendermos que a longa duração do Programa carece de um olhar abrangente e que possibilite a compreensão de sua trajetória e permanência, e por ser em 1997 o ano em que o Município de Uberaba fez a adesão ao Programa Nacional de Incentivo à Leitura.

O estudo abordou as concepções metodológicas que norteiam sobre a construção histórica do Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER e a abordagem de assuntos relacionados à Inclusão Escolar no município de Uberaba, que buscamos identificar nos Projetos Político Pedagógicos das escolas ações de fomento à leitura.

Abordamos a criação do Programa Nacional de Incentivo à Leitura, sua implantação em 1992 no cenário nacional e o movimento de incentivo para sua implementação em Uberaba.

Como fontes de pesquisa, utilizamos ainda: relatórios do evento desde a formação do Comitê Regional do PROLER, os documentos assinados entre a Biblioteca Nacional, Prefeitura Municipal de Educação de Uberaba, os arquivos da Biblioteca Pública de Uberaba e na Secretaria Municipal de Educação do município: os panfletos e a relação das oficinas ministradas e seus temas, o público participante, as ações desenvolvidas pelo comitê, quem são os parceiros e os apoiadores do evento regional, que se realiza anualmente.

Identificamos se há ou não a participação das crianças e jovens com deficiência visual

nas ações desenvolvidas tanto nos encontros regionais como nas escolas municipais, buscando uma articulação entre as propostas do PROLER e a Proposta Pedagógica das Unidades Municipais de Ensino.

Num contexto mais amplo entendemos que a leitura no Brasil sempre foi para uma minoria, denominada “elite<sup>3</sup>”, e, em sua história, percebemos a grande necessidade de democratizar a leitura por meio de políticas de acesso. Nessa perspectiva, Jambeyro (2006) destaca que:

Apesar de ser colocada como prioridade na legislação e em programas sociais, a educação no Brasil precisa superar antigos obstáculos, que têm origem nos mesmos fatores econômicos, sociais e políticos que causam nossa profunda desigualdade social. A Constituição Federal tem como a cidadania e a dignidade da pessoa humana, e coloca como objetivos fundamentais da União o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos. Para que esses objetivos sejam efetivamente alcançados, sabe-se que antes de tudo é preciso oferecer educação de qualidade à população. A Educação se coloca, pois, como o maior desafio para que o Brasil consiga atingir os objetivos constitucionais. E o hábito da leitura permeia inteiramente esta questão. (JAMBEIRO, 2006, p.112).

O PROLER ainda não pode ser considerado uma Política Pública, talvez por não existir uma formalidade em todo território nacional. A sua adesão é feita de forma livre, não havendo obrigatoriedade por parte do Ministério da Cultura e ou do Ministério da Educação. O PROLER é um Programa Nacional de Incentivo à Leitura que, de alguma forma, está ativo em todo território Nacional, desde o ano de 1992. Podemos exemplificar como PP, o Programa Nacional do Livro e Leitura.

Para Barreto (2004),

[...] toda política mostra uma exterioridade de discurso e uma condição interna voltada para a execução de ações, ressaltando que uma política de informação é um ritual de passagem de uma intenção formal, de um discurso de governo para sua implementação como uma ação coordenada, induzindo e convencendo a terceiros realizarem o que o governo julga ser uma

---

3 A teoria das elites surgiu no final do século XIX, tendo como fundador o filósofo e pensador político italiano, Gaetano Mosca (1858-1941). Em seu livro "Elementi di Scienza Política" (1896), Mosca estabeleceu os pressupostos do elitismo ao salientar que em toda sociedade, seja ela arcaica, antiga ou moderna, existe sempre uma minoria que é detentora do poder em detrimento de uma maioria que dele está privado. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/teoria-das-elites-o-poder-politico-monopolizado-pelos-governantes.htm>, acesso em fevereiro de 2015.

necessidade para a área. Visando a uma política pública efetiva, é necessário que haja legislação, regulamentação e interpretação judicial que oriente o ciclo de vida da informação. Para o autor, políticas públicas é o conjunto de decisões do governo que elege leis, ações, priorização de recursos para apoiar suas ações e com isto também define as metas a serem atingidas. (Barreto, 2004, s/p).

A Lei nº 10.753, de 30.10.2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, é o instrumento legal que autoriza o Poder Executivo a criar projetos de incentivo à leitura e acesso ao livro.

O Plano Nacional do Livro e da Leitura (2006) contempla diretrizes para esse público ainda tão pouco reconhecido dentro da sociedade. Assim considera:

[...] Fundamental garantir que portadores de necessidades especiais, como visuais, auditivas e motoras, tenham acesso a livros e outros materiais de leitura, valorizando ações como a versão ou a tradução, em Libras e em braile das obras em circulação, permitindo a inclusão desses potenciais leitores nas escolas regulares. (PNLL, 2006, s/p).

Reconhecendo ser o tema do presente trabalho ainda pouco discutido, e talvez menos ainda compreendido, por envolver questões bastante complexas no que concerne à avaliação e estratégias de aprendizagem, que favoreçam o desenvolvimento com autonomia e segurança do escolar, nossa dissertação foi organizada em três capítulos. Abaixo, segue o ementário de cada um.

No primeiro capítulo, trabalhamos o conceito de inclusão, a definição do que seria deficiência visual, cegueira e baixa visão, bem como da importação da terminologia “inclusão” dos EUA; a diferença entre o movimento de integração e inclusão, fazendo um breve panorama do que já foi discutido em termos de pesquisa sobre deficiência visual, a história do braile e de seu inventor. Descrevemos sobre algumas tecnologias que facilitam a participação do deficiente visual em atividades acadêmicas e sociais.

No segundo capítulo, descrevemos a história do surgimento do PROLER, relatando o contexto em que o PROLER (1992) foi implantado, sua trajetória no município de Uberaba, bem como seus objetivos e suas ações.

Também foi feito um paralelo das ações no que se refere à Educação Inclusiva, ao PROLER e demais segmentos da Secretaria Municipal de Educação que também trabalham com a prática e incentivo à formação do cidadão leitor, e os aspectos relevantes a respeito da

importância da leitura, como também as ações e diretrizes do Comitê Vale do Rio Grande.

Já no que se refere ao terceiro e último capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa, a análise dos Projetos Político Pedagógicos das Unidades Escolares do Município; as pesquisas encontradas e algumas estratégias que podem facilitar a participação, com autonomia, da pessoa com deficiência visual nas diversas atividades de leitura.

## CAPÍTULO 1

### PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

“Igualdade não é homogeneidade: as diferenças são produzidas a todo o momento, e não podem ser passivamente toleradas ou respeitadas, com pena, como se não houvesse mais nada que pudéssemos fazer”.

**Maria Teresa Eglér Mantoan**

Em um primeiro momento, fizemos uma análise inicial do entendimento sobre o conceito e a origem do termo inclusão. É necessário partirmos de um breve panorama, não no sentido de apontar aspectos de intolerância e descrédito que a educação especial na perspectiva da inclusão se encontra, mas no sentido de entender todo um contexto histórico no qual a pessoa com deficiência está inserida.

No que tange à situação dos alunos com deficiência no cenário das políticas públicas educacionais brasileiras, precisamos entender a história, os movimentos, as práticas sociais e o conjunto de leis que regem a Educação Especial. Segundo Mendes (2006), foi no séc. XVI que apareceram as primeiras preocupações com os indivíduos que eram considerados como seres “ineducáveis”, denominada fase de segregação, que se justifica pela crença de que as pessoas diferentes seriam tratadas em ambientes separados, como os manicômios e os asilos.

Godoffredo (2007) nos mostra em seus estudos que, no Brasil, a preocupação em organizar os serviços de atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos iniciou-se em meados do século XIX, ressaltando que aproximadamente durante um século estas iniciativas foram tanto de caráter oficial como de ações particulares isoladas, havendo uma nítida preocupação com a educação dessa parcela da população. O movimento de inserção dessa educação na política educacional brasileira só ocorreu no final dos anos 1950 e início da década de 60.

Continuando na mesma linha de pensamento, Godoffredo (2007, p.26-27) relata que a Educação Especial no Brasil passou por dois períodos. O primeiro foi em meados do século XIX, em que emergiu um movimento para a criação de instituições educacionais dedicadas a prover uma educação especializada e o movimento social de filantropia.

Foi assim que D. Pedro II fundou no Brasil o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos” em 1854, hoje Instituto Benjamim Constant, numa postura segregacionista. As instituições oficiais ou particulares tinham apenas a finalidade de acolher as pessoas com deficiência,

tirando a possibilidade de convivência com as pessoas consideradas normais.

Mendes (2006) realizou um trabalho sobre a radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil, neste a autora cita as contribuições dos países norte-americanos para o movimento de inclusão que atualmente vivemos. De acordo com a autora, o acesso à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais foi lentamente alcançado, na medida em que foram ampliando as oportunidades educativas para a população em geral. Portanto, tanto as escolas especiais quanto as classes especiais se proliferaram após as duas guerras mundiais.

O segundo período aparece somente no século XX, marcado por atos legais, que referenciavam a Educação Especial em seus textos oficiais. A primeira preocupação foi expressa na antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (4024/61). O artigo 88 propunha atendimento ao excepcional “dentro do possível”, na educação regular, e o artigo 89 garantia apoio financeiro às instituições particulares avaliadas como eficientes pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Percebe-se que não havia interesse do Estado em assumir plenamente o compromisso com a educação dos alunos com deficiência, migrando parte de suas obrigações para as instituições privadas.

Assim, a própria legislação já apontava uma cisão entre a educação comum e a educação especial, dando à educação especial um caráter de subsistema, sistema paralelo, não permitindo ser vista como parte integrante do sistema de educação.

Sobre o texto da reforma do ensino de primeiro e segundo graus (5692/71), Godoffredo (2007) o analisa advertindo sobre a redação assim expressa:

Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelo competente Conselho de Educação (Godoffredo, 2007, p.32).

Godoffredo (2007) destaca ainda que a redação gerou, dentre outras discussões, aquela que conduziu ao termo “tratamento” acompanhado do adjetivo “especial”, uma vez que a palavra “tratamento” poderia remeter, ao imaginário dos professores, a uma pedagogia terapêutica: uma educação de caráter clínico.

Ainda, segundo Godoffredo, os países escandinavos, principalmente a Dinamarca, na década de 1970, fizeram um movimento de “devolver” o deficiente à sociedade de onde fora

excluído. A esta atitude denomina-se como princípio da normalização, objetivando criar condições de vida para pessoa com deficiência, semelhantes, tanto quanto possível, às condições normais da sociedade em que a pessoa com deficiência vive. Este princípio foi um grande marco na história da Educação Especial (Goffredo 2007, p.28).

Posteriormente, o conceito de normalização foi definido pela Política Nacional de Educação Especial (1994) como:

Princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade (p. 22).

Em seu trabalho, Mendes (2006) revela que a proposta trouxe o desenvolvimento de vários tipos de ações que visavam integrar a pessoa com necessidades educativas especiais na comunidade, promovendo comportamentos e experiências pessoais tão normais quanto possíveis. Uma das consequências fundamentais do princípio de normalização refere-se à integração. Normalização é objetivo e integração é processo.

No modelo de integração no ensino, é negada a questão da diferença. O aluno com deficiência é inserido no contexto escolar como qualquer outro aluno, sem consideração quanto às possíveis necessidades existentes em seu processo de aprendizagem.

A ideia da integração é de que o aluno, para estar na sala comum, precisa ser “preparado” previamente, isto é, precisa ter condições de acompanhar os demais, precisa de um modelo a seguir. Assim a escola não é questionada sobre suas concepções e/ou maneira de conduzir seu trabalho acadêmico, pois a responsabilidade recai sobre o aluno com deficiência.

Sasaki (1997) enfatiza que:

[...] a sociedade em geral ficava de braços cruzados e aceitava receber os portadores de deficiência desde que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviços que ela lhes oferecia; isso acontecia inclusive na escola. SASSAKI (1997, p. 32).

Uma das maiores razões da integração de alunos com necessidades educacionais especiais, em particular aquelas cujas maiores demandas educativas estão associadas a algum tipo de deficiência, foi promover mudanças na maneira de organizar a educação especial. Dessa forma, o atendimento educacional desses alunos é dirigido das escolas especiais para as

escolas regulares. Essa proposta impulsiona a integração a partir da reforma da educação especial (CÉSAR COLL *et al*, 2004, p.26).

O enfoque, contudo, foi considerado insuficiente, pois a integração educativa se limitava a um grupo de alunos, desconsiderando outro grupo que também necessitava de respostas educativas individualizadas. Essas críticas levaram à formulação de propostas mais radicais que se articulam em torno do movimento por uma educação e uma escola inclusiva. Nessa perspectiva, duas prescrições específicas permitem definir tal movimento: a exigência de educar todos os alunos na mesma escola e a necessidade de empreender uma reforma do conjunto do sistema educacional (CÉSAR COLL *et al.*, 2004, p.26a).

Segundo Sasaki, tanto o princípio da normalização como o processo de integração foram importantes elementos na aquisição de conhecimentos e experiências de integração para o surgimento do paradigma da inclusão (SASSAKI, 1997).

Os estudos realizados por Mendes (2006) apontam que o movimento pela inclusão escolar de crianças e jovens surgiu nos Estados Unidos, e que, por força de penetração da cultura desse país, ganhou a mídia e o mundo ao longo da década de 1990, passando o Brasil também a incorporar e defender o fenômeno da inclusão.

A inclusão como movimento social iniciou-se nos países denominados desenvolvidos em meados da década de 1980. Em 1990, aconteceu a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jotiem, Tailândia. Nessa conferência, as Nações Unidas propunham a garantia da democratização do acesso à educação, independente das suas diferenças individuais. Foi a partir desta conferência que a educação inclusiva começou a ganhar força.

Em junho de 1994, ocorreu, em Salamanca, na Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais com o objetivo de:

(...) promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando realmente as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades especiais. (Declaração de Salamanca, 1994, p.5).

E com o advento da Lei 9394/96, a Educação Especial no Brasil ganha destaque, uma vez que lhe é atribuído um capítulo – o capítulo V, com os artigos 58, 59 e 60. Esse destaque desencadeou inúmeras discussões entre os seus profissionais, uns concordaram dizendo que a Educação Especial estava sendo valorizada; outros não concordaram com a separação, alegando que este capítulo separado para tratar da educação dos alunos com necessidades

educativas especiais, bem como de profissionais que nela atuariam, só estaria corroborando com uma visão da Educação Especial apartada da Educação Geral (GODOFFREDO 2007, p.33).

Apesar das divergências quanto à elaboração e defesa de um capítulo à parte para a Educação Especial, entendemos que os dispositivos da legislação educacional devem ser considerados como um grande avanço, permitindo aos alunos com necessidades especiais o reconhecimento como sujeito de direitos. Godoffredo admite que o fundamental é, que nos textos legais, já se identificava a Educação Especial a serviço da educação, oferecendo recursos e estratégias necessárias ao sucesso escolar dos alunos com necessidades especiais (GODOFFREDO 2007 p.34).

Neste momento, faz-se necessário esclarecer o percurso histórico, bem como os avanços da temática junto ao Ministério da Educação (MEC), contextualizando ao leitor sobre as secretarias de apoio à educação especial que foram instituídas.

Em 1973, o Decreto nº 72.425, cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, em função do Plano Decenal de Educação, que tinha a Educação Especial como área prioritária, e ainda promover em todo território nacional a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais.

Em 1985, o Decreto Presidencial nº 91.872, instituiu um Comitê [...] para traçar uma política de ação conjunta, destinada a aprimorar a educação especial e a integrar na sociedade, as pessoas com deficiências, problemas de conduta e superdotadas, bem como transformar o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP em Secretaria de Educação Especial – SESP. (SANTA CATARINA, 2002, p. 37).

Dessa forma, em 1986 foi criada a Secretaria de Educação Especial – SESP e a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, que tinham a finalidade de planejar, estimular e fiscalizar as ações dos diferentes órgãos governamentais, relacionados à Educação Especial.

Em 1990, com a reforma no MEC, extingue-se a SESP, ficando a Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb responsável pela educação especial. Em 1992, com a nova reforma do MEC, o órgão de educação especial foi reconduzido à categoria de secretaria, com a sigla SEESP. (MENDES, 2001).

Nesse mesmo período, foi instituído o PROLER pelo Ministério da Cultura (MINC), assunto no qual aprofundaremos nossos estudos nos próximos capítulos.

Retomando os documentos que amparam os avanços na conquista de melhores estudos

nas áreas social, educacional e administrativa, destinadas às pessoas com deficiência, temos o Plano Nacional de Educação, Lei 10.172 de 09/01/2001, que apresenta uma dimensão destinada à Educação Especial, denunciando que, embora a integração das pessoas com deficiência no sistema de ensino regular seja uma Diretriz Constitucional (art. 208, III), ainda não havia produzido mudanças necessárias que garantissem o acesso, o ingresso e a permanência dos alunos com necessidades especiais na escola regular. Assim, esse Plano traçou metas para que o dispositivo legal acima citado fosse plenamente atendido. As metas deveriam dar-se no âmbito social, educacional e administrativo, bem como numa política de qualificação dos professores (GODOFFREDO 2007 p.34).

Ainda no ano de 2001, dentro do cenário das políticas públicas nacionais, tivemos um marco importante para a Educação Especial, por meio da publicação da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que determinava as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Garantia em seu texto legal, a Classe Especial como serviço educacional extraordinário, que pudesse ser ofertado na rede regular de ensino, para atendimentos em caráter transitório aos alunos que apresentassem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e socialização diferenciadas dos demais. (Brasil, 2001).

O fio condutor das diretrizes de inclusão foi o movimento para uma educação inclusiva, ou seja, uma determinação para que as escolas comuns acolhessem indistintamente toda e qualquer criança, independentemente de suas diferenças.

No cenário educacional brasileiro no século XX, estas Diretrizes se configuraram como normas que deveriam ser adotadas pelos sistemas de ensino para o atendimento da significativa população que apresentasse necessidades educacionais especiais.

No trabalho realizado por Mendes (2006), ela cita os autores Sailor, Gee e Karasoff (1993), os quais apontavam que alguns elementos chave seriam necessários para a realização dessa reforma, tais como: revisão curricular, avaliação baseada no desempenho, descentralização da instrução, autonomia organizacional da escola, gestão e financiamento centrados na escola, a tomada de decisão compartilhada, a fusão e coordenação dos recursos educacionais e o envolvimento da comunidade. Esses elementos trazem implicações para a educação das crianças com necessidades educacionais especiais, na medida em que tais mudanças resultam maior flexibilidade para as escolas, e ainda, que de forma processual, rompem com as práticas tradicionais e aceitam novos desafios.

A resolução CNE/CEB nº 2/2001 organiza-se em dois blocos: a organização dos

Sistemas de Ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais e a formação de professores.

O movimento da inclusão desafia todas as formas de exclusão e discriminação. Dessa maneira, para atender ao contexto de uma educação inclusiva hoje, a Educação Especial, conforme Resolução CNE/CEB nº 2/2001, é observada como:

(...) um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidade da educação básica (Godoffredo, 2007 p.36).

Neste contexto, Godoffredo (2007) destaca que a Educação Especial deve centrar suas ações na qualidade da oferta, na equidade de oportunidades e na permanente capacitação de todos os profissionais responsáveis pelo processo educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais. Lembrando que as mudanças não ocorrem tão rapidamente, uma vez que essas mudanças implicam questões de ordem política, científica, pedagógica, administrativa e financeira.

No Brasil, em 10 anos, ou seja, no período de 1998 a 2008, houve um aumento da matrícula dos alunos com deficiência em escolas regulares. Considerou-se um aumento significativo de alunos matriculados na classe comum do ensino regular. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (Inep/MEC), em 1998, apenas 13% dos estudantes com necessidades especiais frequentavam estas turmas comuns; em 2008, o número de matrículas chegou a 54%. Esse aumento se deve ao fato, ainda que, por cumprimento de lei, as instituições escolares estão percebendo paulatinamente que as pessoas com deficiência só precisam de oportunidades para se desenvolver. Acreditamos que, quanto maior a convivência, maiores e melhores serão as formas de encontrarem nos obstáculos e dificuldades, em meio ao pânico do desconhecido, um potencial que surge naturalmente de acordo com as diferentes vivências oportunizadas.

Assim, de acordo com os resultados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), no Censo Escolar 2009, houve um decréscimo nas matrículas em classes especiais ou escolas exclusivas (as que só atendem crianças e jovens com deficiência) em todas as regiões do país, em relação a 2008, com destaque maior e menor índice respectivamente nas regiões sul (41%) e sudeste (6%). Segundo o referido censo

(2009), atualmente o Brasil tem o registro de 252.687 matrículas em classes e/ou escolas exclusivas, demonstrando um percentual de queda de 21%, em relação a 2008.

É importante destacar que o número de escolas exclusivas no país, na ordem 5.590 em 2009, obteve uma diminuição de 16,6%, em relação a 2008. As matrículas consideradas inclusivas totalizam 387.031 em 2009, marcando um aumento de 3% no país. O mesmo censo escolar do INEP (2009) registra, no entanto, uma redução das matrículas de alunos especiais em escolas regulares na região sul (8%) e no centro-oeste (4%). O aumento mais significativo de matrículas inclusivas foi na região nordeste (12%). Fazer uma análise local sem levar em consideração os diversos fatores que interferem, os de registro e organização, por exemplo, poderia mascarar os avanços em todo território nacional. É importante compreendermos que, paulatinamente, seja por meio de políticas públicas e/ou conscientização dos gestores, as pessoas com deficiência estão começando a exigir seus direitos, participando mais efetivamente em todos os contextos na sociedade.

Mendes (1999), em suas pesquisas, constata que no Brasil são realizadas práticas da inclusão total, que seria a inserção de todos os sujeitos com alguma deficiência na classe regular por tempo integral sem qualquer outro tipo de apoio.

Entendemos que por ser uma temática relativamente nova, precisa ser mais bem estudada e abordada. Muitos órgãos, ao longo dos tempos, foram cometendo equívocos nessa chamada Inclusão Total, por interpretarem que seguir a lei era simplesmente oferecer ao deficiente o espaço comum junto aos demais, sem se importar com os avanços pedagógicos, com as necessidades de adaptação, seja arquitetônica ou pedagógica, favorecendo somente a chamada socialização entre eles.

Masini (2004, p. 31) discorda quanto à efetividade da inclusão indiscriminada na qual “sem qualquer avaliação prévia, a criança com deficiência é matriculada na escola regular, sem análise de suas condições e das necessidades requeridas para seu atendimento”.

De acordo com Masini, as condições referidas são as adaptações curriculares e as adaptações físicas e/ou pedagógicas. Em análise sobre o estudo de Mendes (2006), ela relata que existem professores inclusionistas e inclusãoistas totais. Para o primeiro grupo de professores, o objetivo principal da escola é a conquista de habilidades acadêmicas específicas para a vida e, para o outro grupo, os “inclusionistas totais”, a finalidade principal é a socialização.

Aqui apontamos divergências entre pesquisadores na área, pois mesmo reconhecendo que não podemos mais definir o que pode e o que não pode um deficiente, o que consegue e o

que não consegue realizar, é necessário oferecer à pessoa o direito de participar ativamente dos processos de aprendizagem, seja na escola, em casa, no trabalho e/ou no lazer. Há ainda quem defenda a ideia de que primeiro os diversos segmentos citados devam estar preparados para atender e acolher o deficiente, o que dificulta o processo natural da maior participação dessas pessoas.

Na década de 1970, houve uma fase de incentivo à iniciativa privada e ao assistencialismo. Posteriormente, o Ministério da Educação começou a repassar verbas para a formação de profissionais especializados, fortalecendo a criação de classes especiais em escolas estaduais.

Atualmente, apesar do significativo aumento das matrículas dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, percebe-se a necessidade de uma avaliação mais efetiva que possa reconhecer as dificuldades e oferecer caminhos que garantam a participação da pessoa com deficiência.

De acordo com Mendes (2006), faltam indicadores para monitorar o processo. Os dados apontados muitas vezes não são confiáveis e não contemplam seus estudos com descrições de quem é este alunado e de como está sua situação educacional, e ainda se estão tendo acesso ao currículo, socializando de forma desejável e se realmente estão sendo aceitos nas escolas (SANTOS, 2002; ROSA, 2003; MENDES, FERREIRA & NUNES, 2003).

A autora aponta que um dos maiores “entraves” da inclusão no Brasil são as intervenções realizadas pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP). Sua crítica está pautada na dimensão territorial do país, posto que as orientações são realizadas de forma única, não respeitando as diferenças e peculiaridades regionais.

Com o objetivo de promover uma educação inclusiva, a SEESP, hoje Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), têm investido no “Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, cujo objetivo é realizar seminários de capacitação a gestores que serão os disseminadores da política de inclusão em suas regiões. São denominados de “pacotes fechados”, pois o documento desconsidera as diferenças regionais do país. O documento orientador é o mesmo para toda a região; os documentos enviados aos Municípios Polos não apresentam diferenças regionais, e ainda a formatação do evento deve ser a mesma em todo Território Nacional.

Outra iniciativa da SEESP relatada pela autora foi o apoio à publicação de um documento do Ministério Público Federal – *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular* (Brasil, 2004), reforçando os pressupostos da inclusão total.

Esse documento, também chamado de referencial, contém um estudo da legislação pertinente à educação especial e orientações pedagógicas que debatem sobre a prática dos educadores, buscando considerações que traduzem os padrões atuais e defendem o acesso comum à escolaridade básica por meio da transformação da escola em um ambiente de convivência respeitosa, enriquecedora e livre de qualquer discriminação.

De acordo com Mendes (2006), as ações de políticas do MEC têm prejudicado o processo de inclusão escolar no Brasil, produzindo a divisão no movimento histórico de luta pela educação das pessoas com necessidades especiais. Defende que o debate deve focalizar nos mecanismos de como melhorar a educação para todos os alunos, e não centralizar na questão de onde os alunos com necessidades educacionais especiais deverão estudar. Desconsidera a história e a opinião dos próprios deficientes, suas famílias e educadores. “Escala” a Educação Especial como protagonista, ao invés de manter seu papel de colaboradora.

O discurso que ainda se escuta quando o assunto é inclusão é a falta de preparo dos educadores, colocando a “Classe” - DEFICIENTES, num mesmo “pacote”, como se não houvesse identidade, especificidades entre eles. Observa-se que estes pensamentos ainda são frutos de uma época em que realmente se acreditava que para “tratar” os deficientes, a melhor forma seria “agrupá-los”, assim como acontecia ainda no período da segregação. Pouco se pensava na socialização e menos ainda no aprendizado. Este discurso ainda se encontra distanciado da prática, parecendo haver uma naturalização da discriminação, inconsciente ou não.

Dos séculos XVI até meados do século XX, a segregação era algo aceito e pouco questionável, pois prevalecia a ideia de que nem todos [os deficientes] estavam “preparados” para viver em sociedade. Nesse período, passaram as fases de trabalho meramente assistencial, pois “eram considerados ineducáveis” (MENDES, 2006).

O sistema de ensino, o fazer pedagógico e as concepções de avaliação são mecanismos que necessitam de uma urgente reformulação. Ainda hoje, presenciamos matrículas sendo negadas, alunos sendo “convidados” a se retirarem da escola, ou ainda sendo totalmente excluídos, mesmo estando juntos aos demais na sala de aula. Estes alunos estão impossibilitados de desenvolverem suas potencialidades.

As reflexões não se findam, pesquisas apontam para a importância de serem revistas determinadas atitudes, como descreve Carvalho (2004):

A mudança de atitude frente à diferença, com a conseqüente necessidade de repensar o trabalho desenvolvido nas escolas é, a meu ver, uma barreira de complexa natureza, mas trabalhosa para ser removida, pois se trata de um movimento “de dentro pra fora”, e isto leva tempo. (CARVALHO, 2004, p.122).

Acredita-se que estas discussões são mecanismos que geram reflexões e mudanças atitudinais, à medida que trabalhos nesta temática, tanto para o meio acadêmico como para a sociedade em geral, são desenvolvidos. São pesquisas que não se esgotam pela complexidade e diversidade de estudos realizados, fazendo o papel de formadores de opinião.

SALLES, L. M. F e SILVA, J. M. A. (2008) apontam sobre qual parâmetro analisamos o “outro”:

[...] a tendência é tomar aquilo que somos como a norma pela qual descrevemos e avaliamos aquilo que não somos, mas que os outros são. Ao elegermos uma identidade como parâmetro, a tendência é atribuímos a ela tudo de positivo e avaliarmos o resto como negativo, com concepções ou de forma preconceituosa. O outro se torna um problema social. Isso tudo demarca relações de poder.

Assim, apenas a afirmação da tolerância e do respeito pode impedir de se ver a diferença entre nós/eles como um processo de produção social que envolve relações de poder e que, portanto, não são resolvidas somente pelo diálogo. As diferenças são produzidas socialmente e estão associadas às relações de poder que permitem incluir ou excluir pessoas, delimitar fronteiras e diferenciar entre os nós e eles. (SALLES, L. M. F e SILVA, J. M. A. 2008, p.162-163).

Para tanto, entende-se que a essência dos pressupostos sobre inclusão escolar está no respeito às diferenças. Na constante busca por reflexões sobre a temática da inclusão, faz-se necessário considerar as diferenças entre os contextos históricos, políticos e sociais por que o país vem passando. Contudo, percebemos um crescente movimento das pessoas com deficiência na capacidade de empoderamento dos direitos, para buscar e defender por condições dignas de moradia, educação, saúde e trabalho. Faltam ainda políticas públicas que possam garantir esses direitos. A participação da pessoa com deficiência nestas discussões sobre que rumos tomar, como agir, o que fazer para melhorar, como atender, entre outros, terá sentido se houver a participação da própria pessoa com deficiência, pois somente ela sabe o que é melhor, quais caminhos tomar, como agir, sem que haja interferência e iniciativas de uma minoria que ainda acredita, defende e insiste que possa resolver por eles (deficientes) o que é melhor, ainda que movidos pela ideia de assistencialismo e caridade.

## 1.1 MARCOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

“Vencer na vida é manter-se de pé quando tudo parece estar abalado.  
... lutar quando tudo parece adverso ... aceitar o irrecuperável.  
... buscar um caminho novo com energia, confiança e fé”.

Dorina de Gouvêa Nowill

Inspirados no ideal de direito à participação em todas as esferas sociais, políticas e educacionais, a inclusão da pessoa com deficiência<sup>4</sup> está em constante processo de mudança. Não se pode negar os inúmeros avanços na área do trabalho, lazer e principalmente educacional.

Há de se considerar, nesse processo de evolução e mudança de paradigma, que no que se refere à educação especial, ou seja, pessoas com deficiência, cada uma terá sua especificidade, que refletirá na compreensão dos diferentes segmentos anteriormente mencionados.

Alguns pesquisadores, que defendem o processo de inclusão, estão empenhados na mudança estrutural dos sistemas sociais e escolares, promovendo a participação de forma igualitária a todas as pessoas independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais, entre outros. Nesse processo de mudança e ainda aceitação, cada deficiência será interpretada de uma maneira e, ainda sob este aspecto, dependerá do ambiente ao qual estará inserida.

O movimento gerado sobre estes conceitos e interpretações, foram pontos de partida para um grande número de leis, portarias, decretos e normas, objetivando a consolidação e efetivação das ideias de igualdade de acesso e participação ativa desse segmento de pessoas. No anexo 1, estão registradas Legislações e documentos que embasam a Política de Educação Inclusiva no Brasil.

O maior desafio é a conquista de uma escola “aberta às diferenças”, reconhecendo que a “diferença” é necessária para o processo de construção de uma escola de qualidade. O MEC propõe que a escola de qualidade comece cada vez mais cedo para todas as crianças, na

---

4 De acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, deficiência é – “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”;

educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, a qual hoje é constituída por direito, cidadania e qualidade. Por isso, a necessidade de políticas públicas efetivas. O ensino não deve mais ser concebido de forma “una”, é preciso perceber e entender como as crianças aprendem. Aluno é aluno, não se diz aluno de inclusão, quando se pretende retratar a pessoa com deficiência.

A criança com deficiência precisa vivenciar as mesmas experiências que as demais e, para isso, a escola deve ser rica em estímulos e vivências.

As barreiras são muito mais atitudinais do que físicas e tecnológicas. As respostas da maioria das pessoas que se encontram no ambiente escolar quando questionadas sobre a necessidade de as escolas atenderem pessoas com deficiência é a falta de recursos e preparo dos profissionais. Há de se reconhecer a importância de fazer valer o direito à educação, garantido pela Lei maior, à acessibilidade, garantida pela educação especial, que avalia e torna possíveis as adaptações necessárias, e à diferença, esta última deve ser respeitada, pois cada criança apresenta sua singularidade e especificidade.

Estudos apontam que a falta de convivência com o “diferente” dificulta a identificação das reais e maiores necessidades. A formação com/junto à pessoa deficiente é mais eficiente do que a formação para um posterior atendimento e/ou contato. Escola acessível no sentido arquitetônico é um direito, mas se ainda não há as adequações necessárias, não pode ser motivo para manter a pessoa fora do ambiente escolar.

Portanto, torna-se inviável manter a opinião de que seria necessário todo o grupo de profissionais envolvidos com a educação especial se capacitarem para depois a escola abrir as portas para as pessoas com deficiência.

É provável que, depois do embate de se aceitar ou não o aluno com deficiência na escola, e se o professor está ou não preparado, o maior desafio seja encontrar estratégias metodológicas para atender esses alunos no ensino regular. Mais do que acesso e permanência na escola, deve ser o oferecimento de um ensino coerente com as suas necessidades e que garanta o seu aprendizado.

Dialogar sobre aspectos relacionados à inclusão, principalmente escolar, pode gerar discussões interessantes, pois enquanto alguns a defendem, movidos por vivências e questões pessoais, outros avançam em questionamentos baseados numa prática que precisa ser melhorada, acompanhando os novos estudos que se sedimentam numa educação realmente alicerçada na formação coerente com a realidade que o público escolar carece. Pautados na melhora dos relacionamentos interpessoais e na formação docente de qualidade no *locus* que o

conhecimento é construído, é que se traduz a necessidade premente de se debater sobre o processo de inclusão em todos os segmentos sociais.

Os questionamentos de alguns profissionais, ligados diretamente à prática educacional, e que se dizem engajados no processo histórico, permitem transparecer, em seus discursos “mascarados”, uma opinião que claramente identificamos não ter acompanhado a evolução dos estudos da educação especial. Reproduzem práticas e discursos “prontos” de um tempo em que eram movidos por uma vivência que hoje reconhecemos sob a ótica assistencialista, demonstrando a falta de reconhecimento das potencialidades da pessoa com deficiência.

Estudiosos como Mendes (2006), Mazzotta (1996), Sassaki (1997), Mantoan (2005) relatam que, numa sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, todo processo de exclusão, seja de qual for a natureza, está pautado no contexto das relações de poder no modelo capitalista. Relações também presentes num discurso hierárquico de um grupo que se configura como capaz de definir e decidir sobre o desejo e a necessidade de uma parcela da sociedade que não pode ainda ter voz: as pessoas com necessidades educacionais especiais.

A ênfase neste trabalho será dada às pessoas com deficiência visual, não por considerar como a deficiência de maior importância e/ou prejuízo em relação aos avanços e entraves da aceitação da deficiência, mas, *a priori*, pela necessidade de discussão sobre práticas de ensino, bem como políticas públicas que garantam melhores condições de permanência e participação nos sistemas educacionais.

Refletir sobre o público alvo da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, requer uma discussão primeira sobre o tema diversidade. De acordo com Cháves, (2010):

A noção de diversidade tem uma longa história na configuração das ciências sociais. Está associada à construção de explicações científicas sobre os complexos modos de organização dos grupos humanos e ao seu desenvolvimento histórico. O conceito básico constrói-se a partir da antropologia, com a noção de diversidade cultural, à qual se articulam conceitos derivados como os de diversidade étnica, diversidade linguística, diversidade religiosa e diversidade social, entre outros. Também contribuíram as ciências naturais, particularmente a biologia, com o estabelecimento da diversidade das espécies, explicada pela evolução (verbete, 2010, CDROM).

A diversidade precisa ser discutida; por mais que seja respeitada, precisa ser preservada. Em nota, o Centro de informações das Nações Unidas no Brasil declara que:

A diversidade é uma das maiores riquezas do ser humano no planeta e a existência de indivíduos diferentes numa cidade, num país, com suas diferentes culturas, etnias e gerações fazem com que o mundo se torne mais completo (ONU)<sup>5</sup>.

Nas instituições de ensino formal não é diferente, precisamos avançar nossas discussões, ampliando as concepções de igualdade social e inclusão escolar.

O artigo segundo, “Das definições”, da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006) esclarece que:

“Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nas esferas política, econômica, social, cultural, civil ou qualquer outra. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável.<sup>6</sup>

Nosso processo histórico foi marcado por práticas sociais excludentes, nas quais poucos tinham o privilégio de participar de espaços organizados para a construção do conhecimento. E, pensar neste período histórico, com pessoas com alguma necessidade educacional especial, termo não usual para a época, era pensar em tratamento terapêutico em instituições asilares, acreditando que o indivíduo deveria ser desenvolvido, preparando-o para viver em sociedade, princípio da integração. (SASSAKI, 1999; MENDES, 2006 s/p)

Para iniciarmos uma reflexão sobre as diferenças metodológicas entre integração e inclusão, seja no campo da sociedade ou da escola, acreditamos ser apropriado voltarmos aos conceitos do princípio da normalização, anteriormente abordado, que defende a ideia de possibilitar aos deficientes condições de vida que se assemelham aos indivíduos que não apresentam deficiência. Assim, o princípio da normalização:

Princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade (BRASIL, SEESP, 1994, p.131).

---

5 Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/respeito-a-diversidade-e-uma-forma-de-promover-inclusao>>, acesso em novembro de 2014.

6 Protocolo aprovado juntamente com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 6 de dezembro de 2006, através da resolução A/61/611.

Na presente citação, fica clara a ideia de oferecer ao deficiente a oportunidade de estar num ambiente considerado ideal e seguro, a referência do que há de positivo a ser seguido, e ainda, segundo Carmo (1998), esse princípio dissemina a ideia da possibilidade de igualar o desigual.

Os temas integração e inclusão são ideologias<sup>7</sup> que têm norteado debates importantes acerca das políticas de **educação**. Optamos por mencionar o termo **educação** em negrito, para reforçar que, mesmo estando num contexto reflexivo sobre educação especial, verificam-se, pautados nos estudos dos documentos oficiais que, o termo “inclusão”, refere-se a um debate geral da educação pela premissa do respeito às diferenças. Enquanto na integração os alunos excluídos vão sendo inseridos, aos poucos, no ensino regular, a inclusão defende a ideia que esses alunos estejam em salas do ensino comum, desde os primeiros anos de escolaridade.

Segundo Sonia Bertoni (2010):

A integração, no nosso entendimento, não conseguiu sustentar a inserção da pessoa com deficiência na escola e nos diferentes espaços sociais de forma concreta, respeitando e aceitando, na essência, as diferenças e a diversidade humanas. Não conseguiu, portanto, efetivar um ensino de qualidade à pessoa com deficiência; e suas práticas determinaram um falso movimento social. O mesmo está ocorrendo com a inclusão, uma vez que as ações práticas nessa direção não estão sendo implantadas com bases sólidas, com mudanças estruturais na organização da escola, buscando uma nova visão de homem, mundo e sociedade. (BERTONI, 2010, s/p).

Na integração, os entraves, os problemas escolares são vistos como problemas exclusivos dos alunos, eles que ainda não estão preparados para participarem dos mesmos espaços e aprenderem junto aos demais que não apresentam deficiência. Nesse período, tudo era “patologizado”, isto é, todos os problemas de comportamento e aprendizado eram identificados como resultado de alguma doença. Já a Inclusão, tem como referência o respeito às diferenças, compreende que todo o contexto social e educacional deve estar preparado para receber a pessoa com deficiência.

---

<sup>7</sup> Ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar o que devem valorizar o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção (CHAUÍ, 1980, p.113).

A especificidade sobre o tema Educação Inclusiva vem conquistando respaldo legal, desde a Constituição de 1988, na qual relata, em um de seus objetivos:

“Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”, (art.3º inciso IV), e estabelece em seu artigo 206, inciso I, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, garantindo ainda no Art. 208, inciso III, a oferta de Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (Constituição Federal, 1988).

No início da década de 1990, o Brasil fez a opção pela construção<sup>8</sup> de um sistema educacional inclusivo, ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmados em Jomtien, na Tailândia (UNESCO).

Em 1994, o Brasil reconhece e confere seu acordo com o desenvolvimento de práticas capazes de combater atitudes discriminatórias, ao assinar a Declaração de Salamanca, a qual recomenda aos sistemas de ensino “adotar, como força da lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permite a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário”. (UNESCO, 1994).

Podemos notar, em sua redação, que o poder de decisão sobre os aspectos relacionados a capacidades físicas, emocionais, intelectuais e sociais das pessoas com deficiência está vinculado às concepções de mundo e de homem, dos profissionais diretamente envolvidos com a educação formal. Reconhecemos, no entanto, que no corpo do texto onde se diz: “a menos que haja razões convincentes para o contrário”, ainda permitia que alguns alunos permanecessem em instituições especializadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) reforça a universalização da educação, ganhando um capítulo exclusivo para a educação especial, apresentado em três artigos que caracterizam a modalidade de ensino. Nesta citação, decidimos colocar na íntegra o Capítulo V “Da Educação Especial” e os artigos que o compõe:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos,

---

<sup>8</sup> Redigimos o termo “Construção”, pois ainda se encontra em estudo, se há no país um Sistema de Ensino Regular bem estruturado. Então ainda não podemos afirmar sobre um Sistema de Ensino Inclusivo. (Nota da autora).

não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.  
§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (BRASIL, 1996, p. 45-46).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. É importante que fique claro que a atuação se diz complementar, pois a mesma não substitui o ensino comum.

As Diretrizes Nacionais para Educação Especial da Educação Básica, de 2001 determinam que os sistemas escolares se organizem para o atendimento da classe comum<sup>9</sup>, mediante a elaboração de projetos pedagógicos orientados pela política da inclusão.

Para que o apoio se efetive em 2003, foi implementado pelo Ministério da Educação e Cultura, o Programa “Educação Inclusiva: direito à diversidade”, com vistas a apoiar a

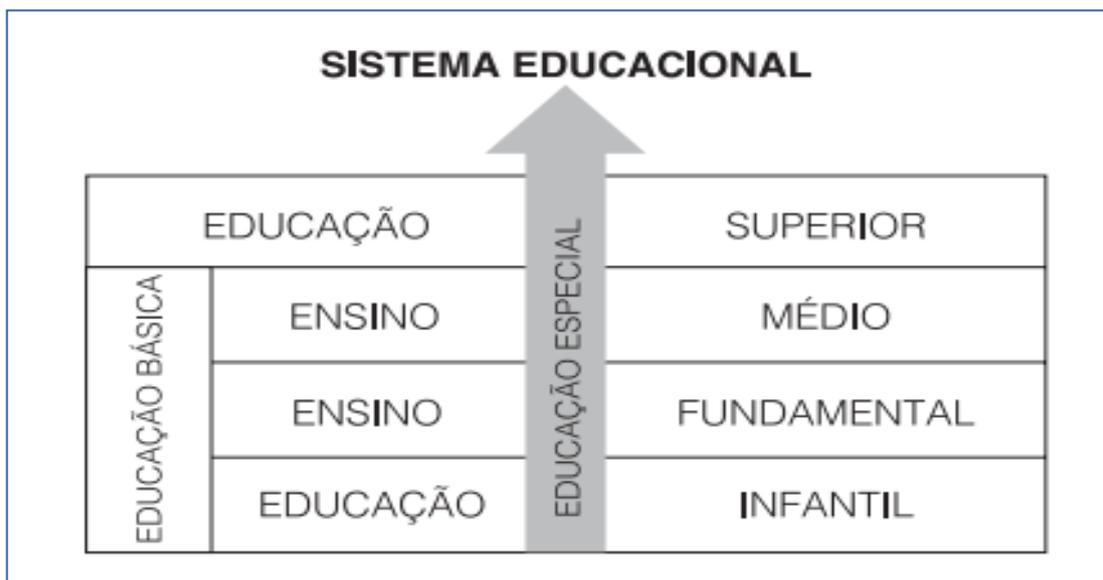
---

<sup>9</sup> Classe Comum seria o nome que se dá as salas de aula com alunos onde a maioria não apresenta deficiência. Também denominada por alguns autores como Classe regular. (Nota da autora).

transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva é uma modalidade transversal que perpassa a todas as etapas, níveis e modalidades de educação e ensino, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 1 – Define a transversalidade da Educação Especial



FONTE: MEC/SEESP, 2001

Entendendo que a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação, em 2008, com a publicação do Decreto 6571, o MEC instituiu o AEE (Atendimento Educacional Especializado) visando à estimulação e todo o tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. Funciona como um complemento e/ou suplemento dos conhecimentos adquiridos nos níveis de ensino básico e superior devendo ser oferecido de forma opcional no contra turno dos estudos regulares do aluno com necessidades educacionais especiais, e que deve estar presente no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

Abaixo estão elencadas algumas diretrizes da Política Nacional de Educação especial

na perspectiva da Educação Inclusiva:

- ✓ A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades [...].
- ✓ O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas [...].
- ✓ Dentre as atividades de atendimento educacional especializado, são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva [...].
- ✓ O acesso à educação tem início na educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno [...].
- ✓ Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social [...].
- ✓ Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar [...].
- ✓ Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área [...] (BRASIL, 2008, s/p).

A Legislação orienta e legitima o direito de um sistema educacional inclusivo, devendo estar em consonância com a construção de uma sociedade capaz de respeitar o ser humano em sua totalidade. Ainda preconiza que a proposta pedagógica da escola deva seguir as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a fim de torná-la coerente com as necessidades do educando. Ainda há que se transpor sobre as barreiras atitudinais, produzidas pela comunidade escolar.

Carvalho (2004 p.31) nos coloca que mais importante do que discutirmos sobre o fazer pedagógico, isto é, o “como” incluir, é preciso ter clareza que a ideia da inclusão educacional pressupõe “a melhoria da resposta educativa da escola” para todos, em qualquer das ofertas educacionais.

Para Fonseca (2004):

Apesar de ser questionável em termos éticos a importância da educação inclusiva nos tempos atuais, ainda se detectam muitas resistências veladas de professores, decisores políticos, de administrativos e dos outros pais, adotando a maioria deles uma atitude de tolerância não concordante, quando

não assumem outras posições mais discordantes (FONSECA, 2004 p.16).

A práxis nos coloca numa perspectiva de constante revisão e reflexão dos processos vigentes de inclusão e se estão condizentes com a nossa realidade. Permeando todas estas leis, vão sendo reconstruídos decretos, normas e portarias para assegurar o processo de inclusão. Quanto a isso, não temos dúvidas, pois alguns deles já foram elencados no já mencionado anexo 1 da presente pesquisa.

Ainda, segundo Fonseca (2004):

Colocar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais em escolas ou classes regulares não basta, é preciso em primeiro lugar negociar constantemente com os pais, que buscam naturalmente a melhor qualidade de ensino para os seus filhos, e negociar com todos os recursos humanos da escola, pois vai ser necessário implementar modificações na gestão, na organização, no equipamento, nos suplementos multiterapêuticos e, sobretudo, nas atitudes (FONSECA, 2004, p.16).

Mantoan, (2005) defende que:

Para viabilizarmos a inclusão escolar, devemos garantir que todos os alunos, independente da classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade, é uma atitude humanitária e justa, demonstrando uma prática alicerçada nos valores éticos de respeito à diferença e ao compromisso com a promoção dos direitos humanos. (MANTOAN, 2005, s/p).

Há que se considerar a necessidade de um diálogo entre as escolas de ensino especializado e a escola comum sobre a prática pedagógica e os recursos necessários à plena participação do aluno com deficiência na escola comum. A escola precisa avançar em suas propostas pedagógicas, garantindo nova postura dos educadores, aulas e espaços acessíveis a todos, com avaliações contínuas e qualitativas.

Segundo Mantoan (2005):

A inclusão é uma possibilidade que se abre para aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações, e essa condição não é comum aos sistemas educacionais e aos professores em geral. (MANTOAN, 2005, s/p).

Segundo dados do Plano Nacional de Educação 2011/2020, aprovado somente em 2014, a porcentagem de matrículas de alunos com deficiência na sala comum aumentou de 13% em 1998 para 69% em 2010, enquanto o percentual de matrículas em escolas especializadas caiu de 87% em 1998 para 31% em 2010. Os dados confirmam a necessidade de melhores estudos sobre as concepções de atendimento, aprendizagem e avaliação da pessoa com deficiência no ensino regular comum.

Os debates não podem mais ficar na superficialidade do direito ou não, da pessoa com deficiência estar na escola comum, ou a fato do professor e demais profissionais da educação estarem capacitados ou não, para receberem estes alunos.

Contudo, as reflexões e debates sobre o acesso à educação de qualidade para todos, a melhoria das práticas pedagógicas coerentes às necessidades dos educandos, respeito à individualidade, a valorização das diferenças e a conquista da autonomia precisam ser exercitadas e disseminadas.

Se a Meta 4 do Plano Nacional de Educacional é “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”, o percentual de matrícula de alunos, público alvo da Educação Especial, em relação à projeção da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, não conseguirá ser atingida em 2020. Para tanto, “o poder público, em parceria com a sociedade civil, precisa desenvolver ações articuladas para não só atingir a meta estabelecida, como também alcançá-la com qualidade e eficiência”. (PNE 2011/2020, p.24).

Parece claro que novos estudos e debates precisam estar em constante movimento. A legislação que define e legitima a educação inclusiva precisa estar acompanhada de uma prática que valorize a diversidade, que busque incessantemente a autonomia das pessoas com deficiência.

Mantoan (2012 p.60) defende a ideia que “a garantia do direito de Educação em escolas que não excluem pessoas sob nenhum pretexto é um sinal de desenvolvimento comunitário e de elevação de seus valores e atitudes, princípios e ideais”. E ainda “[...] o momento é de abandonar as soluções paliativas e enfrentar seriamente e com obstinação essa mudança”.

Reconhecemos que o cenário da educação é o único *lócus* onde os protagonistas ainda não podem assumir uma postura que os defina como autores de sua própria história. Assim, há de se fazer referência com as palavras de Mantoan, quando chama a escola para a reflexão,

afirmando que:

A escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos (MANTOAN, 2005, p.17).

O Ministério da Educação e Cultura vem propondo ações que norteiam a prática escolar das diversas instituições de ensino no país. Optamos por contextualizar cada programa que existe dentro do Ministério da Educação, no qual o leitor poderá conhecer de forma mais detalhada o que são e como funciona cada um deles.

A seguir, alguns destes programas e ações do Ministério da Educação<sup>10</sup>, ligadas diretamente às escolas públicas de ensino Fundamental, Médio e Superior:

- **O Programa Escola Acessível** – é um programa que disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa, são financiáveis as ações de adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; de aquisição de cadeiras de rodas; recursos de Tecnologia Assistiva; bebedouros e mobiliários acessíveis. Tem como objetivo promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

- **O Programa Implantação sala de Recursos Multifuncionais** – é um programa que disponibiliza às escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino organizar o espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, disponibilizar o professor para atuar no AEE.

Tem como objetivo apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso,

---

10 Dados disponíveis no site <http://www.mec.gov.br/>, acesso em janeiro de 2015.

participação e aprendizagem.

- **Programa de Formação Continuada de Professores da Educação Especial** – é um programa que oferta cursos ao nível de aperfeiçoamento e especialização, na modalidade a distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB e na modalidade presencial e semipresencial, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica – RENAFOR. Tem como objetivo apoiar a formação continuada de professores para atuar nas salas de recursos multifuncionais e em classes comuns do ensino regular, em parceria com Instituições Públicas de Educação Superior – IPES.

- **Programa BPC na Escola** – apresenta duas ações importantes: pareamento anual entre os dados do Educa Censo e do cadastro administrativo do BPC DATAPREV do Ministério da Previdência Social/MPS e Identificação das barreiras que impedem o acesso das pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC, à escola. Tem como objetivo monitorar o acesso e permanência na escola dos Beneficiários do BPC com deficiência, na faixa etária de 0 a 18 anos, por meio de ações articuladas, entre as áreas da educação, assistência social, direitos humanos e saúde.

- **Programa Incluir – acessibilidade na Educação Superior** dentre as ações destacamos: adequação arquitetônica para acessibilidade nos diversos ambientes das IFES – rampa, barra de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil, sinalizadores, alargamento de portas e vias, instalação de elevadores, dentre outras; aquisição de recursos de tecnologia assistiva para promoção de acessibilidade pedagógica nas comunicações e informações, aos estudantes com deficiência e demais membros da comunidade universitária - computador com interface de acessibilidade, impressora Braille, linha Braille, lupa eletrônica, teclado com colmeia, acionadores acessíveis, dentre outros; aquisição e desenvolvimento de material didático e pedagógico acessíveis e ainda aquisição e adequação de mobiliários para acessibilidade. Tem como objetivo promover a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior, garantindo condições de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior.

- **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade** – tem como principal ação realizar Seminário Nacional de Formação dos coordenadores municipais e dirigentes estaduais; prestar apoio técnico e financeiro e orientar a organização da formação de gestores e educadores dos municípios polos e de abrangência; disponibilizar referenciais pedagógicos para a formação regional. Tem como objetivo apoiar a formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

- **Projeto Livro Acessível** – o programa desenvolve o Sistema de Informação Digital

Acessível – Mecdaisy, que possibilita acessar o texto por meio de áudio, caractere ampliado e diversas funcionalidades de navegação pela estrutura do livro; realiza seminários de formação dos profissionais envolvidos na produção de material didático acessível em formato digital e em braille; disponibiliza laptop para estudantes cegos dos anos finais do ensino fundamental, do ensino médio, da EJA e educação profissional; e cria Acervo Digital Acessível – ADA, ambiente virtual destinado a postagem de materiais digitais e a produção coletiva de livros em Mecdaisy. Tem como objetivo promover a acessibilidade, no âmbito do Programa Nacional Livro Didático – PNLD e Programa Nacional da Biblioteca Escolar - PNBE, assegurando aos estudantes com deficiência visual, matriculados em escolas públicas da educação básica, livros em formatos acessíveis. O programa é implementado por meio de parceria entre SECADI, FNDE, IBC e Secretarias de Educação, às quais se vinculam os CAP - Centro de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual e os NAPPB – Núcleo Pedagógico de Produção Braille.

– **PROLIBRAS** – já foram realizadas a Certificação de 6.101 profissionais no período de 2006 a 2010, para interpretação/tradução e para o uso e ensino de Libras, tendo como objetivo realizar, por meio de exames de âmbito nacional, a certificação de proficiência no uso e ensino de Libras e na tradução e interpretação da Libras.

– **Centros de Formação e Recursos** – dentre as ações destacam-se: formação presencial aos professores das salas de recursos multifuncionais; apoio ao desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular, junto às escolas com matrícula de estudante com altas habilidades/superdotação; oferta de curso para o ensino do Sistema Braille; oferta de curso de Língua Brasileira de Sinais; produção de material didático em formatos acessíveis: Braille, Mecdaisy, Libras/Língua Portuguesa; materiais didáticos táteis, dentre outros. São eles **CAP** (Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual) /**NAPPB**: apoiar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado e a produção de material didático acessível aos estudantes com deficiência visual. **CAS** (Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez): promover a educação bilíngue, por meio da formação continuada de profissionais para oferta do AEE a estudantes surdos e com deficiência auditiva e da produção de materiais didáticos acessíveis. **NAAH/S** (Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação): apoiar a formação continuada de professores para atuar no atendimento educacional especializado a estudantes com altas habilidades/superdotação.

– **Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas** - são apresentações e seleções das

experiências e textos narrativos; julgamento para premiação; apresentação da experiência premiada no Seminário Nacional Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Podem participar fazendo a inscrição por correio eletrônico: as escolas, secretarias e estudantes interessados. Tem como objetivo promover, difundir e valorizar experiências escolares inovadoras e efetivas de inclusão escolar de estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, realizadas por gestores, educadores, professores e estudantes.

Os programas descritos acima são fruto de experiências que, ao longo do processo de inclusão, vem apontando falhas no sistema. Assim, com apoio destes programas, melhores soluções buscam minimizar os principais entraves apontados. Reconhecemos que simplesmente não basta instituir um Programa para resolver os problemas apontados, é necessário que todos envolvidos, direta ou indiretamente, assumam uma postura ética para gerir e gerenciá-los de forma que cumpram os interesses da maioria e não somente uma parcela mínima da população, isto é, respeitando as necessidades do coletivo.

## 1.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA VISUAL: CEGUEIRA E BAIXA VISÃO

Aceitar o sonho do mundo melhor e a ele aderir é aceitar entrar no processo de criá-lo. Processo de luta profundamente ancorado na ética. De luta contra qualquer tipo de violência. De violência contra a vida das árvores, dos rios, dos peixes, das montanhas, das cidades, das marcas físicas de memórias culturais e históricas. De violência contra os fracos, os indefesos, contra as minorias ofendidas. De violência contra os discriminados, não importa a razão da discriminação. De luta contra a impunidade que estimula o momento entre nós, o crime, o abuso, o desrespeito ostensivo à vida. FREIRE (2000, p. 133).

O presente texto objetiva caracterizar o deficiente visual – cego e/ou com baixa visão, para ser aporte dos textos subsequentes. Como este trabalho busca relacionar a participação do DV no programa de incentivo à leitura – PROLER, serão apresentados os conceitos e a classificação da DV sempre com enfoque educacional e social.

O ser humano, desde o nascimento, é estimulado a observar o mundo a sua volta. De todos os sentidos, a visão é a mais utilizada, pois, por meio dela, pode ser observado o contorno, a forma e a cor dos objetos, a expressão da face, uma paisagem e ainda aliada a outros sentidos, permite reconhecer lugares, imitar gestos, associar diversas aprendizagens que irão perpetuar por toda a vida, exercendo uma atividade exploratória circunscrita a um espaço delimitado. (SÁ, 2007, p. 15).

Não é objetivo de nossa pesquisa aprofundar nos estudos sobre Deficiência Visual (DV), porém abordaremos alguns conceitos que servirão como aporte para o entendimento da dimensão desse universo, no que diz respeito ao funcionamento visual dos escolares.

Para tanto, faz-se necessário desmembrar da DV, o que é cegueira e baixa visão (BV), para compreendermos que ambas necessitam de intervenções diferentes.

De acordo com o documento *Atendimento Educacional Especializado*:

Cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. (MEC, 2007, p.15).

A cegueira pode afetar somente um dos olhos, chamada de monocular, o outro então se encarregará de suprir todas as informações visuais, favorecendo ao indivíduo seu

desenvolvimento e participação de atividades que necessitem do uso da visão. A cegueira pode ainda ser congênita, desde o nascimento, ou adquirida, após o nascimento. O que necessitará de intervenções diferentes, pois um indivíduo que nasce cego precisa desenvolver funções que não dependerão da função visual, já os que adquiriram a cegueira, terão muitas vezes uma referência visual dos objetos, utilizando o que denominamos de “memória visual”.

A baixa visão, por sua vez, é quando o indivíduo apresenta uma grave dificuldade visual que não pode ser corrigida com o uso dos óculos.

Segundo Sá:

A definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral. (SÁ, 2007, p. 16).

As intervenções se modificam à medida que o educando é avaliado funcionalmente em seus aspectos físicos da visão. As duas características podem ou não se manifestar juntas. Para tanto, o mais importante é identificar a maneira como o educando percebe e visualiza o mundo que o rodeia e levá-lo a tomar consciência de seu potencial visual. Barraga (1983) parte do princípio que “enxergar não é uma habilidade inata, ela é aprendida”.

O Grupo Consultivo do Programa da Organização Mundial de Saúde - OMS, em reunião sobre a prevenção da cegueira, Genebra, 1981, preocupado com a localização, notificação, incidência, etiologia, prevenção e tratamento da deficiência visual, salienta a importância de uma definição que, além de satisfazer as necessidades atuais, seja adotada em todo o mundo.

Recomenda-se também a diferenciação entre cegueira e visão subnormal, adotando a seguinte classificação:

Quadro 1 – Classificação da Perda da visão (OMS)  
(Escala Optométrica Decimal de Snellen)

GRAU DE PERDA DE VISÃO	ACUIDADE VISUAL (com ambos os olhos e melhor correção óptica possível)	
	Máxima menor que	Mínima igual ou maior que
1 - visão subnormal	6/18 (metros)* 3/10 (0,3) 20/70 (pés)	6/60 1/10 (0,1) 20/200
2 - visão subnormal	6/60 1/10 (0,1) 20/200	3/60 1/20 (0,05) 20/400
3 - cegueira	3/60 1/20 (0,05) 20/400	1/60 (capacidade de contar dedos a um metro) 1/50 (0,02) 5/300
4 - cegueira	1/60 (capacidade de contar dedos a um metro) 1/50 (0,02) 5/300	Percepção de luz
5 - cegueira	Não percebe luz	
9 - Indeterminada ou não especificada		

CID 2000<sup>11</sup>.

\* A fração 6/18 metros significam que o indivíduo vê a seis metros o que normalmente se veria a 18 metros. O mesmo ocorrendo com 20/70 pés, ele vê a 20 pés o que seria visto a 70 e assim sucessivamente conforme proposto na tabela. Apesar da conversão em metros e decimal, os oftalmologistas utilizam com maior frequência a expressão da acuidade visual medida em pés e, algumas vezes, em decimal, conforme proposto na escala de Snellen.

Para melhor entendermos a tabela acima, pensemos que uma pessoa considerada com baixa visão (na tabela ainda está com a nomenclatura “visão subnormal”) enxerga relativo ao que está no numerador da fração, o que é inferior ao que uma pessoa de “visão normal” enxerga o que está descrito no denominador. A distância da acuidade visual de uma pessoa com baixa visão sempre será inferior a de uma pessoa que não apresenta dificuldade visual. Valendo ainda para a pessoa que utiliza corretor óptico. Melhor esclarecendo, não é porque uma pessoa faz uso dos óculos que ela será considerada com baixa visão. E ainda, pessoas com baixa visão poderão ou não se beneficiar com o uso dos óculos.

O quadro a seguir mostra o número elevado de pessoas com deficiência visual,

11 A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10) é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. A CID 10 fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. A cada estado de saúde é atribuída uma categoria única à qual corresponde um código CID 10. Disponível em <<http://www.medicinanet.com.br/cid10.htm>>, acesso: em março de 2015.

comparado às demais deficiências. O que nos motiva a pesquisar sobre os desafios e as necessidades das pessoas com DV na participação efetiva nos diversos segmentos sociais.

Quadro 2. População residente por Deficiência:

Tipo de deficiência	População residente 2000	População residente 2010
	Pop. total: 169.799.170	Pop. total: 190.732.694
<b>Total de pessoas com deficiência</b>	24,6 milhões (14,5%)	45,6 milhões (23,91%)
Visual	16.644.842	35.774.392
Auditiva	5.735.099	9.717.318
Motora*	9.355.844	13.265.599
Mental/intelectual	2.844.937	2.611.536

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010. Obs: Alguns declararam possuir mais de um tipo de deficiência; somadas as ocorrências, o número total ultrapassará o n° total das pessoas com deficiência.

\*Somaram-se os valores encontrados para deficiência física e motora.

FONTE: Estudos Comparativos do censo 2000 e 2010, p. 09.

A inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar é um tema que fascina e instiga cada vez mais para aprofundarmos nas concepções e diretrizes que envolvem a temática. Discutir sobre inclusão é abrir espaço para reflexões sobre a finalidade da avaliação escolar, a prática pedagógica, e ainda conceitos de homem e de mundo em prol de uma sociedade mais igualitária e democrática.

No presente estudo não será abordado sobre a defesa da garantia da inclusão escolar das pessoas com deficiência, pois isto já foi instituído por lei, assim reconhecemos que a problemática precisa avançar.

O aluno com deficiência visual deve ser regularmente matriculado em uma escola comum e receber, se necessário, o apoio de um professor especializado, a fim de assegurar a satisfação das suas necessidades. Ele necessita de materiais adaptados adequados ao conhecimento tátil-cinestésico, auditivo, olfativo e gustativo - em especial materiais gráficos táteis e o braille. A adequação de materiais tem o objetivo de garantir o acesso às mesmas informações que as outras crianças recebem, para que a

criança cega não esteja em desvantagem em relação aos seus pares.<sup>12</sup>

Leitão e Fernandes (2011), em seu trabalho de revisão sistêmica sobre Inclusão Escolar de sujeitos com deficiência visual na rede regular de ensino brasileiro, destacam que, no Brasil, o marco legal da oficialização dos princípios inclusivos na educação se deu a partir da Constituição Federal de 1988, e que no inciso III do artigo 208 retrata que, o “dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”.

Importante ressaltar que, mesmo estando amparada por leis e decretos, a participação da pessoa com deficiência nos diversos segmentos sociais infelizmente deixa a desejar. Como já foi dito anteriormente, e é proposta do estudo esclarecer o que pode e deve ser feito para que se efetive sua participação.

---

12 Sylvania da Silveira Nunes; José Fernando Bitencourt Lomônaco – Universidade de São Paulo, revista@abrapee.psc.br, 2012. Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.

### **1.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: PRINCIPAIS RECURSOS**

Eu, que sou cega, posso dar uma sugestão àqueles que veem: usem seus olhos como se amanhã fossem perder a visão. E o mesmo se aplica aos outros sentidos. Ouça a música das vozes, o canto dos pássaros, os possantes acordes de uma orquestra, como se amanhã fossem ficar surdos. Toquem cada objeto como se amanhã perdessem o tato. Sintam o perfume das flores, saboreiem cada bocado, como se amanhã não mais sentissem aromas nem gostos. Usem ao máximo todos os sentidos; goze de todas as facetas do prazer e da beleza que o mundo lhes revela pelos vários meios de contato fornecidos pela natureza. Mas, de todos os sentidos, estou certa de que a visão deve ser o mais delicioso. (KELLER, 1880-1968).

As tecnologias estão presentes no cotidiano das pessoas nas mais diversas e corriqueiras situações, já estão tão incorporadas nas atividades, que se torna difícil apontá-las. Para as pessoas com deficiência, as Tecnologias Assistivas - TA adquirem relevância à medida que lhes permitem executar suas tarefas cotidianas com autonomia e independência (BERSCH, 2008).

Para as pessoas cegas e/ou com baixa visão - BV, o uso das TAs possibilita uma maior participação e autonomia na realização de tarefas que muitas vezes o usuário vidente – termo comum e usual para as pessoas que não apresentam dificuldades visuais – nem imagina que, com alguma adaptação, podem ser executadas pelos cegos e/ou com BV. Por representar um estudo de maior relevância, pois possibilita ao usuário com deficiência o acesso aos bens de consumo, as atividades de lazer, entretenimento e trabalho, o presente estudo faz-se necessário. Pesquisas mostram que, além de pouco difundidos, talvez pelo alto custo dos produtos e pelo número reduzido de pesquisas nesta área, os recursos disponíveis são pouco explorados pelos Deficientes Visuais. No Brasil, não há políticas que incentivem a pesquisa e fabricação das tecnologias, não há redução de impostos para os produtos importados, que geralmente são de melhor qualidade. Isso os torna inacessíveis aos usuários com poder aquisitivo mais baixo. Como cita Nunes, et.al.:

Muitas tecnologias assistivas, necessárias à inclusão social de pessoas cegas, ainda têm custos elevados, dificultando seu acesso ao usuário comum. Muitas vezes, faltam produtos nacionais de qualidade e, quando existem, são protótipos vinculados a projetos de pesquisa que sofrem pela falta de recursos. Muitas dessas tecnologias são ainda desconhecidas por aqueles que poderiam delas se beneficiar e, em diversos casos, carecem da participação ativa das pessoas com deficiência, destinatárias da tecnologia assistiva, na

sua concepção para sugestões e críticas quanto aos recursos que devem possuir e os usos reais que se podem fazer delas. (NUNES, E.V. et.al. s/d).

No Brasil, o **Comitê de Ajudas Técnicas - CAT**, instituído pela PORTARIA N° 142, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006, propõe o seguinte conceito para Tecnologia Assistiva, aprovado por unanimidade na reunião plenária de 14 de dezembro de 2007:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Brasil. CORDE. – CAT. 2007, Ata 7).

Segundo Ferrari, (2008):

Importante papel deve, portanto, ser conferido ao fomento às tecnologias assistivas, já que estas constituem e representam a principal contribuição da ciência e da tecnologia ao processo de inclusão, o que requer o conhecimento de sua potencialidade por parte daquelas pessoas ou coletivos de pessoas capazes de atuar de transformar a realidade em que estão inseridos, ou seja, dos atores sociais. (FERRARI, 2008, p.27).

A seguir, estão relacionados os principais navegadores textuais, sistemas operacionais para pessoas com deficiência e leitores de tela, retirados do Guia de Referência em Acessibilidade Web – UNIRIO, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Escola de Informática Aplicada, Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas de Informação e Comunicação orientados à Usabilidade e Semântica. No anexo 2, os navegadores descritos serão melhor apresentados, citando data de criação, professor responsável, como pode ser utilizado etc.

- Dosvox;
- Jaws - Job Access With Speech
- Linvox.
- Linx.
- NVDA - No-Visual Desktop Access
- Orca.
- Nuance Talks

- Virtual Vision
- Window-Eyes.

Apesar de serem recursos de suma importância para que o cego e a pessoa com baixa visão consigam participar ativamente dos avanços tecnológicos e das atividades de lazer e laborais, são recursos de leitura por meio do som. O que os tornam ortograficamente equivocados e deficitários, pois não estimulam a escrita autônoma e ortograficamente correta, cometendo erros ortográficos grosseiros em seus registros.

Salientamos esta observação para podermos refletir sobre a importância da escrita em Braille na aquisição da estrutura semântica da língua escrita, a qual possibilita mecanismos de uma escrita fluente sem erros ortográficos. Assim, o cego ou a pessoa com baixa visão poderão se desenvolver tanto na escrita como nas produções e interpretações, se a eles forem proporcionado mecanismos que facilitem o acesso ao mundo letrado.

O Presidente da Associação de Deficientes Visuais e Amigos – ADEVA, Markiano Charan Filho, destaca o Braille e a Orientação e Mobilidade como aprendizados que devem ser priorizados no processo de educação e reabilitação da pessoa cega.

Segundo MARKIANO *apud* FERRARI, 2008:

O braille é a única alternativa eficiente de alfabetização de pessoas cegas, pois garante qualidade na escrita em braille ou em outros formatos. Quando a palavra casa é lida por um leitor de telas, pode ser lida da mesma forma se escrita como kaza, caza, kasa. Essa situação somada ao conteúdo infinitamente menor de acesso a palavra escrita pela pessoa cega, já que esta não tem acesso à sinalização visual, como placas e banners, propagandas, rótulos de produtos, torna fundamental o fomento ao aprendizado do braille. Depoimento concedido em 15 de março de 2008. (MARKIANO *apud* FERRARI, 2008, p.42).

Assim, faz-se necessário recorrer aos estudos que descrevem sobre a importância do Braille como primeiro recurso tecnológico para o acesso à escrita. Para tanto, o Braille vem ganhando espaço também nas tecnologias, cada vez mais recursos vão sendo criados para tornar o braille mais acessível e dinâmico para os seus usuários.

No relatório de 2012, da Fundação Dorina Nowill, está descrito sobre o Braille:

O aprendizado do sistema Braille ainda na infância é uma porta de entrada para o mundo da leitura e da escrita, que oferecem à criança o desenvolvimento necessário para que se torne um adulto autônomo e participativo na sociedade. O sistema braille é o único método de

alfabetização de uma criança cega, pois proporciona o contato com a grafia, fator essencial para a compreensão e o emprego das letras, das palavras e da comunicação escrita e verbal como um todo. (2012, s/p)

Referente ao relatório anual, a Fundação Dorina Nowill, que apresentou na 22ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, dos dias 9 a 19 de agosto, nos Pavilhões do Anhembi, que abordou a importância da Leitura para pessoas com deficiência visual, com o lançamento da Coleção *Diferenças*, composta por cinco livros infantis, cada um falando sobre uma deficiência, com a proposta de esclarecer os mitos e rotina acerca do assunto. Os livros da Coleção são impressos em tinta e Braille, com ilustrações em relevo, mostrando que os deficientes podem e querem ter acesso ao mundo da leitura por meio dos produtos desenvolvidos pela instituição.

Para Santarosa (2000):

As ferramentas computacionais abrem um espaço de oportunidades, principalmente para as pessoas cujos padrões de aprendizagem não seguem os quadros típicos de desenvolvimento. Os estudos mostram que pessoas limitadas por deficiências não são menos desenvolvidas, mas se desenvolvem de forma diferente. (SANTAROSA, 2000, p.02).

O Sistema Braille foi adotado no Brasil após 29 anos de sua invenção, datada de 1824, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje denominado Instituto Benjamin Constant. O referido Sistema se manteve em sua forma original até a década de 40 do século XX. É universalmente utilizado por pessoas cegas.

O Braille é um sistema de leitura tátil e escrita para pessoas cegas, que consta da combinação de seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas de três pontos. O espaço ocupado pelos seis pontos forma o que se convencionou chamar cela Braille. (LEMOS, 1999, p.8).

A combinação de pontos na Cela Braille ou também chamada de símbolo Braille, permite a formação de 63 combinações. Para facilitar a sua identificação, os pontos são numerados da seguinte forma: do alto para baixo, coluna da esquerda: pontos 1,2,3; do alto para baixo, coluna da direita: 4,5,6.

1	4
2	5
3	6

Quando pensamos em Tecnologia Assistiva, o Sistema Braille não aparece como ferramenta principal, mas, sem dúvida nenhuma, este Sistema tem valor inestimável na busca

e promoção da inclusão social das pessoas com deficiência visual.

Com os avanços tecnológicos novos recursos, vão sendo criados para facilitar e agilizar a escrita Braille, garantindo-se como melhor meio de leitura tátil e escrita para a pessoa cega. Importante esclarecer que a “edição em Braille de qualquer texto, quando sua finalidade é a distribuição gratuita à pessoa cega, independe de autorização de quem detenha os direitos autorais de autor(es) ou editora(s). (Adaptações em Braille, SC - pág.06)<sup>13</sup>.

A partir deste momento, abordaremos a gênese do sistema de leitura escrita e destacaremos a sua criação. Uma importante iniciativa já ocorreria há 41 anos anteriores ao surgimento do sistema Braille. Valentin Haiÿ (1745-1822)<sup>14</sup>, com o apoio do rei, fundou em Paris a primeira escola, o instituto Real para Jovens Cegos de Paris, para educação e instrução profissional de cegos. Ele acreditava que, tanto quanto fosse possível, a educação dos cegos deveria ser igual a dos videntes. Em sua escola, Valentin Haiÿ adotou o alfabeto em relevo, utilizava caracteres móveis. Os alunos aprendiam a identificar as letras e os algarismos e assim combiná-los para escrever números, palavras e frases.

Mas o problema do ensino dos cegos, bem como seus registros, só ficou resolvido com a invenção do Sistema Braille. Esse Sistema foi desenvolvido por Louis Braille, em 1824, e consiste em escrita e leitura tátil com seis pontos em relevo chamada de “cela braille”. Os seis pontos da cela braille permitem a combinação de 63 caracteres, os quais apresentam combinações ortográficas e não sonoras.

Louis Braille, filho caçula de Simon René Braille e Monique Baron, nasceu no dia quatro de janeiro de 1809, numa cidadezinha francesa de Coupvray.

Louis costumava brincar na oficina de seu pai com retalhos de couro que sobravam da confecção de selas. Em 1812, Louis, com 3 anos de idade, perfurou seu olho esquerdo com uma sevelha pontiaguda, utilizada para retalhar o couro. O pai desesperado, tentando conter a hemorragia, buscou ajuda de uma curandeira e, com compressas, conseguiu estancá-la. Foi acometido por forte infecção em ambos os olhos, o que resultou em cegueira total.

Aos seis anos conheceu um novo Abade da comunidade, que o auxiliou em diversas atividades que iam além das religiosas. Por dois anos, estudou na escola da cidade de Coupvray. O abade, preocupado com seu futuro, começou a procurar uma escola para Louis e,

---

13 Documento elaborado pela A Comissão Brasileira do Braille (CBB), criada pela Portaria 319, de 26 de fevereiro de 1999.

14 Valentin Haiÿ nasceu no dia 13 de novembro de 1745 em Saint-Just-en-Chaussée, uma aldeia no departamento de Oise, na região Picardia da França. Dedicou sua vida totalmente à educação e à reabilitação social dos cegos. Disponível em <http://www.saudevisual.com.br/pessoas/biografias/660-valentin>, acesso em janeiro 2015.

num encontro com o Marques de Orvilliers, ouviu falar de Valentin Haüy.

Em 1819, iniciou seus estudos. Além dos textos ouvidos e explicações, que precisavam ser decoradas pelos alunos, alguns livros eram escritos no Sistema de Valentin Haüy. Louis Braille, sempre muito otimista e preocupado com os estudos, percebia a necessidade de um sistema de escrita. Posteriormente, teve contato com Charles Barbier de La Serre, capitão da Artilharia do Exército de Luís XIII, que elaborou um sistema de sinais em relevo, que permitia transmitir ordens durante a noite. Este sistema foi denominado de escrita noturna, pois os soldados podiam decifrar as ordens pelo tato. Barbier viu a possibilidade dos cegos se beneficiarem com este sistema de escrita que o denominou de grafia sonora. Por meio da grafia sonora, qualquer sentença podia ser escrita, mas por ser um sistema fonético as palavras não podiam ser soletradas. Assim, para decifrar uma única palavra muitos sinais deveriam ser utilizados. Ao apresentar para o Instituto, a princípio foi negada a utilização do sistema. Mais tarde, resolveu apresentá-lo, sendo novamente negado por achar o sistema extremamente confuso e complicado. Mesmo assim, teve o consentimento para uma apresentação aos professores e alunos. Após algumas divergências concordaram em adotar o sistema como método auxiliar de ensino.

Louis Braille logo aprendeu a utilizar o sistema de Barbier e começou a estudá-lo apontando as dificuldades e descobrindo maneiras de aprimorá-lo. Braille descreveu e apresentou as dificuldades e propôs alguns aperfeiçoamentos, mas Barbier não aceitou e não permitiu que as alterações fossem feitas.

Foi assim que Louis Braille começou a trabalhar para criar um novo sistema de escrita que pudesse eliminar os problemas encontrados na invenção de Barbier. Em 1824, aos 15 anos de idade, já tinha pronto os primeiros estudos de sua invenção. Um sistema de relevo que recebeu o seu nome, bem próximo do que hoje é utilizado. Apresentou sua invenção e rapidamente os alunos aprenderam a utilizar.

Somente no ano de 1843, 19 anos depois, na cerimônia de inauguração do novo prédio do Instituto Real para Jovens Cegos, seu invento foi apresentado publicamente e declarado aceito, sendo adotado pelo instituto e seu uso se expandiu a partir de então pela Europa.

Braille faleceu no dia 6 de janeiro de 1852, e mesmo não tendo o reconhecimento de seus contemporâneos, estava certo de que seu trabalho não havia sido em vão. Foi enterrado em sua cidade natal, em 10 de janeiro de 1852.

Segundo Lemos, 1999:

Somente cem anos mais tarde, a história do garoto de quinze anos que inventou um sistema de seis pontos em relevo expandiu-se pelo mundo. Louis Braille não assistiu, em 1854, à aprovação oficial do uso de seu sistema para o ensino de cegos na França. Não assistiu, também, à adoção universal do sistema Braille, durante o Congresso Internacional de Surdos-Mudos e Cegos de Paris, realizado em 1877, que o proclamou como o melhor sistema de leitura e escrita para ensino de cegos em todo o mundo. (LEMOS, Edison Ribeiro et al, 1999).

Ferrari relata sobre o uso das Tecnologias:

O sucesso de políticas de fomento ao uso da Tecnologia Assistiva depende da participação dos usuários em sua elaboração, e que muitos esforços são desperdiçados por não se envolver os reais interessados na análise do problema e identificação das possíveis soluções. (FERRARI, 2008, p.76).

Abaixo estão apresentados alguns exemplos de desenhos/recursos para a escrita braille. Como são exemplos, podem existir variações de um mesmo produto/recurso. São eles: a reglete de mesa, o punção, a máquina braille e a impressora braille.

Figura 2. Reglete de mesa



Figura 3. Punção Braille



*Punção braille*  
<http://zadante.orgfree.com/pagreglete.html>

Fonte:

Figura 4. Máquina Braille



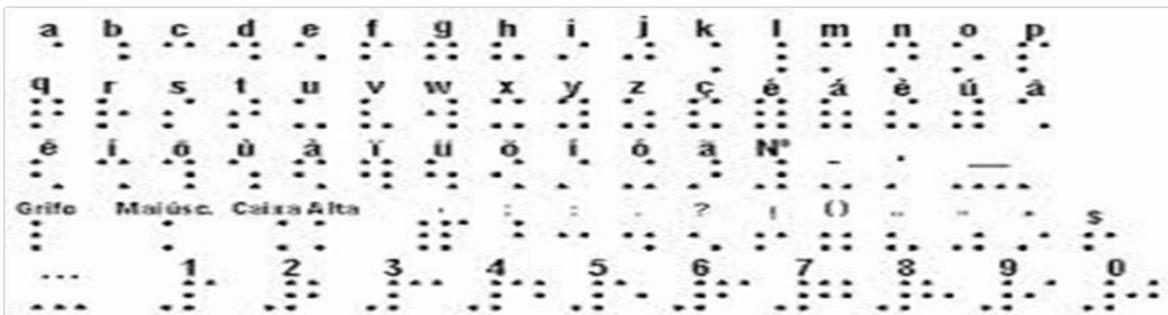
Máquina braille - [www.laramara.org.br](http://www.laramara.org.br)

Figura 5. Impressora Braille



Impressora braille - [www.civiam.com.br](http://www.civiam.com.br)

Figura 6. Alfabeto Braille



Alfabeto Braille – [www.moldesdeletras.com](http://www.moldesdeletras.com), último acesso em 11/02/2015.

Alfabeto Braille – [www.moldesdeletras.com](http://www.moldesdeletras.com), último acesso em 11/02/2015.

Com a participação de um dos delegados da Fundação Dorina Nowill para Cegos, na Conferência Internacional de Braille, realizada em março de 1950, em Paris, pela UNESCO, iniciou-se o processo de expansão do uso do sistema Braille no Brasil e no mundo. Na ocasião, uma das recomendações era que fosse criado um Conselho Mundial de Braille.

O Braille foi introduzido no Brasil na primeira escola para cegos, criada em 1854, o atual Instituto Benjamin Constant, instituto federal mantido pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC. Importante relatar que essa escola foi a primeira a utilizar o Sistema Braille na América Latina.

## Segundo Lemos:

A introdução das abreviaturas braille grau 2 da língua portuguesa, por parte do Brasil, teve de ser reexaminada, devido à publicação da lei nº 4.169 de 4/12/62, que oficializava as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. (LEMOS *et al*, 1999, p.28).

A utilização do sistema Braille no Brasil pode ser dividida em três períodos distintos. De 1854 a 1942, conforme anteriormente citado, o Sistema Braille foi adotado pelo Imperial Instituto dos Meninos Cegos, depois Instituto Benjamin Constant (1891), e quem muito contribuiu foi José Alvares de Azevedo, considerado Patrono da Educação dos cegos no Brasil, pois aprendeu o Braille na França e trouxe a novidade para o Brasil.

No segundo período de 1942 a 1963, algumas alterações na simbologia ocorreram. O alfabeto Braille foi adaptado à nova reforma ortográfica. Instituídas a Portaria nº 552, de 13 de novembro de 1945, e a Lei nº 4.169 de 04/12/1968.

E, na terceira divisão, de 1963 a 1995, Lemos destaca que:

Em 05 de janeiro de 1963, foi assinado um convênio luso-brasileiro, entre as mais importantes entidades dos dois países, para a padronização do Braille integral (grau 1) e para a adoção, no Brasil, de símbolos do código de abreviaturas usado em Portugal.

Em relação à matemática, educadores e técnicos da FLCB e do IBC, principalmente, complementaram a tabela Taylor com o acréscimo de símbolos braille aplicáveis à teoria de conjuntos.

A atuação profissional de pessoas cegas, no campo da Informática, a partir da década de 70, fez com que surgissem diferentes formas de representação em Braille desta matéria, com base, sobretudo, em publicações estrangeiras. Em nível de imprensas e centros de produção de Braille, finalmente, foi acordada em 1994, a adoção de uma tabela unificada para a Informática.

Durante todo esse período, o Brasil participou dos esforços do Conselho Mundial para o Bem-Estar dos Cegos (hoje, União Mundial de Cegos) para a atualização e a unificação do Sistema Braille, como o demonstra a contribuição brasileira à Conferência Ibero-Americana para Unificação do Sistema Braille (Buenos Aires, 1973), a participação de técnicos brasileiros, como observadores, na Reunião de Imprensas Braille de Países de Língua Castelhana (Montevideú, 1987), a criação da Comissão para Estudos e Atualização do Sistema Braille em Uso no Brasil (1991 - 1994), a atuação de especialistas brasileiros na Conferência: O Sistema Braille Aplicado à Língua Portuguesa (Lisboa, 1994), além de outras iniciativas e atividades desenvolvidas.

Destaque-se, em todo este período, o trabalho conjunto da, hoje, Fundação Dorina Nowill para Cegos e do Instituto Benjamin Constant, através de seus especialistas, aos quais se reuniram, muitas vezes, competentes profissionais de outras importantes entidades brasileiras.

As tentativas de destacadas entidades para cegos, no sentido de se criar, no âmbito federal, uma comissão nacional de Braille não foram bem sucedidas.

O insucesso, porém foi certamente compensado pelo trabalho profícuo e harmonioso dos especialistas em Braille do Brasil.

A União Brasileira de Cegos, na assembleia geral ordinária, de 28 de agosto de 1995, homologou a criação, no âmbito dessa entidade, da Comissão Brasileira de Braille, constituída de cinco membros.

Os membros da Comissão deveriam atender aos critérios de serem, preferentemente, usuários do Sistema Braille e de ter conhecimento e experiência reconhecidos no campo da produção de material braille e da educação de cegos. (LEMOS et al, 1999, p.28)

Conhecer todo percurso do Sistema Braille contribuiu para o trabalho de gestores públicos, privados e do terceiro setor para que possam perceber indicativos concretos na elaboração de novas políticas ou mesmo para o fortalecimento e manutenção das já existentes.

As pesquisas não se findam, pelo contrário, elas estimulam e valorizam a investigação do que pode ser modificado em prol de soluções reais no uso de tecnologias que fortalecem, aprimoram e valorizam o uso do Sistema Braille, tanto para a escrita como para a leitura.

## CAPÍTULO 2

### **POLITICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA: PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA – PROLER (1992-2014)**

“Lê-se para sentir-se ler, para sentir-se lendo, para sentir-se vivo lendo. Lê-se para tocar, por um instante e como uma surpresa, o centro vivo da vida ou sua exterioridade impossível”.

Jorge Larrosa

No início do período Republicano, a proposta básica do governo era a educação do povo. A população deveria saber ler, escrever e contar. Nessa perspectiva, a alfabetização era confundida com a leitura. Reconhecidamente a alfabetização das classes populares era simplesmente para qualificar mão de obra para as indústrias que surgiam, com o papel de formar leitores e não propriamente a leitura era evidenciada.

A leitura e a formação de leitores precisam ser discutidas como política pública de Governo, o que certamente necessitará de uma mudança na concepção teórico-histórica. Não basta prender-se às “ferramentas” que levam à competência do ato de ler, mas sim de despertar o desejo pela leitura como competência crítica e cidadã.

Segundo Pellegrine:

Concepção de leitura como condição de existência do homem, como parte de sua constituição, como capacidade que lhe permite interagir com o seu semelhante e transforma condições adversas em possibilidades de vida. (PELLEGRINE, 2010, p.35).

E ainda, há que se considerar o aspecto da leitura e escrita serem um mecanismo real de direito de se assumir enquanto cidadãos, tendo voz nos mais diferentes canais de difusão de ideias, para que não se perpetue na ignorância e na mendicância de uma condição paternalista da sociedade, sofrendo com a desvalorização de uma coletividade que pensa, que tem o poder de difundir e fazer valer suas ideias e interesses.

Assim, como se pode perceber nas palavras Anne-Marie Emile Millon Oliveira:

A escrita é, por excelência, o meio de a maioria discriminada de nossa população ter a oportunidade de distanciar-se do cotidiano que tanto a oprime, de refletir sobre ele e de construir conhecimentos próprios sobre as

raízes de sua opressão. Não se tem notícia de povos que tenham se libertado da opressão sem ter na leitura e na escrita poderosos instrumentos de formação de uma nova consciência. (OLIVEIRA, pág.103).

A ideia de se instituir um Programa de Leitura surgiu com a consolidação com uma pesquisa realizada pela Senhora Dra. Eliana Yunes, coordenadora do Programa Nacional, no período de implantação, de 1992 até 1996, que se propunha a desvendar as causas das dificuldades que a escola enfrentava e enfrenta até os dias atuais, de alfabetização e promoção de leitura. Surge então uma pesquisa, em 1998, “Avaliação crítica das ações do Estado na promoção da leitura em 100 anos do Período Republicano” (Pellegrine). Como resultado, parte dessa avaliação compõe o texto de apresentação do documento: “Anteprojeto para uma Política Nacional de Incentivo à Leitura”.

Institucionalizado através do Decreto<sup>15</sup> nº 519, de 13 de maio de 1992 (BRASIL, 2010), é orientado pelo princípio de que a leitura é um fator determinante para o desenvolvimento social, cultural e profissional de qualquer pessoa.

O “PROLER” é um Programa de Incentivo à Leitura que se coloca como assessor de ações regionalizadas de promoção da leitura, como parceiro de instituições diversas para a formação de recursos humanos e para a busca de apoios econômicos, em linhas complementares a esse trabalho, trabalhando com ações básicas, com o intuito de contribuir para a formação de uma sociedade leitora numa troca de experiências de leitura, através da formação de uma Rede Nacional de Leitura.

Então, instituído no ano de 1992, o PROLER:

[...] estendeu sua área de atuação por mais de 300 municípios brasileiros, criando 94 núcleos regionais, abrangendo quase todo território nacional e, passados mais de 10 anos da extinção oficial de suas propostas, continua presente em experiências de formação de leitores por todo país. Essa permanência atinge, desde a educação infantil até os cursos de pós-graduação, envolvendo não apenas instituições escolares, mas outros espaços públicos e privados como bibliotecas, livrarias, presídios, restaurantes, praças públicas, museus, teatros e hospitais. (PELLEGRINE, 2010 p.22-23).

Para se estudar este programa que vem resistindo às mudanças de governo, faz-se necessário, conhecer as teorias que serviram como base e ideologia, bem como o contexto histórico e político no qual se instituiu o PROLER.

---

15 Ver anexo 2.

O PROLER foi idealizado, diante de um panorama crítico da precária situação da leitura do país, cujo objetivo era a intervenção nos processos de leitura em diversos campos numa “perspectiva ética e incluyente”, conforme relata Pellegrine.

Procuramos descrever, segmentando os períodos para melhor identificarmos as propostas do programa de leitura de acordo com os seus coordenadores. Para tanto, tomamos como base a leitura do documento disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional chamado PROLER: Concepções e Diretrizes (FBN. s/d, f.44).

De 1996 a 2002, a primeira comissão que esteve à frente do PROLER, desde a sua concepção, em 1992, tinha como organizadores o Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Affonso Romano de Sant’Anna, a senhora Eliana Yunes, servidores da FBN e especialistas da área acadêmica e cultural. Tinham uma proposta mais abrangente, numa política ainda voltada para a formação de leitores e de agentes de leitura. O programa foi concebido numa tentativa de resposta a uma preocupação primordial que seria o:

[...] “distanciamento de grande parte da sociedade em relação à leitura, um problema decorrente de questões estruturais de formação da nação brasileira e que suas consequências futuras, comprometia as perspectivas de desenvolvimento social” (FBN. s/d, p.12).

Havia três prioridades definidas em suas ações:

1. Formar promotores de leitura, o que implicaria maior abrangência de agentes, não ficando limitados apenas a bibliotecários e professores, mas ampliando para servidores da área da saúde, cultura, agentes comunitários e outros profissionais.
2. Dinamizar os acervos das bibliotecas e salas de leitura do país.
3. Difundir a leitura como valor social, neste ponto, dinamizando tanto a leitura em diversos espaços sociais, a chamada “desescolarização” da leitura e ao mesmo tempo trabalhando a leitura como elemento comum nas diferentes formas de conhecimento, valorizando ações dinâmicas de leitura também nos espaços escolares.

Nos anos de 1996 a 2002, uma nova comissão coordenadora foi composta, agora com uma proposta mais específica para qualificar a leitura na escola. Como forma de justificar a nova proposta esperava-se que:

Articulando múltiplos parceiros que desenvolviam ações de leitura em diferentes locais e instituições no Brasil, o PROLER baseou-se em princípios que levavam em conta o fato de que a sociedade brasileira convivia com uma

escola básica cujos resultados apontavam para a fragilidade da intervenção pedagógica. (FBN, s/d, p. 13).

Considerava que o espaço escolar seria o principal campo de atuação do PROLER. Tendo como objetivo promover a leitura de qualidade na escola, na tentativa de substituir os textos cartilhados e fora de contexto.

No período de 2003 a 2006, o PROLER sofreu certa ruptura, por isso, ainda não conseguimos ter acesso a nenhum documento que pudesse relatar o ocorrido neste período. O documento que tomamos como referência somente descreve que: “seguiu-se um período difícil de conturbações institucionais, em que a falta de recursos pôs sob ameaça a permanência das ações do Programa”. (FBN, s/d, p. 28).

Passaram por este período de instabilidade<sup>16</sup> três coordenações que, mesmo breves, tiveram um papel importante para manter o programa em funcionamento.

Nos anos de 2006 a 2014, mais uma vez é formada uma nova coordenação, agora com bases mais sólidas e com novas parcerias, na tentativa de buscar recursos que pudessem fortalecer as políticas públicas no campo do livro e da leitura. Empenhou-se em formalizar novos “vínculos de cooperação” com municípios e comunidades, em todo território nacional, ampliando sua representatividade.

Os vínculos de formação ao qual se referem são os comitês, instituídos em todo país. Estes comitês são formalizados por meio de um “Termo de Parceria”, no qual assumem a continuidade do programa com ações de leitura, formação de agentes de leitura, realização de oficinas e curso, de acordo com a realidade de cada região. Assim, passam a ter um “estatuto oficial”, numa rede de cooperação, que visam à difusão das experiências e à continuidade das ações nos diversos municípios do país. Assim:

A adesão ao Programa acarreta compromissos recíprocos, impõe direitos e deveres, e seu caráter oficial tem por finalidade garantir a continuidade das ações desenvolvidas por um Comitê independente das eventuais mudanças na composição dos seus membros. (FBN, s/d, p. 29).

Importante ressaltar que foi nesse período que foi retomada a publicação da Folha do PROLER, e ainda foi criada uma página de divulgação pela internet das temáticas dos

---

<sup>16</sup> Refere-se à escassez de meios materiais e de financiamento, que afetavam até mesmo a própria manutenção da infraestrutura e dos equipamentos de sede do Programa. (FBN, s/d, p.14).

encontros anuais, diversos estudos sobre leitura e assuntos correlatos.

Conforme já mencionado, o PROLER foi idealizado e concebido numa perspectiva democrática. Sua essência se dispõe a uma concepção descentralizadora, apartidária, consegue ser “livre” na semântica da palavra. Ele valoriza, incentiva e acompanha os comitês em todo território nacional numa espécie de “rede de cooperação”<sup>17</sup>, promovendo intercâmbio das diversas ações realizadas. Fazendo do programa uma verdadeira seara de fomento à formação de agentes de leitura, à prática e ao gosto pelo prazer de ler.

Abaixo estão listados os comitês que, em 2009, compunham o Estado de Minas Gerais. Em seguida, trataremos da dinâmica de atividades e ações desenvolvidas pelo Comitê Vale do Rio Grande, especificamente da cidade de Uberaba – MG.

Quadro 3 – Municípios Polo que sediam o PROLER e seus representantes:

Araxá	MG	Maria Amália Dumont de Oliveira
Capim Branco	MG	Karine da Silva Andrade
Cataguases	MG	Eliane Gonçalves Pessoa
Itanhandu	MG	Maria das Graças Chaves Vilela
Juiz de Fora	MG	Carlos Antônio Pravato
Montes Claros	MG	Inailde Rodrigues Lima Lopes
Papagaios	MG	Rosa Maria Filgueiras Vieira
São Sebastião do Rio Preto	MG	Ana Maria Gonçalves
Teófilo Otoni	MG	Bruno Dias Bento
		Michelle de Oliveira Freitas (representante)
Vale do Rio Grande (Uberaba)	MG	Tânia Cristina Fígaro Ulhoa
Uberlândia	MG	Rosimeire A. Moreira Peraro Ferreira

Fonte: Disponível em <<http://proler.bn.br/regiaosudeste.htm>>. Último acesso em: 11/02/2015.

Vale ressaltar que cada comitê listado é sediado por um município polo responsável por dar assessoria a outros municípios de sua comarca. Como não serão analisados todos os comitês do estado, a pesquisadora tratará apenas de citar os municípios que compõem o Comitê Vale do Rio Grande. O estudo será realizado unicamente no município de Uberaba, onde iremos relatar a dinâmica das ações de leitura, organizadas pelo Comitê PROLER, bem como se há ou não a participação da pessoa com deficiência visual nestas atividades.

Como Uberaba fez a adesão para desenvolver o PROLER nos primeiros 5 anos de Projeto Nacional, foi preciso conhecer a realidade nacional para assim contextualizarmos

17 Expressão utilizada no encarte - Proler: concepções e diretrizes. nº3 de 2009 p.15.

numa dimensão local os aspectos que motivaram o Município e ainda o que o mantem, mesmo depois de 17 anos.

Durante esses 22 anos de PROLER, algumas readequações foram realizadas em virtude das mudanças de governo, bem como da equipe idealizadora e gestora do PROLER nacional. Infelizmente, não encontramos registros ininterruptos durante esse tempo. Para tentar compor sua trajetória foi preciso pesquisar em diversas fontes, a saber: Folha PROLER, entrevistas, capítulos de livros, encartes, trabalhos acadêmicos, entre outros.

As dificuldades encontradas na composição do cenário foram basicamente por serem registros realizados, em sua maioria, pelos membros do PROLER nacional e membros dos comitês regionais e por não terem sequência de datas.

## 2.1 CONTEXTO HISTÓRICO/ABRANGÊNCIA NACIONAL DO PROGRAMA DE LEITURA

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

João Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas.

A atualidade é marcada pelo excesso de atividades, numa constante queixa de falta de tempo para a leitura, seja ela acadêmica ou por lazer. Em contrapartida, muitos são os estudos sobre leitura e da sua importância para a formação crítica do ser humano. Segundo Sonia Kramer<sup>18</sup>, “no Brasil os livros mais vendidos são os didáticos e ainda em mais de 90% dos municípios não há livrarias, e estas ainda são o modo mais frequente de se obter um livro, o que sugere a precariedade ou quase inexistência de bibliotecas”.

Considerando que “um país se faz com homens e livros”, segundo Monteiro Lobato (1932), o investimento em livros não pode ser maior que o investimento em mediadores. Nessa ótica, a responsabilidade com a leitura, e com a formação de leitores, passa a ser pelo menos em tese, uma preocupação partilhada entre o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura, com diretrizes coordenadas entre esses dois ministérios, juntamente com ações oriundas do chamado terceiro setor. (SIQUEIRA, 2013, p.93).

Se escolas e bibliotecas são espaços profícuos de desenvolvimento do trabalho com a leitura, é natural que as políticas públicas tomem essas instituições como ponto de partida.

Entretanto, como já realçamos, através da parceria entre MEC e MINC e demais setores organizados da sociedade, uma ampla frente de especialistas vem se dedicando a pensar a capacitação de mediadores dentro e fora do espaço escolar. Nesse aspecto, podemos afirmar que o professor e o bibliotecário deveriam ser mediadores por natureza, tendo em vista a especificidade da profissão que desempenham. Mas uma política para esse setor, seja pública ou privada, não deve perder de foco as demais modalidades de mediação, que envolvem desde os membros da família, os amigos mais experientes, até os livreiros, ilustradores, editores, diagramadores e todos os demais profissionais que fazem parte da malha que cobre o setor do livro, da leitura e da literatura. (SIQUEIRA, 2013, p.93).

---

18 Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Brasil). Casa da Leitura. Cursos da Casa da Leitura, 2. – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009, p. 34.

Para que se consiga um melhor desempenho e melhores índices de práticas efetivas de leitura no país, a formação do profissional do magistério deve ser fator de estudo e debate, pois, concordando com o pesquisador Ezequiel Teodoro Silva:

No Brasil, a formação aligeirada – ou de meia tigela – dos professores, o aviltamento das suas condições de trabalho, o minguado salário e as políticas educacionais caolhas fazem com que os sujeitos do ensino exerçam a profissão sem serem leitores. Ou, então, sejam tão somente leitores pela metade, pseudoleitores, leitores nas horas vagas, leitores mancos, leitores de cabresto e outras coisas assim. (SILVA, 2006, p.23).

Mas afinal, o que pode ser entendido por leitura? Recorrendo a Paulo Freire em seu texto intitulado “A importância do ato de ler”, “[leitura] não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”. Ainda de acordo com Freire, para entender um texto é necessário perceber a relação entre ele [o texto] e o contexto. Assim, pensar em leitura na perspectiva do PROLER é se utilizar dela [leitura] para fazer descobertas, desvendar segredos, viajar no tempo e no espaço, e não simplesmente se apropriar de um bom livro, para entender o processo de decodificação das palavras.

Nas palavras de Goulart, ela aponta, dentre as indicações metodológicas para a alfabetização, que:

A leitura pela criança e para a criança de textos de origens sociais variadas representa um fator fundamental tanto para a ampliação da visão da realidade, quanto para a apropriação de características da linguagem escrita (estruturas morfosintáticas e discursivas, sinais de pontuação, organização espacial dos textos e outras) e, ainda, para a ampliação de recursos expressivos na linguagem oral. (GOULART, p. 55).

Para Yunes:

A leitura tem poder transformador das histórias, a leitura como um todo é a condição para eu me apossar do mundo. É lendo que se oferta a cidadania, o desejo de ser dono da própria história, de ter uma inserção no mundo, na sociedade e tudo isto vem da qualidade de uma informação articulada. (YUNES, pág.43).

Percebe-se um complemento nas ideias de ambas pesquisadoras, que traz na leitura a referência do ato emancipador social, e leva o indivíduo à participação ativa na construção da

cidadania.

O leitor precisa ser sensibilizado, envolvido e, como dizia Rubem Alves, “seduzido” a buscar na leitura o prazer de imaginar, de criar e de vivenciar um mundo ainda imaginário. Para Yunes “é disto que a gente precisava para ter uma sociedade efetivamente leitora”. E ainda na perspectiva dessa mesma autora:

Quem experimenta a leitura como diálogo com a cultura e os outros, não para jamais de se educar, de se transformar através da linguagem: esta matéria prima da humanidade que não se esgota. (YUNES, 2010 p.47).

Seriam necessários estudos e ações concretas e significativas para promover o reconhecimento da importância de uma população efetivamente leitora. Maria Antonieta Sampaio Rodrigues, em sua dissertação (2013, p.20), propõe que “deve-se entender “leitor” como aquele que é capaz de ler tanto os textos quanto a realidade e, assim, sabendo situar-se socialmente, e reivindicar seus direitos de cidadania”.

Pesquisas vêm sendo realizadas sobre acesso a escolarização, alfabetização, importância da leitura e inserção social. A estas dificuldades no processo ensino aprendizagem, alguns autores apontam certo distanciamento dos alunos com o ato de ler, o que pode ser um forte indício para o lento avanço da modernização do país. Assim:

Com uma perspectiva que procura reconhecer e valorizar as práticas de leitura, grandes esforços no setor público e privado vem acontecendo para melhorar a formação de leitores e ampliar as possibilidades de acesso à cultura letrada em boa parte dos países da América Latina. No entanto, a contradição nos programas de incentivo à leitura começa a se apresentar quando eles surgem da necessidade de setores ligados à produção do livro para ampliar o mercado em benefício exclusivo de seus próprios interesses desprovidos de todo poder crítico, portanto de transformação social. (RODRIGUES, 2013, p.21).

Nesse processo, muitas vezes fragmentado, seja por maneiras divergentes de entender a metodologia e a importância da leitura, há uma ideia que se converge:

[...] qualquer iniciativa em direção ao estímulo à leitura deve envolver diversos agentes e diferentes segmentos sociais: famílias, escolas, professores, bibliotecários, especialistas, pesquisadores, editores, autores, meios de comunicação, instituições governamentais e não-governamentais. (GARCEZ, 2009, p. 66).

Se a ideia é democratizar a leitura como processo de conhecimento e compreensão da realidade e humanização, os diferentes segmentos devem sempre dialogar entre si. Isso porque, ainda de acordo com as palavras de GARCEZ, o incentivo à leitura depende de:

1. Convívio contínuo com histórias, livros e leitores, desde a primeira infância;
2. Valorização social da leitura pelo grupo social a que pertence;
3. Disponibilidade de acervo de qualidade e adequado aos interesses, aos horizontes de desejo e aos diferentes estágios de leitura dos usuários;
4. Tempo para ler, sem interrupções, previsto e assegurado no planejamento escolar;
5. Espaço físico agradável, confortável, estimulante e atrativo;
6. Ambiente de segurança psicológica e de tolerância dos educadores em relação ao percurso individual de superação de dificuldades;
7. Valorização da leitura pelo grupo;
8. Oportunidades para expressar, registrar e compartilhar interpretações e emoções vividas nas experiências de leitura;
9. Acesso à orientação qualificada sobre por que ler, como ler, o que ler, como ler e quando ler. (GARCEZ, 2009, p. 66).

Nos itens acima citados, percebe-se uma redundância, uma repetição do ideal, do esperado para a formação do leitor autônomo, capaz de “ler” o mundo. Mas então, por que ainda vivenciamos uma pequena parcela da população realmente leitora? O que falta para ser desenvolvido, no que tange ao incentivo pela leitura? Como oferecer à população mecanismos de valoração da importância do ato de ler? As indagações não cessam, visto que estão presentes nas ações de fomento à formação leitora.

O objeto de estudo da presente pesquisa, o PROLER é um programa que foi idealizado para responder estas indagações. A proposta advém do Ministério da Cultura, justamente por reconhecer que a leitura está além dos muros da escola.

## **2.2 CONTEXTUALIZANDO O PROLER NO MUNICÍPIO DE UBERABA-MG (1997-2014)**

O PROLER foi implantado em Uberaba, fruto de uma significativa e estreita relação entre a Educadora Vânia Maria Resende e a Senhora Dra. Eliana Yunes, coordenadora do Programa Nacional, no período de implantação, de 1992 até 1996. Vânia Maria Resende esteve presente no evento inaugural, nas avaliações realizadas a partir de então. No ano de 1996, houve significativa modificação na comissão do PROLER Nacional, ocasionando a mudança na coordenação. Mas por ser reconhecida e respeitada pelo seu trabalho e participação no programa de incentivo à leitura como especialista e estudiosa na área da literatura, a senhora Vânia pode viabilizar a implantação do programa no ano de 1997.

Tal implantação contou com o incentivo da educadora e com o empenho de demais segmentos da sociedade, em especial a senhora Maria de Lourdes Melo Prais, Secretária Municipal de Educação e a Diretora da Biblioteca Pública Municipal “Bernardo Guimarães”, a senhora Laís Bilharinho, tornando a Biblioteca Pública Municipal, o órgão coordenador do programa em Uberaba, a partir de 1997.

Em 2006, houve uma mudança pelo gestor da Fundação Cultural e pelo Secretário de Educação – sendo o Termo de Convênio renovado pela Prefeitura Municipal, mas agora sob a tutela do Departamento de Programas e Projetos, que hoje denominamos de Departamento Cultural.

Em 2007, o Comitê do PROLER em Uberaba e região passou a ser denominado: Comitê Regional do PROLER Vale do Rio Grande, por sugestão unânime dos secretários de educação das cidades parceiras, em reunião ordinária.

Neste mesmo ano, o Comitê foi transferido para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ficando sob a coordenação da Senhora Professora Tânia C. Fígaro Ulhôa, do Departamento de Programas e Projetos Especiais (DPPE).

O Termo de Parceria firmado com a Fundação Biblioteca Nacional foi renovado e a sede do Comitê Regional ficou então estabelecida na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situado no Centro Administrativo Municipal de Uberaba-MG.

O Proler promove um evento anual, aberto a toda comunidade, com uma divulgação ampla e irrestrita. Está sob a tutela da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que conta com um universo de aproximadamente 3.000 educadores, o que torna mais fácil e até mesmo lógico, atingir primeiramente esse público. Assim, o evento poderá ter limite de vagas, mas

não pode ser direcionado a um público específico.

O foco de discussão das ações do PROLER passa pela formação de mediadores de leitura e discute também o Projeto Político para o Livro e Leitura. O público que mais se apresenta nos eventos é proveniente de diversos segmentos da sociedade, ficando em destaque a educação e a cultura, por meio de escolas, bibliotecas e empresas. A educação fica em evidência, pois como o foco é a formação de novos leitores, sendo assim, são os professores que mais se apresentam, buscando seu aprimoramento nas oficinas oferecidas nos eventos anuais.

O comitê regional é formado por **“fichas de adesão de integrante”**, nas quais a Instituição é que se torna integrante. Então, a instituição é quem nomeia quem quer que a represente nas reuniões, com direito a voz e a voto. São parceiros do atual comitê:

- UFTM – Instituição Integrante, representado pelo Prof<sup>o</sup> Acir Mário Karwoski.
- UNIPAC – quem participa das reuniões é o Professor Chafi ou a Professora Delcira.
- LIVRARIA ALTERNATIVA – é uma empresa e quem a representa é a senhora Thaís Helena Syllos Cólus.
- MUNICÍPIOS – Uberaba, Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas, Delta, Frutal, Iturama. Não fazem mais parte desde 2013: Sacramento, Veríssimo, Pirajuba. E, ainda, Conquista, Santa Juliana e Nova Ponte, que se mostraram interessadas em integrar o Comitê, mas não formalizaram o interesse, então ainda não participam.
- SÍTIO DA PEDREIRA: CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – microempresa representada pelo Senhor Renato Muniz, que também representa a Faculdade de Talentos Humanos (FACTHUS) nas reuniões. A FACTHUS é uma integrante de apoio, porque ela não tem licenciatura, mas tem o interesse em ter o programa dentro de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o que dá visibilidade. Vale ressaltar que o professor Renato Muniz atua como escritor voluntário do PROLER.
- IFTM – o curso de Letras já está no segundo ano de vigência, pois a coordenadora Aparecida Maria Xenofonte Pereira Valle apresentou interesse em participar.
- SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO (SRE) – Senhor Eduardo Callegari, que designou a Senhora Edna Pantaleão para participar das reuniões do Comitê. No presente ano, o Sr. Eduardo deixou a Superintendência Regional de Ensino e até a presente data não houve comunicado oficial de quem assumiria o cargo.
- SABI - Sociedade Amigos da Biblioteca Pública – foi fundada para ser uma ONG que pode subsidiar ações da Biblioteca Pública por meio de captação de recursos, mas que tem

uma abrangência de envolvimento com todas as questões da leitura e também pelo PROLER ter nascido e ficado em Uberaba sob a tutela da Biblioteca Municipal até 2005.

- SESC – apresentou interesse em participar como integrante, ou seja, com poder de voto. Ele se apresenta como apoiador em alguns encontros.
- Demais apoiadores do PROLER, editoras, instituições diversas, pessoas físicas, o que depende da finalidade do evento.

Vale destacar que apoiadores do PROLER se sobressaem de acordo com a finalidade do evento, isto é, não são “apoiadores fixos”, e assim não têm poder de decisão, nem de voto. A exemplo, o evento denominado “PROLERZINHO”<sup>19</sup> – iniciativa do Comitê, que já teve participação de parques, empresas e outros órgãos de interesse. Mas o maior apoiador é a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pois principais favorecidos são os alunos de rede pública municipal, por ser a sede de instalação do Comitê Vale do Rio Grande.

As pessoas se integram ao Comitê pela missão de formar leitores. A contribuição vai desde a cessão de espaço físico, até a contribuição financeira para o pagamento de passagens aéreas, diárias de hotel, alimentação etc.

As ações realizadas pelo comitê Vale do Rio Grande apresentam-se em várias vertentes. A seguir, serão relacionadas algumas de maior destaque:

- Ação na Comunidade – palestras solicitadas pela comunidade, escolas, rádio, associação de bairro etc.
- Biblioteca Comunitária<sup>20</sup> “PESCANDO LEITORES” – ação acontece no Parque das Acácias, tem o amparo do Departamento Cultural. Ainda nessa ação há uma parceria entre a Educação Ambiental e a Fundação D’Paschoal, que doa livros para as crianças.
- Trupes de Leitura – ação somente para as crianças das escolas da Rede Municipal, crianças de 6 a 10 anos no período integral e Leiturinha (uma versão das Trupes de Leitura) para as crianças que ainda estão em processo de alfabetização.

---

19 Prolerzinho é uma versão do encontro maior, está inserido no Mapa de Ações do Plano Nacional do Livro e Leitura, é realizado para o público infanto-juvenil, com oficinas de formação em leitura, sessão de contação de histórias, palestras. Ainda dentro do evento é realizada uma versão à noite para professores, universitários e comunidade em geral. (Nota da Pesquisadora).

20 O Comitê solicitou um quiosque no Parque para montar a Biblioteca, o acervo foi formado por doações, aquisição pelo Ministério da Cultura (Projeto fome de livro zero, diversas instituições doaram livros, alguns mobiliários foram doados por Universidades parceiras e com alguns recursos do Comitê).

- PROLERZINHO – um evento realizado para o público infanto-juvenil, com oficinas de formação em leitura, sessão de contação de histórias e palestras. Está inserido no Mapa de Ações do Plano Nacional do Livro e Leitura desde o terceiro ano de realização. Ainda, no mesmo evento, é realizada uma versão à noite para professores, universitários e comunidade em geral.
- Seminário Regional de Leitura – ação desenvolvida fora de Uberaba. São eventos desenvolvidos pelas cidades que compõem o Comitê, são escolhidos temas diversos, não necessariamente o tema proposto pelo evento anual. O Comitê apoia na organização, sugere nomes de palestrantes, alguns recursos e com certificação dos participantes.
- Excursões Culturais e a Semana da Biblioteca e Dia Nacional do Livro – ações organizadas pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberaba (Unipac); essa programação já consta no PDI da Faculdade.
- Assessoria de Acervo – a escola solicita que o Comitê apresente algumas propostas de livros para serem adquiridos.
- Cursos de Extensão de 40 horas patrocinados pelo Ministério da Cultura.
- Aperfeiçoamento – a UFTM ofereceu gratuitamente um curso de aperfeiçoamento de 120 horas pela Plataforma Freire, e participaram educadores de todos os municípios que compõem o Comitê Vale do Rio Grande.

Reconhecemos que há muito que caminhar, e que Uberaba corrobora para o enfrentamento destes desafios, propondo a cada encontro atender aos anseios dos participantes. Neste empenho, Uberaba se torna referência para outros comitês, até mesmo de outros estados. Está sempre buscando agregar parceiros e colaboradores com propósitos coerentes com o objetivo primeiro: FOMENTO À PRÁTICA DE LEITURA. Em anexo, (Anexo 03), está o folheto Informativo 2003 do PROLER Vale do Rio Grande.

É sabido que o PROLER sofre com as mudanças de gestão administrativa, pois quando há mudança de governo, nem sempre apresenta uma visão de continuidade. A coordenadora do PROLER do Vale do Rio Grande, a Senhora Tânia Ulhôa também representa os Comitês da Região Sudeste no Conselho Consultivo do PROLER e está nesta função, eleita por quatro mandatos consecutivos.

O Prolerzinho é um exemplo de projeto que já inspirou outros comitês e está inserido como ação de incentivo à leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), a exemplo do

Comitê do PROLER de Mato Grosso do Sul.

É um Programa que tem dado certo, pois, reconhecidamente, compõe em seu grupo de integrantes pessoas de várias instituições e segmentos com direito a voz e voto. Outra coordenação pode ser indicada, no município ou em qualquer cidade integrante, então a proposta será avaliada pelos integrantes do Comitê. Assim, entende-se que o comitê não altera seu quadro de integrantes toda vez que há mudanças de governo.

No Termo de Convênio<sup>21</sup>, firmado entre Prefeitura Municipal de Uberaba e Casa da Leitura, não reza que necessariamente deveria escolher a coordenação; qualquer órgão poderá sediar o Comitê do PROLER. O Termo de Convênio é publicado no Diário Oficial da União. Em seus documentos, percebe-se que sua constituição é livre, pois envolve todo e qualquer segmento que se mostra interessado em estudar e fortalecer as ações de leitura.

O Comitê Vale do Rio Grande pretende ainda ampliar as suas ações, e, para tanto, têm algumas metas a cumprir. Uma delas seria criar uma publicação, para divulgar e registrar todos os eventos e ações planejadas, organizadas e executadas pelo Comitê e a outra é acompanhar as ações das escolas após a participação delas nos eventos, e assim verificar o reflexo do que é proposto pelo PROLER. Assim, estaria garantido o principal objetivo do PROLER, que é desenvolver ações de fomento à leitura e incentivar ações práticas de políticas públicas do livro e leitura. E, ainda, ficando os objetivos específicos a serem alcançados de acordo com as ações desenvolvidas.

Fazendo uma releitura dos temas propostos anualmente, percebe-se uma gama de trabalhos relacionados à pluralidade cultural, luta contra o pensamento de que somente a elite é leitora, inclusão social etc. Para o PROLER, é preciso ultrapassar a barreira ideológica que a teoria é construída pelo senso comum, justificando a falta de leitura da população de baixa renda. Se não há ação cultural na cidade, a biblioteca da escola deve fazer esse papel. A pessoa não se apodera dos aparelhamentos sociais e culturais da cidade por desconhecimento, falta de informação, ou ainda há um pensamento de não ser digno de frequentar, por exemplo, um museu. Pelo exemplo do Museu, [a pessoa] o tem representado como sendo “coisa velha”. Estas questões podem ser interpretadas como forma de exclusão ao bem comum da sociedade, desconhecendo que fazem parte da história da humanidade, exclui ainda textos indígenas, quilombolas, a Catira, a Folia de Reis. Pela diversidade de temas já abordados, nota-se uma preocupação por parte da equipe do PROLER Nacional em resgatar e valorizar a cultura nas

---

<sup>21</sup> Não tivemos acesso ao termo de convênio. Infelizmente este foi um dos entraves da nossa pesquisa. (Nota da autora).

diversas regiões brasileiras.

### **2.3 MARCOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO E PROGRAMAS DE INCENTIVO À LEITURA NO MUNICÍPIO DE UBERABA**

Por muito tempo, perdurou o entendimento de que a educação especial, organizada de forma paralela à educação comum, seria a maneira mais apropriada para o atendimento de alunos que apresentavam deficiência ou que não se adequassem à estrutura rígida da escola regular comum. Pensava-se que a pessoa com deficiência precisaria passar por atendimentos na tentativa de prepará-los para estarem juntos às demais pessoas que não tinham deficiência e, é claro, muitas vezes, a pessoa com deficiência não conseguia se adequar aos padrões. Então, era comum que permanecessem isoladas, junto aos seus pares.

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vem modificando os conceitos, as legislações, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial.

Todo o percurso histórico pelo qual a educação especial passou colaborou para que chegássemos a uma perspectiva de educação em que o respeito à diferença, às capacidades e habilidades do sujeito são os determinantes no processo ensino-aprendizagem.

A perspectiva da educação inclusiva vem ganhando espaço, paulatinamente, para integrar-se à proposta pedagógica da escola comum, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesses casos, que implicam transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento educacional especializado complementar e/ou suplementar à escolarização.

Dessa forma, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) objetiva assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação; orientar os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; ofertar o atendimento educacional especializado; garantir a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; promover a participação da família e da comunidade; garantir a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; promover a articulação inter

setorial na implementação das políticas públicas.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, desde a educação infantil ao ensino superior, realizando o atendimento educacional especializado, amparado pelo Decreto Nº 6.751/2008, garantindo os recursos e serviços e orientação quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem, nas turmas comuns do ensino regular.

A Secretaria Municipal de Educação (SMED) implantou em suas escolas o Ensino Alternativo. O referido projeto surge então inspirado em um projeto similar desenvolvido em Uberlândia-MG. Na ocasião, recebeu assessoria da Senhora Mirlene Macedo Faria, coordenadora da escola especial AMEDUCA, que era sede do Programa que seria implantado no município. Mirlene foi a responsável, junto com a Psicóloga Vera Dias, funcionária da Prefeitura Municipal na ocasião, por ministrar um curso de 180 horas de capacitação para um número representativo de profissionais das escolas municipais, para serem agentes multiplicadores nas escolas do município de Uberaba.

No ano de 1994, ainda em caráter experimental, pois estava em discussão a implementação ou não do projeto “Ensino Alternativo<sup>22</sup>” em Uberaba, algumas iniciativas começaram a se desenvolver, partindo:

[...] de uma inquietação somada a uma possibilidade de solução, com os objetivos de melhorar a qualidade do ensino e reduzir os índices de evasão e repetência, somadas a experiências já em andamento de como alcançá-los e gente disposta a se preparar para fazê-lo. (Informativo sobre o Ensino Alternativo, novembro/96, p.01).

Em primeiro lugar, foram escolhidas apenas duas escolas municipais, a saber: Escola Uberaba e Escola Municipal Totonho de Moraes. Essas escolas contavam com a equipe, denominada na época de equipe central, que era responsável por “orientar e zelar para que os procedimentos metodológicos e os pressupostos filosóficos se cumprissem”<sup>23</sup>. Não foi possível coletar dados sobre esse crescimento por meio de registros dos avanços dos alunos inseridos nesse projeto. Então baseados nos relatos, ainda que informais, de profissionais que participaram desses avanços na época, justifica-se a vontade política em ampliá-lo. Como resultado da iniciativa, percebeu-se a necessidade de expansão do projeto, o que, no ano de

---

22 O Ensino Alternativo é uma modalidade de atendimento realizada pela equipe da então Seção Educação Especial, nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Uberaba.

23 Projeto Político Pedagógico do CADOPE, 2000, pág. 29.

1996, tornou-se realidade em 12 escolas Municipais, são elas: Escola Uberaba, Anísio Teixeira, Arthur de Mello, Monteiro Lobato, Profª Stella Chaves, Boa Vista, Prof. Paulo Rodrigues, Maria Carolina Mendes, Celina Soares de Paiva, Reis Júnior, Padre Eddie Bernardes e Profª. Niza Marquez Guaritá.

Com a necessidade de fortalecer o trabalho do Ensino Alternativo e a Educação Especial no Município de Uberaba, foi criado o Centro de Apoio, Diagnóstico, Orientação e Pesquisa em Educação Especial - CADOPE .

O CADOPE nasceu dentro da atmosfera da inclusão dos alunos com necessidades Educativas Especiais. Fortalecido o grupo, agora busca ampliar o atendimento e abranger um grupo maior de crianças/jovens: o grupo dos deficientes físicos, deficientes visuais e auditivos, deficiências múltiplas e comportamentos típicos. Criado por Lei Municipal Complementar nº 142, de 03/03/99, vindo regulamentar as atividades relacionadas à Educação Especial no município, define normas para o referido exercício e supre uma expectativa muito grande que existia quanto ao prosseguimento desse trabalho em Uberaba. (PPP CADOPE, 2000, págs. 34-35).

A oferta do serviço de Atendimento Educacional Especializado é obrigatória, de acordo com a legislação em vigor. O Projeto Ensino Alternativo/Sala Recurso foi extinto no ano de 2006. Em 2007, nasce uma nova proposta de Educação Inclusiva, que começou a ser reestruturada e o município passa a oferecer Salas Multifuncionais e Salas de Atendimento Educacional Especializado. Iniciaram nesse programa apenas seis salas sendo duas em escolas polo e quatro nas Unidades Regionais de Saúde.

Na época, segundo consta no documento da PMU, o Guia “Uberaba em dados”<sup>24</sup>, a meta era implantar até 2009 no mínimo uma sala em cada unidade de ensino do município de Uberaba, onde havia demanda.

Abaixo, segue o quadro que descreve, de acordo com a legenda, o número de alunos encaminhados à seção de Educação Inclusiva, as escolas polo e as quatro salas com pontos estratégicos.

---

24 O guia “Uberaba em Dados” é um anuário, idealizado e produzido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, contendo dados socioeconômicos culturais do município de Uberaba. É uma riquíssima fonte para análises, contendo descrições e dados, abrangendo todos os setores e ilustrado com gráficos e fotos para melhor visualização.

Quadro 4. Relação do número de alunos, por atendimento nos anos 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008

Ano	2004	2005	2006	2007	2008
<b>N.º de Alunos</b>	1.012	1.297	857	729*	1040*
<b>N.º de Escolas</b>	25	26	26	2**	11*
<b>N.º de Salas</b>	41	49	44	6***	16*

\*Número de alunos encaminhados à Seção de Educação Inclusiva para avaliação psicopedagógica, fonouadiológica, psicomotora e atendimentos clínicos.

\*\* Escolas pólo: E.M.Uberaba e E.M.Vicente Alves Trindade

\*\*\*Quatro salas funcionaram em pontos estratégicos: Unidades Regionais de Saúde dos Bairros Boa Vista e São Cristóvão.

Quadro disponível site da PMU < [www.uberaba.mg.gov.br](http://www.uberaba.mg.gov.br) > último acesso em 11/02/2015.

O Atendimento Educacional Especializado visa à estimulação de todo o tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo do aluno. Funciona como um complemento dos conhecimentos adquiridos nos níveis de ensino básico e superior, sendo que não substitui o ensino comum, devendo ser ofertado de forma opcional em horário contra turno dos estudos regulares do aluno com necessidades educacionais especiais.

São oferecidos os seguintes serviços: sala de recursos multifuncional nas escolas comuns; professores de apoio; escolas especiais; sala de avaliação psicopedagógica; oficinas pedagógicas e profissionalizantes; oficina pedagógica de artes; estimulação essencial e precoce; sala de informática; sala de música; atendimento domiciliar; serviço de atendimento itinerante.

A Prefeitura Municipal de Uberaba por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, tem se dedicado com especial atenção ao processo de consolidação da educação na perspectiva da educação inclusiva, responsabilizando-se por assegurar a inclusão escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nas turmas comuns do ensino regular, por meio do Atendimento Educacional Especializado.

Atualmente, a SEMEC, por meio do Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade, vem atuando no âmbito da avaliação diagnóstica junto às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino; ampliando as estratégias pedagógicas que implementem a prática docente especializada nas escolas municipais; assessorando as escolas na elaboração de estratégias de ensino diferenciadas e sua aplicabilidade no cotidiano da sala de aula,

viabilizando a acessibilidade nas comunicações e informações, bem como na arquitetura, nos transportes e mobiliários da Rede Municipal de Ensino; promovendo a articulação intersetorial na implementação de políticas públicas que contribuam para a consolidação do processo de inclusão educacional, bem como apoiando os 39 municípios de abrangência do polo Uberaba, em Educação Inclusiva.

O Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade conta com duas Seções e um Centro de Atendimento, a saber:

- **Seção de Atendimento Educacional Especializado – AEE** - a seção trabalha em função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Tem a atribuição de buscar parcerias para o acompanhamento às famílias dos alunos inseridos nas Salas de Atendimento Educacional Especializado/Salas de Recursos Multifuncionais.

É responsável por realizar assessoramentos às unidades de ensino municipais, assegurando os processos de avaliação diagnóstica e acompanhamento pedagógico dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, atrasos neuropsicomotores, com prejuízo físico ou intelectual, e altas habilidades/superdotação.

- **Seção de Estimulação e Atendimento às Dificuldades de Aprendizagem – EADA** - trabalha na realização de avaliações e acompanhamento de atendimentos dos alunos da educação infantil, com atrasos neuropsicomotores, sem prejuízo físico ou intelectual. É responsável por realizar assessoramentos às unidades de ensino municipais, assegurando os processos de avaliação diagnóstica e acompanhamento pedagógico dos alunos com dificuldades e distúrbios de aprendizagem.

- **Centro de Referência em Educação Inclusiva – CREI** - o Centro tem como finalidade orientar e acompanhar o trabalho pedagógico e psicopedagógico das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, no atendimento ao educando com necessidades educacionais especiais, por meio de profissionais especializados em diversas áreas, a saber: psicologia, fonoaudiologia e psicopedagogia. A orientação visa ao assessoramento, para que as unidades assumam o seu papel no sentido de atender com qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo a sua inclusão educacional. Os

profissionais das áreas de Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Neurologia e Assistência Social ainda não fazem parte do quadro de profissionais do referido Centro.

O Centro acolhe os alunos, faz a análise das necessidades diagnosticadas e, posteriormente, toma as providências necessárias, por meio de atendimentos pedagógicos, psicopedagógicos, fonoaudiológicos, psicomotores e psicológicos. Além disso, promove reuniões de esclarecimento para as famílias e parceiros da comunidade e municípios de sua abrangência.

Com a finalidade de viabilizar essa política de educação inclusiva, o Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade subsidia o trabalho de 28 CEMEIs; 29 escolas de Ensino Fundamental; 05 escolas de Educação Infantil, 20 instituições conveniadas, bem como dos profissionais da educação para a efetivação da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a vivência e a compreensão da escola como verdadeiro lócus de atendimento à diversidade. Atualmente, o município conta com 33 salas de recursos multifuncionais equipadas com recursos tecnológicos e materiais do MEC e 18 salas com Atendimento Educacional Especializado (AEE) que ainda não receberam os recursos.

O trabalho é desenvolvido sob forma de assessoramento a 51 professoras de AEE e a 22 professoras de Apoio, em 37 unidades escolares com salas de AEE e mais 12 unidades com atendimento itinerante. Os integrantes dessa equipe estão em constante processo de avaliação de novos alunos inseridos na rede, e tem se dedicado ao atendimento de 15 alunos com deficiência visual, 29 com deficiência auditiva, 29 com deficiência física, 68 com deficiência intelectual e 31 com transtornos globais do desenvolvimento. Cerca de 32 alunos ainda aguardam laudo em diferentes áreas. Esses dados foram recolhidos em 2013 e disponibilizados pelo DIED.

O Atendimento Educacional Especializado visa à conquista da independência e autonomia da criança ou jovem, colaborando para que tenham condições de buscar e conquistar seu espaço, de ser e estar no mundo. As conquistas acadêmicas deverão vir como meio e consequência do avanço e não apenas como um fim e meta estabelecida pelos profissionais da educação.

Em Uberaba, o número de Instituições Especializadas que trabalham com o atendimento e escolarização de pessoas com deficiência é significativo. Reconhecemos que estas instituições tiveram um papel fundamental no processo de socialização e até mesmo educacional das pessoas com deficiência, mas é extremamente importante que elas participem do processo de inclusão, agora como Centros de Atendimento, apoiando e orientando as

escolas a organizarem seus processos de intervenção, garantindo assim autonomia dos deficientes em seu percurso escolar. São elas:

- **ACD – Associação de Crianças Deficientes** - é uma entidade não governamental que busca levar ao usuário do serviço um ajuste pessoal e social, trabalhando atividades da vida diária, visando a fornecer autonomia e independência, resguardados os limites e capacidade de desenvolvimento individual.

São atendidos aproximadamente 35 alunos que recebem apoio de profissional especializado em saúde, educação, esporte e lazer. A instituição atende adolescentes e adultos com deficiência intelectual (mental) e conta com vários parceiros, entre eles a PMU, que cede 4 profissionais e o espaço físico. 35 (trinta e cinco) alunos/usuários são beneficiados pelo Passe Livre, e 30 (trinta) contam com o BPC (Benefício de Prestação Continuada para pessoa com Deficiência).

A ACD mantém uma interação com a família e desenvolve junto a ela, a partir de 2011, o projeto "Ateliê de Ideias", com a intenção de produzir objetos e utensílios para exposição e venda. (Fonte Informal).

- **ABRACE – Associação Brasileira de Reabilitação e Alfabetização de Crianças Especiais** - atende 115 usuários, sendo 65 diariamente e 50 em atendimentos externos, oferecendo atendimento especializado e acompanhamento educacional externo àqueles que não conseguiram vaga na escola, até que as consiga.

A instituição oferece o AEE (Atendimento Educacional Especializado) para 115 usuários. São parceiros da instituição: Cetipa, Ceapa, Comdicau, PMU. 05 alunos/usuários são beneficiados pelo Passe Livre, e 08 contam com o BPC (Benefício de Prestação Continuada para pessoa com Deficiência). (Dados foram disponibilizados pela própria instituição e são referentes ao ano 2010).

- **ASU – Associação de Surdos de Uberaba** - atende 400 usuários, sendo 30 alunos com 25 atendimentos/dia. Oferece suporte pedagógico, curso de Libras, curso de informática, atendimento psicológico, capacitação e encaminhamento ao mercado de trabalho. Aproximadamente 200 usuários/alunos são beneficiados pelo Passe Livre, e aproximadamente 10 usuários/alunos contam com o BPC (Benefício de Prestação Continuada para Pessoa com Deficiência). (Dados foram disponibilizados pela própria instituição e são referentes ao ano

2010). (Fonte Informal).

- **CRIA – Centro de Referência e Atendimento à Criança e ao Adolescente** - Atendimento em saúde mental para uma média de 350 usuários de 3 a 17 anos com sofrimento psíquico grave, acolhidos por uma equipe multidisciplinar (psicóloga, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, assistente social, enfermeira, psiquiatra). Segundo norma do Ministério da Saúde, priorizam-se os atendimentos de grupo.

Os atendimentos clínicos individuais somente são prestados aos pacientes que fazem acompanhamento terapêutico no CRIA. (Dados foram disponibilizados pela própria instituição e são referentes ao ano 2010). Importante registrar que a pesquisadora não teve acesso a dados mais recentes.

- **CEOPEE – Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial** - é uma Instituição Estadual com o objetivo de atender educandos com necessidades educacionais especiais. (Fonte Informal).

- **FUNDAESP – Escola Caminhar** - atende pessoas com deficiência, dando suporte nas áreas pedagógicas e clínica. (Fonte Informal).

- **Escola para Surdos Dulce de Oliveira** - são oferecidos cerca de 150 atendimentos por semana aos alunos que estudam o dia todo na instituição e aos alunos que vêm de outras instituições somente para atendimentos específicos, sendo 35 alunos matriculados no ensino regular da Instituição e 05 alunos de outras instituições.

A instituição oferece: estimulação essencial, educação infantil, ensino fundamental e oficinas esportivas, culturais e pedagógicas. Possui sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) para 19 alunos. A instituição mantém parceria com a Secretaria Estadual de Ensino e com a Prefeitura Municipal de Uberaba (SEMEC), na cessão de profissionais, com o Rotary Club de Uberaba, na manutenção da instituição, com a Secretaria de Desenvolvimento Social com recebimento de recursos via COMDICAU E FUNDICAU. 10 alunos são beneficiados pelo Passe Livre, e 07 pelo BPC (Benefício de Prestação Continuada para Pessoa com Deficiência). (Fonte Informal).

- **ICBC – Instituto de Cegos do Brasil Central** - atende 216 alunos e 200 usuários, entre

eles, cegos, com baixa visão, com múltiplas deficiências e surdo-cegos.

Os atendimentos oferecidos são: produção Braille; apoio didático pedagógico; AFV (Avaliação Funcional da Visão); estimulação visual; estimulação essencial e sensorial; leitura e escrita Braille; Orientação e Mobilidade; Salas de Recursos nas áreas de exatas e humanas; AVD (Atividade da Vida Diária); Informática Adaptada; Assistência social, psicológica e fisioterapêutica; oficina de Artes; Terapia Ocupacional; Nutrição; Educação Infantil; escolarização do Ensino Fundamental das séries iniciais; Supervisão Pedagógica; Brinquedoteca; Biblioteca. A instituição atende a 216 alunos no AEE (Atendimento Educacional Especializado). Conta com a parceria da PMU/SEMEC, SEE, Colégio da Comunidade Doutor José Ferreira, UFTM, SESC (Colégio FAS) e UNIUBE. Dentre os alunos e usuários, só utilizam o Passe Livre aqueles que necessitam, e quase 100% são beneficiados com o BPC (Benefício de Prestação Continuada para Pessoa com Deficiência). (Dados de 2012). (Fonte Informal).

- **ADEFU – A Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba** – ADEFU é uma organização não governamental sem fins lucrativos fundada em 05/03/1989, e tem por objetivo a promoção social das pessoas com deficiência física, bem como de seus familiares.

Atualmente, conta com um quadro de 1.200 associados cadastrados e atende diariamente na sede aproximadamente 240 pessoas em vários projetos implantados em parceria com a Prefeitura Municipal de Uberaba, Universidade de Uberaba – UNIUBE, Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Ministério do Esporte e Secretaria Estadual de Esportes e da Juventude de Minas Gerais – SEEJ. Além dos atendimentos, abre campo de estágios para os profissionais de Fisioterapia, Nutrição e Educação Física, onde os estudantes realizam seus estágios para conclusão da primeira etapa de sua vida acadêmica. (Fonte Informal).

- **APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uberaba** - é uma Instituição filantrópica e gratuita, mantida por verbas governamentais e doações da comunidade. Atende 400 pessoas com deficiência com atendimentos nas áreas de pedagogia, fisioterapia, fonoaudiologia, assistência social, psicologia, pediatria, clínica geral, neurologia, psiquiatria e terapia ocupacional.

É importante ressaltar que a instituição é subsidiada pela Prefeitura Municipal, na cessão de profissionais. Além desse investimento, a Prefeitura subsidia outros projetos, voltados para o atendimento às pessoas com deficiência, desenvolvidos pelas Secretarias de Educação,

Saúde, Desenvolvimento Social e Esporte.

O Município de Uberaba tem desenvolvido um trabalho sintonizado com as exigências legais federais que orientam a educação especial na concepção de educação Inclusiva, promovendo a inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais.

Assim, Uberaba deve voltar-se para a expansão e qualificação do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, parcerias efetivas com as instituições de ensino especial, disponibilização de profissionais da educação, da saúde e social, de materiais pedagógicos e metodologias especializadas, adequação e adaptações dos prédios escolares e das unidades de atendimentos.

No caso das deficiências sensoriais, cegueira, baixa visão e surdez, há necessidade de uma adaptação específica no material pedagógico para o bom desenvolvimento desses alunos. Exemplificando: material adaptado em braile, para baixa visão deverá ser avaliado funcionalmente a necessidade de cada aluno, material em língua de sinais em todas as disciplinas.

O trabalho pedagógico, dirigido aos educandos com necessidades educacionais especiais, deve ser norteado pelas diretrizes explicitadas nos documentos oficiais do Conselho Nacional e do Conselho Estadual de Educação, como também na Declaração de Salamanca, nas Diretrizes da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto Nº 6.571/2008.

Todas essas diretrizes orientam uma prática pedagógica, visando à implantação e à implementação de políticas educacionais inclusivas que pressupõem o cumprimento dos direitos de todos à educação, sem discriminação ou segregação, e amplo acolhimento às diferenças.

Para a viabilização do que se pretende, deve-se efetivar o investimento em cursos de formação continuada de todos os profissionais da educação, especificamente professores, diretores, pedagogos e outros profissionais que trabalham em prol de uma educação mais humanizadora e, portanto, inclusiva.

A educação inclusiva tem como meta principal a inclusão do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas comuns, mediante atendimentos, atividades, metodologias e/ou programas específicos que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.

Vale ressaltar que a educação do município conta com o profissional de apoio para dar

suporte aos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, matriculados nas escolas comuns da rede pública municipal, conforme Nota Técnica Nº 19/2010 (MEC/SEESP).

De acordo com o Plano de Gestão da Educação Municipal (2013 – 2016), pode-se perceber que, tanto a Educação Especial como o PROLER são programas que integram os Projetos estruturantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), a saber:

Fazem parte do Departamento de Educação Inclusiva e Diversidade (DIED): o Projeto “Seminário de Educação Inclusiva Direito à Diversidade”, que integra o subprograma chamado “Eventos e Atualizações”, do programa “Formação Continuada”. Tem como objetivo formar multiplicadores para trabalhar a educação especial na perspectiva da inclusão nas Unidades Escolares deste Município e nas escolas dos municípios de abrangência que fazem parte do Polo Uberaba.

No ano de 2013, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Elaboração do Plano de Trabalho, da programação e organização do evento.
- Requisições junto ao setor financeiro para:
  - Contrato de palestrantes;
  - Locação de salão de eventos;
  - Passagens para os palestrantes e participantes dos municípios de abrangência;
  - Hospedagem para os palestrantes e 78 (setenta e oito) participantes dos 39 (trinta e nove) municípios de abrangência;
  - Alimentação para os palestrantes e os 78 participantes dos municípios de abrangência;
  - Aquisição de kits instrucionais (caneta, bloco para anotação, pasta, crachá);
  - Material para divulgação do evento (banner, folder, cartazes, convites).
- Elaboração de relatórios finais e prestação de contas do evento, ao Ministério da Educação.

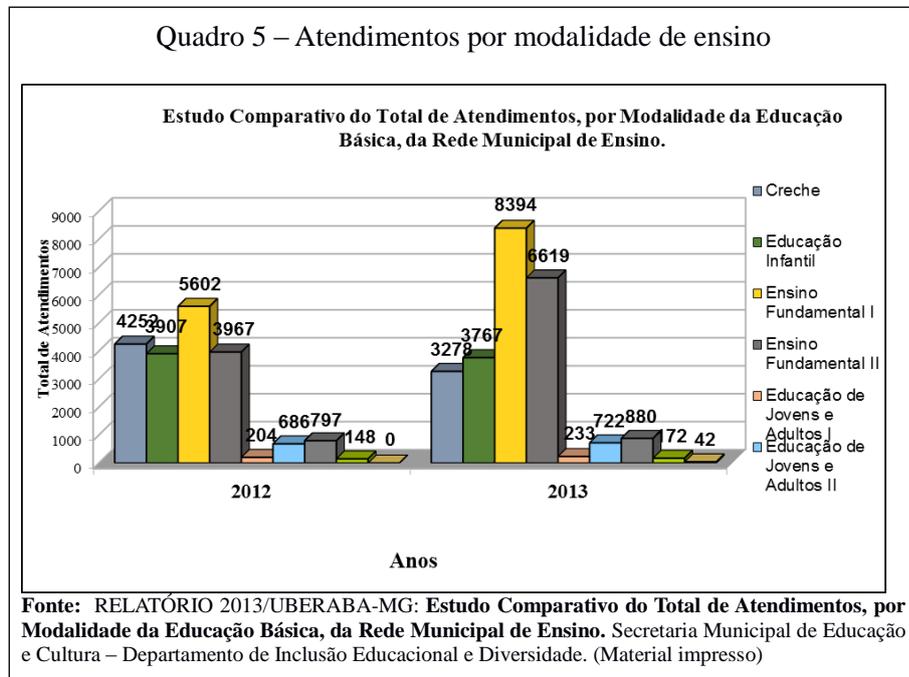
Ainda no DIED, o Projeto do Centro de Referência em Educação Inclusiva, integra o Programa “Práticas Pedagógicas e Avaliação”, no Subprograma “Qualidade de Ensino”. Tem como objetivo realizar, com qualidade, as avaliações e as intervenções especializadas de todos os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou distúrbios, encaminhados pelas escolas e pelos Cemeis<sup>25</sup> do Município, e assim promover a sua inclusão educacional. Foram desenvolvidas ações de grande relevância para as famílias destes educandos, as quais

---

25 Cemeis são Centros Municipais de Educação Infantil, abreviatura adotada pelo Município de Uberaba.

refletiram positivamente nas Unidades Escolares. São elas: avaliações neurológicas, psicopedagógicas, psicológicas, motoras, fonoaudiológicas, bem como orientações para adaptação de materiais para a pessoa com deficiência visual. Dados referentes ao ano de 2013, disponíveis no relatório da SEMEC (2013).

O Quadro abaixo mostra um comparativo dos anos 2012 e 2013 sobre o total de atendimentos por modalidade de Ensino. A pesquisadora ressalta para conhecimento somente a Modalidade Educação Inclusiva. Como mostra, houve um crescimento de 797 atendimentos em 2012 para 880 atendimentos em 2013. Estes dados se referem aos alunos matriculados nas Unidades Municipais de Ensino Regular.



O quadro a seguir mostra um comparativo dos atendimentos nas duas seções do Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade, que são realizados na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) das Unidades Municipais de Ensino, no contraturno da escolarização.

Quadro 6 – Comparativo de Atendimentos por Seção

<b>ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>% DE DIFERENÇA ENTRE 2012 e 2013</b>
<b>Atendimento Educacional Especializado (AEE)</b>	193	253	<b>38,09%</b>
<b>Estimulação e Atendimento às Dificuldades de Aprendizagem (EADA)</b>	596	943	<b>58,22%</b>
<b>TOTAL =====&gt;</b>	<b>789</b>	<b>1.196</b>	<b>51,58%</b>

Fonte: RELATÓRIO 2013/UBERABA – MG: Estudo comparativo do número e percentual de Atendimento educacional Especializado e do número de atendimento às dificuldades de aprendizagem. Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade. (Material impresso).

Já o Projeto do PROLER é uma ação do Departamento Cultural, que pertence ao Programa “Formação Continuada” e o Subprograma “Eventos de Atualização”. Tem como objetivo desenvolver ações de leitura que contribuam para a qualidade da educação, promovendo o incentivo à leitura autônoma, na escola e na comunidade, contribuindo efetivamente para a humanização e a transformação da sociedade. A seguir, algumas ações desenvolvidas em 2013:

- Encontros Regionais do PROLER - 2014 – 17ª edição.
- Leituras no Parque das Acácias – semanal – alunos de escolas públicas e comunidade em geral – Biblioteca Comunitária PROLER: Pescando leitores.
- PROLERZINHO – 8ª edição – Encontro de Artes e Leitura para crianças e jovens.
- Seminários e encontros formativos para agentes de leitura.
- Implantação do Plano Municipal do Livro e Leitura de Uberaba, vinculado ao PELL/MG e PNLL /Governo Federal.
- Projeto LerArte – Formação de grupos de agentes de leitura mediadores de ações na escola (Grupos de Liderança/ Jornada Ampliada).

Dando continuidade aos projetos de leitura do Município, nos quais o PROLER não tem participação direta, verificam-se várias atividades sob a coordenação da equipe da Biblioteca Pública Municipal “Bernardo Guimaraes”. Importante destacar as ações que compõem o Programa “Rede de Proteção Sociocultural” e o Subprograma “Além dos conteúdos Curriculares”. São eles:

## 1- Projeto: Uberaba – Cidade que lê.

A seguir o quadro abaixo descreve os objetivos e ações desenvolvidas, no ano 2013:

Quadro 7 – Objetivos e ações desenvolvidas no ano de 2013

Nº	OBJETIVOS	AÇÕES DESENVOLVIDAS
01	Atender a demanda dos usuários da Biblioteca relativa a empréstimos domiciliares de materiais do acervo.	<b>Empréstimos realizados:</b> 15.124
02	Manter diariamente o acesso à leitura de periódicos locais e de circulação nacional ao público.	<b>Assinaturas de periódicos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Folha de São Paulo</li> <li>• Jornal de Uberaba</li> <li>• Jornal da Manhã</li> </ul>
03	<p>Promover a leitura de diferentes obras artísticas, literárias, musicais, artes cênicas, proporcionando à criança a produção criativa de textos por meio da linguagem verbal e da linguagem não verbal.</p> <p>Proporcionar a crianças, pais e educadores a descoberta do prazer de ouvir e contar histórias.</p>	<b>Lazer e criatividade:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atelier de histórias com crianças de 04 a 12 anos</li> <li>• Atelier de criatividade</li> <li>• Jardim de histórias – participação da criança e a família</li> </ul>
04	Promover a interação entre leitores do texto literário.	<b>Promoção da leitura:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lê pra mim – mães que leem para seus filhos</li> <li>• Leia e passe adiante – trocando livros entre crianças e jovens</li> <li>• Encontro de gerações em Rodas de leitura</li> <li>• Sábado na livraria</li> </ul>
05	<p>Sensibilizar crianças, jovens e adultos para a importância de uma Biblioteca.</p> <p>Difundir os setores, serviços e acervo oferecidos pela Biblioteca Pública à comunidade uberabense.</p>	<b>Divulgação dos serviços da Biblioteca, promoção do acesso ao livro e à leitura:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bibliotur – participação de 2.131 pessoas</li> </ul>
06	Promover a leitura e apreciação dos valores culturais por meio da linguagem do cinema.	<b>Promoção do acesso à linguagem do cinema:</b> <p><b>Sessão cinema:</b> curtas metragens – ficção e documentário do cinema nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O cinema conta sua história</li> <li>• Diários de Motocicleta</li> <li>• Narradores de Javé</li> <li>• A magia além das palavras – a vida de J.K. Rowling</li> <li>• Pequenas histórias</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• A origem dos guardiões</li> </ul>
07	Despertar o gosto pela arte e pela história, pela ciência e valorizar a produção cultural local, regional e nacional.	<p><b>Apreciação da Arte, difusão do conhecimento histórico e científico. Exposições de arte e mostras científicas e datas comemorativas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Memória: DRUMMOND, TESTEMUNHO DA EXPERIÊNCIA HUMANA</li> <li>• Filosofia à maneira clássica</li> <li>• Uberaba – HISTÓRIA E CULTURA</li> <li>• Uberaba em verso e prosa</li> <li>• A figura mãe na obra literária</li> <li>• Mães que fazem arte – pinturas</li> <li>• O poeta, poetinha camarada – releituras por crianças e jovens uberabenses</li> <li>• Arte e cultura junina</li> <li>• Madame Curie em Minas Gerais</li> <li>• Redescobrimdo Minas</li> <li>• Marista 110 anos</li> <li>• Formação do Povo Mineiro</li> <li>• HISTÓRIA, POLÍTICA E CIDADANIA – É você quem faz política.</li> </ul>
08	Estimular o gosto pela música erudita e MPB.	<p><b>Encontro com a Música na Biblioteca:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mães que fazem arte – Vozes de Cláudia e Thaís Falconi.</li> <li>• Recital – a trajetória de um nobre instrumento pagão – Carlos Walter.</li> </ul>
09	Promover o acesso ao livro e à leitura em espaços diversificados da cidade.	<p><b>Pontos de Leitura:</b></p> <p>Distribuição de estantes, livros e visitas de mediadores de leitura em 18 pontos.</p>
10	Revisitar os autores clássicos da literatura brasileira.	<p><b>Bibliotecando:</b></p> <p>Visita guiada na Biblioteca</p> <p>Parceria com Agronelli</p>
11	Homenagear pessoas e instituições que se dedicam a promover o convívio do cidadão com a leitura, o conhecimento e as diferentes manifestações da arte em nossa cidade.	<p>Biblioteca 104 Anos – Sessão de homenagem para pessoas e instituições de nossa cidade.</p>
12	Contribuir para a divulgação de obras de escritores uberabenses.	<p><b>Lançamento de livros e sessão de autógrafos dos autores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Paulo Leonardo Vilela</li> <li>• André Azevedo</li> <li>• Francelina Drummond</li> <li>• Vânia Maria Resende</li> <li>• Márcio Lopes</li> <li>• Karyne Gisele Fraga</li> <li>• Carlos Walter</li> </ul>
13	Contribuir para a formação pessoal e profissional de diferentes áreas com a	<p><b>Palestras e conferências:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Uberaba – HISTÓRIA E CULTURA: Cíntia Gomide</li> </ul>

	<p>abordagem de variadas temáticas; difundir a pesquisa e incentivar o diálogo para a construção do conhecimento.</p>	<p>e Luiz Cellulare (APU)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mitologia na literatura infantil e juvenil – do Sítio do Pica-Pau Amarelo ao Castelo de Hogwarts: Ângela Lignani</li> <li>• Direitos do Autor: Paulo Leonardo Vilela Cardoso</li> <li>• Literaturas africanas de língua portuguesa: encontro de culturas: Carlos Francisco de Moraes</li> <li>• Imagens e mitos do fascínio tecnológico: André Azevedo</li> <li>• Atualização profissional para auxiliares de biblioteca-organização do acervo: Elisa Basso e Daniela Mendonça</li> <li>• Entre quartéis e discursos, as Forças Armadas e a Amazônia no século XX: Tássio Franchi.</li> <li>• Depressão na visão da psicanálise: Dra. Aracely Balbino</li> <li>• Sustentabilidade e desafios ambientais: Tiago Zanqueta de Souza</li> <li>• Encontro com Vânia Maria Resende: revelações poéticas sob o signo de Flicts: Vânia Maria Resende</li> <li>• Designer de Interiores – Pós-ocupação Biblioteca Bernardo Guimarães: Rafael Ticiano S. Manzan</li> <li>• Marie Curie em Minas Gerais: Dra. Silvana Souza do Nascimento</li> </ul>
14	<p>Contribuir para a interação de diferentes grupos sociais no espaço da Biblioteca Municipal – um lugar de fácil acesso.</p>	<p><b>Encontro mensal com o grupo da terceira idade – SEDS</b></p>
15	<p>Manter a equipe de servidores informada de aspectos legais, normativos e dinâmicas das ações da Biblioteca e interface com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, demais órgãos da PMU e com o usuário.</p> <p>Proporcionar integração aos servidores da Biblioteca Pública Municipal Bernardo Guimarães.</p>	<p><b>Reuniões semanais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Direção e chefias;</li> <li>• Chefias e servidores;</li> </ul> <p><b>Reuniões mensais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Direção, chefias e demais servidores</li> </ul> <p><b>Homenagem às mães</b></p> <p><b>Homenagem aos pais</b></p> <p><b>Homenagem pelo dia do servidor</b></p> <p><b>Confraternização de Natal</b></p>

16	Possibilitar momentos de debates com profissionais de diferentes áreas de atuação sobre a função social da biblioteca e sua importância para a comunidade.	<p><b>Painel de debates e mesa redonda:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Biblioteca, literatura e cidadania – pontos e contrapontos:</b> professora e escritora Iara Fernandes; advogado e escritor Tiago de Melo Andrade; professora e poeta Marlene Barbosa Ferreira (Igarapava SP); jornalista Mariana do Espírito Santo; advogada Rejane Tonelli, frequente usuária da Biblioteca Municipal Bernardo Guimarães.</li> <li>• <b>A Biblioteca sob múltiplos olhares:</b> jurista e escritor Paulo Fernando Silveira; empresário Manoel Rodrigues Neto, presidente da ACIU; educadora e escritora Vânia Maria Resende; biblioteconomista Rosemar Rosa; tecnólogo Luís Sérgio Carvalho, diretor do Departamento de Tecnologia, SMEC; advogado Vinícius Portela Borges, frequente usuário da Biblioteca Municipal Bernardo Guimarães.</li> </ul>
17	Proporcionar ao público infantil a convivência com o mundo dos livros, no sentido de formar leitores por meio de estratégias lúdicas e prazerosas.	<p><b>Colônia de Férias:</b></p> <p>Janeiro e julho</p>
18	Promover a valorização de autores locais e regionais, por meio do protocolo do processo de registro de obras intelectuais e outras ações que possibilitem a difusão dos trabalhos encaminhados pelo EDA/MG.	<p><b>Posto Avançado do Escritório de Direitos Autorais:</b></p> <p>Atendimentos realizados: 1778 autores. Processos encaminhados: 553</p>
19	Promover a cidadania em todos os bairros da cidade, por meio do acesso ao livro, à leitura; divulgar os serviços prestados pela Biblioteca Pública Municipal.	Participação da Biblioteca em todos os Projetos Ação do Bem, uma realização da PMU.
20	Contribuir para a consciência de cidadania por meio do acesso ao livro e à leitura, e da utilização dos serviços prestados pela Biblioteca.	Subprojeto: Integração no Bairro – TV Integração/PMU
21	Comemorar o dia da criança de forma criativa, por meio de leituras, brincadeiras e produção de brinquedos.	<p>Subprojeto Cria criança – espaço criança.</p> <p>PMU/Secretaria Municipal de Educação e Cultura/ Biblioteca Municipal</p>
22	Atender à demanda dos departamentos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e de outras Secretarias, órgãos do município, instituições representativas de segmentos sociais, instituições culturais, entre outras, para realização de eventos: reuniões de trabalho, divulgação de campanhas, palestras e cursos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião mensal da Academia de Letras do Triângulo Mineiro</li> <li>• V Encontro de coordenadores do Programa de Educação em Tempo Integral – PROETI (Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Departamento Cultural)</li> <li>• Curso: Os saberes e a ação pedagógica na Educação Infantil – RENAFOR - UFTM</li> <li>• Transmissão de teleconferência do Seminário Internacional de Educação Básica – Seminário MEC</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião mensal da ABRAZ – Associação Brasileira de Alzheimer</li> <li>• Encontro da juventude uberabense para a promoção da igualdade racial – mesa-redonda – Grupos de Cultura Negra</li> <li>• Curso de formação continuada – A procura da compreensão da língua escrita Alfabetização – Dr. Elie Marie E. Bajard</li> </ul>
--	--	---

FONTE: Quadro retirado do Plano de Gestão da PMU, disponível em [www.uberaba.mg.gov.br](http://www.uberaba.mg.gov.br), acesso 10 fevereiro de 2015.

No presente capítulo, podem-se perceber ações isoladas no que se refere às políticas públicas de inclusão e aos projetos de leitura.

Não coube à pesquisa responder o porquê das ações estarem em sua maioria isoladas e ainda em departamentos distintos. Coube sim identificar se há ou não ações que favoreçam a participação de pessoas com deficiência visual nos referidos projetos.

Em alguns de seus encontros, o PROLER trouxe contribuições relevantes com a presença de autores que trabalharam com temáticas que levam à reflexão para pensar na leitura como fator de inclusão pessoal, social, histórica. A seguir, descreveremos alguns exemplos, que também constam nos anexos do presente trabalho.

Nos anos de 2009 e 2011 – a temática era “COMO FORMAR LEITORES – O LIVRO COM DUAS ESCRITAS” – Foi apresentado aos cursistas o livro com duas escritas; o braille associado ao lúdico. O lúdico, o experimentar, o brincar, o artístico e o literário norteiam as diversas atividades propostas, sempre interativas. Envolvendo o professor na descoberta da importância do livro com duas escritas no processo de formação de uma sociedade inclusiva.

A profissional Elizete Lisboa foi quem apresentou a proposta para os educadores do município. Ela é Graduada em Letras. Tradutora e intérprete. Escritora de obras com duas escritas, são elas: *Rosa e o gato*, *Quero brincar*, *Firirim Finfim*, *A bruxa mais velha do mundo*, *Que será que a bruxa está lavando?*

Em 2011 – O **Prolerzinho** trouxe o Tema: **BICHO CARPINTEIRO E CIA** - Fundação Educar / D’Paschoal. Foi trabalhado pela autora **CLAUDIA COTES**. Ela é Fonoaudióloga clínica e Professora de Língua Portuguesa. Autora de mais de 10 livros infantis na área da inclusão da criança com deficiência, alguns títulos pela Fundação Educar D’Paschoal. Roteirista e Produtora. Professora do Curso de Especialização em Fonoaudiologia do CEFAC/SP. Fonoaudióloga da EPTV/ Campinas (emissora afiliada da Rede Globo). Fonoaudióloga do UOL/São Paulo. Criadora do **Tele libras**: primeiro telejornal inclusivo da internet brasileira, veiculado no site da Prefeitura de SP, no site do Programa

Ressoar /Record, portal da TV Cultura. Criadora da Mídia Inclusiva: um modelo de Comunicação acessível – com som, imagem, legenda, Libras e audiodescrição. É também Presidente da ONG **VeZ da Voz**, que busca a inclusão de pessoas com deficiência – ([www.vezdavoiz.com.br](http://www.vezdavoiz.com.br)), Campinas/SP.

Outro tema relevante foi “*LITERATURA E VIDA*”: *a intertextualidade como ferramenta na produção de conhecimentos didático-pedagógicos*. Possibilidades de reflexão e produção de textos a partir da atuação do professor e de sua própria história de vida. Intertextualidade e a compreensão do saber ler, ouvir e escrever buscando compreender as idiossincrasias de cada um/a, o sentimento de pertencer ao lugar de origem, etnias e crenças.

A profissional que abordou esse assunto no encontro foi KIUSAM REGINA DE OLIVEIRA – Doutora em Educação e Mestre em Psicologia/USP. Especialista na Deficiência Intelectual. Pesquisadora na temática das relações étnico-raciais. Assessora na implantação da Lei 10.639/03. Contadora de histórias. Autora dos livros: *Omo-Oba: Histórias de Princesas* (Mazza Edições/2009), ganhador de 2 prêmios nacionais; *O mundo no Black Power* de Tayó (Ed. Peirópolis, 2013) / Prêmio PROAC/2012- Cultura Negra; *O mar que banha a ilha de Goré* (Ed. Peirópolis, 2014). Artista multimídia. Bailarina e coreógrafa. Professora da Secretaria Municipal de Educação de Diadema/SP.

Os exemplos citados são ações ainda isoladas, mas que apontam caminhos para que se efetive ou pelo menos iniciem propostas que favoreçam a participação da pessoa com deficiência visual nos programas de leitura do município. Reconhecemos que simplesmente indicar estratégias não garante a plena participação do público em estudo. São necessárias mudanças na concepção e na valorização do direito da pessoa com deficiência. E acredita-se que o caminho mais coerente seja por meio de políticas públicas efetivas e pautadas na real necessidade que as pessoas com deficiência apresentam.

## CAPÍTULO 3

### O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO DE UBERABA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Para construir um Projeto Político Pedagógico para a prática educativa, importa compreender e assumir na prática cotidiana que o ser humano, em suas dimensões individual e coletiva, é um ser inserido no mundo e que, pela ação, o transcende, tendo em vista satisfazer suas necessidades, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo a medida que age. E, assim sendo, o ser humano de hoje já não é o dos períodos históricos anteriores, assim como não será o de amanhã; ele é o ser humano de hoje. (LUCKESI, 2011, p. 33).

O Projeto Político Pedagógico é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, como forma de orientar e organizar a escola num ambiente seguro de aprendizagem. Ele deve estar em consonância com o Plano Municipal Decenal de Educação e Plano de Gestão da Educação Municipal. Sua elaboração implica um processo contínuo de reflexão e discussão das questões que perpassam o dia a dia escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), em seu artigo 12, inciso I, prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica", deixando explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa. Assim, o projeto pedagógico passou a ser objeto prioritário de estudo e de muita discussão no campo da educação.

Segundo Veiga:

O projeto Político Pedagógico explicita os fundamentos teórico-metodológico, os objetivos, o tipo de organização e a forma de implementação e avaliação da escola. [...] exige uma reflexão acerca da concepção da educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não dispensa uma reflexão sobre o homem a ser formado, a cidadania e a consciência crítica. (VEIGA, 1998, p.13).

O Projeto Pedagógico engloba os diferentes projetos de atividades da escola, as concepções de ensino procurando ajudar os alunos a construir sua própria identidade. É uma construção coletiva e contínua dos princípios que nortearão o trabalho pedagógico de acordo com a realidade na qual a escola está inserida.

O Projeto Pedagógico é o ponto de partida de uma longa caminhada cuja proposta

deve ser assumida por todos da Unidade Escolar. Sua prática contribui para afirmar a identidade da escola, como espaço necessário à construção de conhecimentos e de cidadania. Está sempre sendo (re)construído em consonância com a filosofia da Rede Municipal de Ensino, que busca consolidar uma Escola Cidadã<sup>26</sup> como ambiente de aprendizagem e de formação humano-cidadã, assim, pode edificar uma cidade realmente educadora.

Para Vasconcelos, a função de um Projeto Político Pedagógico se consolida principalmente quando este ajuda a resolver problemas, e consegue transformar a prática, tornando menor os conflitos e as dificuldades enfrentadas no dia a dia escolar. Para esse autor, é uma metodologia de trabalho, que orienta as ações de todos os envolvidos na comunidade escolar. Assim:

Projeto Político Pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição. (VASCONCELOS, 2000, p. 143).

Ora, acreditamos que um Projeto Político Pedagógico não se restringe somente a propostas de boas intenções, e muito menos a uma exigência de lei, ele deve, pois, expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da comunidade escolar, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de educação, às necessidades locais e específicas da clientela da escola. Concordamos com Libâneo (2001, p. 125), quando afirma que o Projeto Político Pedagógico é a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade. Para esse autor, o projeto pedagógico "deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola, tendo em conta as características do instituído e do instituinte".

A SEMEC elaborou, a partir de um processo democrático de construção, o PLANO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE UBERABA: 2013-2016 que, em consonância com o PME, será o documento orientador de todas as políticas de educação do município. Ele visa garantir a unidade de ação de todos os que integram o Sistema Municipal de Educação, de modo a se efetivar e consolidar políticas públicas para a educação de Uberaba, coerentes com as suas necessidades, objetivos, expectativas e interesses.

---

26 Escola Cidadã é aquela que busca a formação do ser humano capaz de participar da vida da comunidade, cumprindo todos os seus deveres de cidadão e exigindo seus direitos dentro dos princípios morais da solidariedade, da responsabilidade e do respeito a si próprio, ao outro, ao meio ambiente, à nação e às suas crenças, tendo conhecimento para usufruir dos bens que a sociedade produz.

O PLANO fundamenta-se nos seguintes princípios:

- Equidade e Justiça Social.
- Qualidade Social da Educação.
- Sustentabilidade e Educação.
- Diálogo e Interação entre a SEMEC e as Escolas Municipais.
- Democratização e Articulação com a Comunidade

Resultante de um processo democrático de construção, o PLANO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE UBERABA: 2013- 2016, em consonância com o Plano Decenal Municipal de Educação, será o documento orientador das políticas de educação da Rede Municipal de Ensino. Visa garantir a unidade de ação de todos os que integram a Rede Municipal de Educação, a fim de se efetivar e consolidar políticas públicas para a educação das Unidades Escolares Municipais, coerentes com as suas necessidades, objetivos, expectativas e interesses.

Este Plano de Gestão Educacional precede a atualização do Plano Decenal Municipal de Educação para o próximo decênio, que será revisto em consonância com os princípios, metas e diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação de 2020.

A sistematização deste Plano está organizada em três momentos:

- **Primeiro momento:** apresentam-se os pressupostos considerados em todas as etapas do trabalho.
- **Segundo momento:** apresenta-se uma visão, em síntese, das prioridades apontadas na Avaliação Institucional Diagnóstica da Gestão da Educação Municipal 2005-2012 que fundamentaram os programas, subprogramas, projetos, metas e estratégias deste Plano.
- **Terceiro momento:** são detalhados todos os projetos da Gestão da Educação Municipal 2013-2016.

No seu conjunto, o Plano condensa e consolida todos os compromissos que se traduzem em diretrizes básicas a serem impressas na Gestão da Educação Municipal, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período 2013-2016.

No presente capítulo, serão apresentadas as escolas selecionadas para a identificação de ações que favoreçam a participação da pessoa com deficiência visual no Município de Uberaba.

Para a escolha das escolas, utilizamos o critério da nota do IDEB<sup>27</sup>. Assim coletamos, por amostragem, o Projeto Político Pedagógico - PPP de nove (9) Unidades Municipais de Ensino, para descrevermos os projetos que as escolas elaboraram e que tenham consonância com o nosso objeto de pesquisa. O primeiro critério de escolha foi o resultado do IDEB deste ano de 2015. Foram selecionadas cinco (5) escolas que alcançaram melhor desempenho e as cinco (5) que tiveram o pior desempenho. Tomando como parâmetro somente as escolas desses grupos, não foi realizado um estudo sobre os avanços de cada uma das escolas nas últimas avaliações, para as quais precisaríamos analisar a variável de crescimento de cada uma.

Não analisamos as características de cada escola fazendo o cruzamento dos dados, o critério estabelecido foi para dar imparcialidade. Apenas uma das escolas selecionadas não entregou o documento para a Secretaria de Educação, não sendo possível analisarmos.

Elencamos algumas categorias com o objetivo de identificar e descrever sobre elas, referente aos Projetos Político Pedagógicos das Unidades Municipais de Ensino. As categorias foram sendo identificadas ao longo da leitura dos projetos. São elas: perfil da clientela da escola; escolarização dos pais; acompanhamento dos pais nas atividades escolares dos filhos; o papel da biblioteca escolar na opinião dos pais e dos alunos; a importância da leitura para os alunos; como os profissionais da educação percebem a gestão escolar; a importância do PPP para os pais, alunos, professores e demais funcionários da escola e ainda os projetos desenvolvidos na temática do nosso objeto de pesquisa – PROLER e Deficiência Visual. Importante relatar que as categorias elencadas não puderam ser identificadas em todos os projetos selecionados.

Ao final da pesquisa, nossa proposta é sugerir alguns caminhos que possam facilitar a efetiva participação de todos os alunos, buscando uma melhoria na qualidade do ensino e na formação de leitores críticos.

Lembrando que as mudanças não ocorrem tão rapidamente, uma vez que essas mudanças implicam questões de ordem política, científica, pedagógica, administrativa e financeira.

Importante ressaltar que o nome das escolas não será divulgado. No Quadro - 8 descrevemos as escolas com as suas iniciais, o que não possibilita sua identificação.

---

27 Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336>>, acesso em: janeiro de 2015.

Verificaremos somente se há projetos que contemplem ações do PROLER e como se dá a participação dos alunos com deficiência visual.

Abaixo o quadro de nossa amostragem:

QUADRO – 8 DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO PESQUISADAS					
ESCOLAS	CRITÉRIOS DE ESCOLHA – REFERÊNCIA 2014				
MAIOR IDEB	LOCALIZAÇÃO	Nº DE ALUNOS	ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	IDEB	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
1A – FE	URBANA	1106	SIM	6.6	SIM
2A – U	URBANA	1285	SIM	6.4	SIM
3A – MMG	URBANA	455	SIM	6.4	SIM
4A – SC	URBANA	755	SIM	6.1	SIM
5A – SM	URBANA	805	SIM	6.0	SIM
MENOR IDEB	LOCALIZAÇÃO	Nº DE ALUNOS	ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	IDEB	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
1B – ELB	URBANA	352	SIM	4.1	SIM
2B – VAT	URBANA	925	SIM	4.4	SIM
3B – TM	RURAL	411	SIM	4.5	SIM
4B – ML	RURAL	288	SIM	4.6	SIM

\*Foram 5 escolas com maior IDEB, as quais denominamos de 1A, 2A ... sucessivamente, e quatro escolas com menor IDEB, as quais denominamos de 1B, 2B ... sucessivamente. (Quadro elaborado pela autora).

Dentre as escolas selecionadas, percebemos que a escola 1<sup>a</sup>, que alcançou a maior pontuação, tem o número de alunos menor que a escola 2A, que ficou em segundo lugar na nota do IDEB, com uma diferença de décimos entre elas. Mas, em relação às escolas que apresentaram a pior pontuação, podemos verificar que as quatro (B) têm o número de alunos inferior e estão localizadas na periferia do Município e na Zona Rural. No próprio documento, é relatado que o fato de os alunos morarem em extensões espaçadas dificulta a presença dos pais na Unidade Escolar, o que reflete na falta de acompanhamento nas atividades acadêmicas, o que pode estar relacionado ao baixo desempenho dos educandos.

O que o quadro nos mostra, não pode servir de referência para concluirmos que a quantidade de alunos e a localização da escola influenciam somente de forma negativa ou

positiva na pontuação alcançada. O que realmente nos interessa na pesquisa é analisar cada PPP, pois por meio deles, percebemos que muitos projetos se assemelham entre as unidades escolares, e que algumas escolas desenvolvem projetos e ações que merecem ser divulgadas.

Relataremos a seguir somente os projetos de leitura e Inclusão Escolar, por ser a proposta do presente estudo.

**Na escola 1A – FE**, os Projetos Político Pedagógicos das Unidades Municipais de Ensino de Uberaba entram em vigor por dois anos, sendo 2014 – 2016.

Nesta primeira escola elencada para análise, iremos descrever algumas pesquisas realizadas por ela, para tentarmos identificar sua filosofia e ainda como norteia suas ações e práticas na organização do ensino. Em 2009, é institucionalizada na escola a modalidade Educação Especial organizada por meio do Atendimento Educacional Especializado.

Sobre o tema da leitura, a escola se refere como tendo um acervo bibliográfico insuficiente e desatualizado, pois mesmo recebendo títulos de projetos literários, a demanda de empréstimos é grande, para um universo de aproximadamente 1.277 alunos, não correspondendo aos títulos oferecidos.

E, nas pesquisas direcionadas aos pais, pudemos verificar que, em relação à escolarização dos pais, num universo de 740 pais entrevistados, cerca de 47,03% tem o ensino médio, e 28,78% responderam ter apenas o ensino fundamental. Pais que tem curso superior, 9,86% e pós-graduação, 1,89%. Na pesquisa, verificamos ainda que 0,95% dos pais responderam ser analfabetos.

Sobre a escolarização das mães dos alunos da escola, sob o total de 740 pessoas entrevistadas, verificamos que houve uma melhora, de forma geral, da porcentagem na escolarização das mães dos alunos em relação a dos pais.

Em relação à participação na vida escolar dos filhos, 79,59% dos pais afirmaram de “sempre” participar, e 16,49% apenas quando “convocados”. Questionados sobre a biblioteca da escola, 36,76 % dos pais a “consideram ativa e atende às necessidades dos filhos”, e 24,86% consideram que “atende parcialmente as necessidades dos filhos e 32,84% afirmaram não conhecer a biblioteca da escola”.

Nas pesquisas direcionadas aos alunos, num universo de 170 alunos das turmas do 5º ao 9º ano, quando questionados sobre o hábito de leitura, 51 alunos responderam “sempre”, 88 alunos, “às vezes”, e 30 alunos responderam “raramente”.

Os professores, ao serem questionados se a Direção da escola oportuniza a troca de ideias, inovações e criação em conjunto, responderam: dos 33 professores da Unidade

Escolar, 22 afirmaram que “sim”, 9 professores responderam “parcialmente” e 2 responderam que a escola “não” oportuniza a troca de ideias entre o grupo, e ainda 67% dos docentes julgaram a gestão da escola como democrática.

Questionados se a escola identifica, desde o início do ano letivo, as dificuldades de aprendizagem dos alunos e toma providências, 25 professores responderam que “sim”, 7 responderam “parcialmente” e apenas 1 respondeu que a escola “não” identifica quais alunos apresentam dificuldades.

Sobre o PPP da escola, 20 professores acreditam que a escola tem alcançado os objetivos e metas definidos nos documentos, 12 professores julgam que atingem “parcialmente”, e apenas 1 respondeu que não atinge os objetivos e metas propostos pelo PPP.

Sobre os programas, subprogramas e projetos organizados no Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares, dos anos 2014 – 2016, relataremos somente a respeito do nosso objeto de estudo: ações do PROLER e a participação da pessoa com deficiência visual nestas ações.

O objeto de estudo que nos interessa, aparece no Projeto 3.1.5 “Educação Inclusiva: desafios e possibilidades”, que faz parte do programa 3 “Prática Pedagógica e Avaliação”, no subprograma 3.1- “Qualidade de Ensino”. Em relação à leitura, somente aparece no projeto 5.1.3. “Biblioteca Ativa – Uma oportunidade de Criar”, que se encontra no Programa V “Rede de Proteção Sociocultural”, no Subprograma 5.1. “Além dos Conteúdos Curriculares”.

Ainda não conseguimos identificar se há ações de intervenção pedagógica com alunos com deficiência visual nas práticas específicas em atividades de leitura, reconhecendo que Inclusão do Projeto de Leitura no Projeto Político Pedagógico das escolas e participação no Projeto de revitalização das bibliotecas escolares é uma estratégia que contempla as ações a serem desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC, no ano de 2014 – 2017, para o alcance das metas estabelecidas. Identificamos que as ações de leitura permeiam vários projetos, mas em nenhum deles há especificado se há ou não apoio e acompanhamento do comitê do PROLER.

**Na escola 2A – U.** O Lema é “Educando para uma existência de participação consciente”. A escola tem 1.375 alunos matriculados. Seu espaço físico está entre os maiores do município. A biblioteca possui acervos em bom estado de uso, títulos variados vindos do PNLD, parcerias e recursos da escola.

Na visão dos pais, a escola é organizada, a equipe gestora é aberta às questões familiares. Os pais demonstram satisfação em relação à nova proposta da Educação em

Tempo Integral e da Educação Inclusiva.

A Escola incentiva a participação ativa do Grêmio Estudantil.

Nos documentos disponibilizados pela escola, não foi possível conhecer na íntegra todos os projetos. O documento descreve os projetos e seu público alvo. São eles: “Leitura Familiar”; “Atendimento Educacional Especializado”; “EJA/Inclusão”; Biblioteca Ativa”.

**Na escola 3A – MMG.** Sua proposta é ter uma gestão democrática, para que todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem garantam a qualidade do ensino oferecido, a redução do índice de distorção idade/série.

A escola oferece Educação em Tempo Integral, com orientação de estudos e práticas de leitura, esporte e suas múltiplas vivências, Canto Coral, Danças Regionais e Artesanato Popular. Oferece ainda o Atendimento Educacional Especializado, visando a um melhor acompanhamento dos alunos com necessidades especiais. Aos professores e demais funcionários é oferecida a Formação em Serviço.

A seguir, os projetos da escola que podem estar relacionados ao nosso objeto de pesquisa. “A Ciranda da Leitura, ler e escrever” é um projeto que se encontra no Programa: “Práticas Pedagógicas e Avaliação”, no subprograma: “Qualidade de Ensino”.

Mesmo constando nas metas da escola, não encontramos projetos que envolvam crianças e jovens com deficiência nas ações de leitura e/ou outros correlatos. Reconhecemos, no entanto, que a escola oferece o Atendimento Educacional Especializado para este público, mas sentimos falta de ações mais sistematizadas na área da educação especial.

**Na escola 4A – SC.** Se apresenta com o Lema: “Construindo a cidadania”. No ano de 1993, sofreu alteração na nomenclatura e, a partir desta data e sob nova direção, implementou importantes projetos. Um exemplo é “O Ensino Alternativo”, projeto este anteriormente mencionado.

Atualmente, a escola é composta 11 turmas no matutino, 10 turmas no vespertino, 4 turmas no noturno e 4 no Tempo Integral. Oferece o Atendimento Educacional Especializado nos turnos matutino e vespertino. Sua biblioteca tem um acervo de aproximadamente 10.000 volumes entre didáticos e paradidáticos.

Sua equipe é bem assessorada por meio da SEMEC, Casa do Educador e Formação Continuada em Serviço.

Para a escolha do novo dirigente, foi realizado um concurso e posteriormente eleição junto à comunidade escolar.

No ano de 2014, num universo de aproximadamente 1.000 alunos, o perfil da escola

foi de 2% reprovados, 3% evadidos, 6% transferências expedidas, 3% transferências recebidas.

Para o bom relacionamento com a família dos alunos, a escola elencou algumas ações; são elas:

- ✓ Chamar os pais não só para comparecer, mas também para ajudar na organização de festas juninas, feiras de ciências e jornadas culturais ou esportivas.
- ✓ Abrir a biblioteca, o laboratório de informática e a quadra de esportes para uso dos familiares.
- ✓ Enviar relatórios periódicos sobre o desempenho da classe e as conquistas individuais.
- ✓ Informar sobre mudanças na estrutura física, na organização do espaço e do tempo escolar ou na equipe pedagógica.
- ✓ Atuar efetivamente com o Projeto: Parceria Família/Escola, dentro e fora do ambiente escolar, trazendo as famílias para dentro da escola no sentido de promover a permanente integração entre os pares. (PPP, 2014 p.26).

A seguir a relação dos projetos em consonância com o nosso objeto de pesquisa.

Projeto1: “Trabalhando com jornal dentro da escola” (Jornal Interativo), consta no Programa: “Integração” e no subprograma: “Nível Interinstitucional”.

Projeto2: “Trabalhando com a rádio dentro da escola” (Rádio Interativa), consta no Programa: “Integração” e no subprograma: “Nível Interinstitucional”.

Projeto3: “Agentes de Leitura”, consta no Programa “Qualidade do Ensino”, no Subprograma “Prática Pedagógica” e neste projeto a escola enfatiza a participação do PROLER, por meio das várias ações desenvolvidas pelo Comitê.

Dentro do Programa: “Rede de Proteção Sociocultural,” subprograma: “Além dos Conteúdos Curriculares”, a escola desenvolve o Projeto: “Vai uma leitura, aí?” O projeto será desenvolvido pelos alunos do fundamental e da EJA, com objetivo de incentivar e adquirir o hábito da leitura.

A escola desenvolve projetos ligados à família para estimular e favorecer a parceria entre escola-família, acreditando na melhoria do ensino e das relações entre família, escola, pais e filhos.

**Na escola 5A – SM**, em seu próprio texto, expõe perfil da clientela como sendo num universo de 900 alunos, sendo estes em sua maioria oriundos de bairros distantes, e ainda outros estados brasileiros, alguns trabalham para completar a renda familiar. A escola percebe, por meio de bilhetes de comunicação, que muitos pais são analfabetos funcionais ou

semianalfabetos, pois só assinam os bilhetes, muitas vezes escritos pelos próprios alunos.

Por meio de parcerias com a SEMEC, e a FETI oferece oficinas variadas para que o aluno tenha oportunidade de ingresso no primeiro emprego junto ao PROBEM.

O acervo da biblioteca é de aproximadamente 27.308 livros, com espaço suficiente para atender a demanda da escola e a comunidade.

A seguir, a relação de alguns projetos que apresentam articulação com o nosso objeto de estudo.

O Projeto: “Espaço Biblioteca – Elo entre escola e o mundo”, pertence ao Programa: “Práticas Pedagógicas e Avaliação”, no subprograma: “Qualidade de Ensino”, cuja finalidade é despertar o gosto e o hábito pela leitura, indispensável ao desenvolvimento social e à realização individual do educando. Todos os alunos se beneficiarão com este projeto.

Outro Projeto de destaque na Unidade é “Educação Inclusiva”, que pertence ao Programa: “Práticas Pedagógicas e Avaliação”, do subprograma: “Qualidade de Ensino”.

O texto elaborado pela escola não deixa claro se este projeto é o mesmo do Atendimento Educacional Especializado, já realizado nos dois turnos, atendendo os alunos público alvo da Educação Especial.

**Na escola 1B – AT**, optamos por deixar registrado, que a referida escola, não respeitou o prazo de entrega do documento para a Secretaria de Educação e Cultura – SEMEC. Assim, não foi possível descrever suas ações. Não a substituímos, pois acreditamos que seria mais honesto e transparente com a pesquisa, já que o critério de escolha foi definido previamente.

**Na escola 2B – ELB**, a escola se apresenta com o Lema: “Vencendo desafios para um mundo melhor”.

Iniciou suas atividades em 2006, mas na ocasião ainda não havia espaço próprio. Hoje a escola atende cerca de 925 alunos do ensino fundamental e EJA e, conforme a demanda, oferece o Atendimento Educacional Especializado. Possui sala de multimeios e biblioteca, mas não menciona o número de exemplares em seu acervo bibliográfico.

A gestão se considera participativa, organizou uma comissão em assembleia para a coleta de dados necessários à elaboração do PPP.

Segundo dados descritos no documento, num universo de 994 alunos matriculados em 2014, a taxa de repetência no ano anterior (2013) obteve porcentagem mais alta (19,05%) na turma de 7º ano, seguido com a porcentagem de 17,83 para a turma do 6º ano, os ciclos Inicial e Complementar obtiveram uma média de aproximadamente 8% de repetência.

Sobre as taxas de evasão, a EJA II foi quem obteve maior percentual (15,98%),

seguida do 6º ano com 17,75%.

Quanto às condições de acessibilidade na escola, há rampas de acesso com barras de segurança, sinalização tátil e visual; a sala de AEE tem recurso de Tecnologia Assistiva.

A escola apresenta estar aberta para ouvir a família e toda a comunidade, pois acredita que um expressivo vínculo afetivo e o suporte emocional, refletem no desempenho escolar dos alunos.

A seguir, os projetos desenvolvidos pela escola que apresentam consonância com o nosso objeto de estudo.

Projeto: “Hora Cívica e do Conto” está inserido no Programa “Práticas Pedagógicas e Avaliação”, no subprograma: “Qualidade de Ensino”.

Projeto: “Sala multifuncional de AEE”, são atendimentos no contraturno da escolarização dos alunos, recebe o assessoramento do Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade – DIED.

Projeto: “Jornal na Escola” é um projeto que dentre os objetivos, contempla a motivação e a criatividade para a leitura e a criação de texto.

Projeto: “A escola e a música”, está no Programa: “Rede de proteção sociocultural”, no subprograma: “Para além dos conteúdos disciplinares”.

Projeto: “Minha escola me incentiva a ler”, está no Programa: “Rede de proteção sociocultural”, no subprograma: “Desenvolvimento humano”. É um projeto com autores brasileiros, e se apresenta com objetivo geral de incentivar o gosto pela leitura, através do hábito de frequentar a biblioteca.

**Na escola 3B – VAT**, tem como lema: “Educar com liberdade e responsabilidade”. Foi fundada em 1987, surgiu da nucleação de 7 escolas rurais. Está localizada numa região relativamente próspera, com famílias de baixa renda, muitas vezes com subempregos. Trabalham em carvoarias, granjas, etc.

A escola possui biblioteca, mas com espaço físico restrito, oferece o AEE para alunos com deficiência e acentuadas dificuldades de aprendizagem.

O hábito de estudos dos alunos ainda não está satisfatório. Embora a escola evite mandar atividades extraescolares pelo trabalho dos alunos, na maioria no campo.

A ação pedagógica na escola acontece em tempo real. A escola não espera a recuperação final para intervir na aprendizagem dos alunos, ela acontece paralelamente à identificação das necessidades acadêmicas dos alunos.

A seguir, os projetos desenvolvidos pela escola que apresentam consonância com o

nosso objeto de estudo.

Projeto: “Revitalização da Biblioteca”, apresenta-se com o objetivo de proporcionar à comunidade escolar o uso frequente da biblioteca, tornando seu acervo mais acessível. E assim estimular a prática de leitura.

Projeto: Literário – Biblioteca: a dinâmica do projeto será trabalhar um autor por mês, com culminância dos trabalhos dos alunos expostos na hora cívica.

**Na escola 4B – TM**, foi criada em 1967, seus alunos moram todos distantes, mas, segundo o próprio registro do documento, isso não é impedimento para o vínculo afetivo das famílias com a instituição. A grande maioria dos pais são ex-alunos, o que facilita no relacionamento família e escola.

Projetos desenvolvidos na escola em consonância com o nosso objeto de pesquisa.

Projeto: “Contar, recontar, criar e recriar é só imaginar”. Por meio deste projeto a escola registra que estimula nossos alunos a ler e depois contar, narrar, criar histórias, além de ser um exercício de socialização, possibilita-lhes desenvolver aptidões importantes para lidar melhor com as próprias emoções e para o amadurecimento psicológico.

Projeto: “Atendimento Educacional Especializado” é um atendimento oferecido em todas as Unidades Municipais de Ensino.

Projeto: “Poetizando na EJA”, tem como objetivo estimular a escrita criativa dos alunos. É um projeto elaborado pela SEMEC, por meio do Departamento Pedagógico/Seção EJA, voltado para as 15 Unidades Municipais de Ensino que oferecem a Modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Projeto: “Bibliodinamizando a EJA”, também é um projeto elaborado pela SEMEC, por meio do Departamento Pedagógico/Seção EJA, voltado para as 15 Unidades Municipais de Ensino que oferecem a Modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Projeto: “Biblioteca”, tem como objetivo equipar e estimular alunos e comunidade rural para o uso da biblioteca, e, ainda, incentivar o aluno pelo gosto de ler diferentes gêneros literários.

**Na escola 5B – ML**. Tem como lema: “Educar para a cidadania”.

A equipe gestora foi indicada pela SEMEC, pois a escola não apresentou dentre os servidores nenhum candidato ao cargo para o período de 2014 a 2017. Em seu texto, a escola se denomina como sendo uma gestão democrática e participativa.

Em sua infraestrutura, a escola dispõe de bibliotecas, banheiro acessível, laboratório de informática, sala de AEE, entre outros. Os profissionais em sua maioria trabalham na

escola há mais de 5 anos, o que é visto como positivo, uma garantia de um trabalho coeso, realmente de equipe, o que reflete na estabilidade nas ações e relações interpessoais. Os professores em sua maioria já são pós-graduados.

As famílias dos alunos, em sua maioria não têm renda fixa, e muitas vezes a relação direta com a escola é dificultada pela distância dos bairros atendidos.

Alguns Programas Federais apoiam a escola com o objetivo de favorecer a participação plena e efetiva do educando nas diversas atividades da escola. São eles: o Programa Mais Educação, que oferece várias atividades pedagógicas; o AEE, que atende os alunos que apresentam dificuldades acentuadas em acompanhar as atividades acadêmicas.

A seguir, a relação dos projetos desenvolvidos na Unidade Escolar.

Projeto: “Hora da Leitura”, este projeto surgiu após uma análise criteriosa dos dados apontados nas avaliações externas sobre leitura. Não apresentaram desempenho satisfatório, evidenciando defasagem de leitura fluente, vocabulário limitado, dificuldade de compreensão e interpretação de dados e enunciados.

Projeto: “Escola Inclusiva: acompanhamento dos alunos – AEE implantando diretrizes e implementando sonhos”. Este projeto se refere aos atendimentos nas salas de recurso multifuncional, já acompanhadas pela SEMEC.

Projeto: “Biblioteca e o mundo encantado da Leitura”, reconhecidamente a Biblioteca Escolar possui um papel fundamental no processo de incentivo e formação de leitores. As leituras serão realizadas toda semana com horários pré-estipulados para cada sala de aula.

Projeto: “Sacola Literária” este projeto se dará pela interação família e escola. Semanalmente, a Sacola Literária será enviada para a casa dos alunos para leitura domiciliar. Os livros poderão ser computados no campeonato de leitura da turma.

Os projetos citados acima correspondem ao Programa: “Qualidade de ensino”, no Subprograma: “Prática Pedagógica”.

Os Projetos: “Poetizando na EJA” e “Bibliodinamizando a EJA”, são projetos elaborados pela SEMEC, por meio do Departamento Pedagógico/Seção da EJA, para serem executados nas 15 (quinze) Unidades Municipais de Ensino que oferecem esta modalidade de ensino.

Nos projetos analisados, percebemos um movimento positivo, no que se refere às ações a serem executadas. As ações realmente foram planejadas mediante a diagnose realizada, na qual puderam avaliar os pontos positivos e negativos da escola.

Importante ressaltar que várias ações referentes à leitura estão expostas no documento,

ainda assim não foi possível identificar trabalhos e/ou estratégias de leitura que mencionem parcerias com o PROLER.

O documento nasceu concomitante ao processo de escolha da equipe gestora da escola, pois coincidiu com o concurso e as eleições em que todas as Unidades Escolares estavam passando. Talvez este aspecto tenha dado maior credibilidade na elaboração do PPP. Pensar numa nova dinâmica de trabalho, querer conhecer e somar num ambiente que passará pelo menos os próximos 4 anos (período de gestão), exercitando uma prática coletiva como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos. É o que se espera de uma gestão democrática e participativa.

Verificamos que, tanto a prática de leitura, como a inclusão, estão presentes em todos os PPPs analisados. Portanto, universalização de atendimento escolar e a qualidade da educação serão consolidadas por meio da garantia do desenvolvimento harmonioso e qualitativo da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Inclusiva.

Em apenas uma escola, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura foi realmente citado, e no que se refere à participação da pessoa com deficiência visual, não vimos nenhum documento que descrevesse claramente as possíveis ações que melhor exemplificasse o que estávamos pesquisando. O objetivo desta pesquisa além de identificar ações é torná-las passíveis de serem executadas. Para tanto, abordamos estudos preliminares sobre a importância de estudar e conhecer as peculiaridades da deficiência visual para promovermos ações simples, mas eficazes, que possam favorecer a participação da pessoa com deficiência visual nos diversos ambientes, de acordo com a sua necessidade.

### **3.1 A PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS ATIVIDADES DE LEITURA: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE UBERABA**

“Ah, esses livros que nos vêm à mão, na Biblioteca Pública e que nos enchem os dedos de poeira. Não reclames, não. A poeira das bibliotecas é a verdadeira poeira dos séculos”.

Mário Quintana

Apresentaremos de forma descritiva as ações, as estratégias, bem como os recursos mais utilizados para favorecerem a participação dos escolares com deficiência visual nas atividades de leitura.

Antes de iniciarmos o relato sobre a participação da pessoa com deficiência visual nas atividades de leitura, faz-se necessário retomarmos alguns conceitos sobre a deficiência visual; as diferenças quanto à idade que doença se manifestou, a sua funcionalidade e os programas que podem auxiliar em seu pleno desenvolvimento.

É sabido que as intervenções serão feitas mediante uma anamnese, que nos dará a possibilidade de identificar algumas características importantes que irão nos auxiliar na elaboração de um programa individual.

A abordagem se difere de cada etapa do desenvolvimento humano. Didaticamente, iremos dividir as etapas entre a criança de 0 a 4 anos, a criança de 4 a 11 anos, o adolescente, o adulto e o idoso. Importa-nos, nesse momento, esclarecer sobre aspectos relacionados à criança e ao adolescente, que compreende o processo de escolarização da educação infantil ao ensino fundamental. Mapear as idades não será possível, pois como nosso aluno tem deficiência visual, pode ser que tenhamos casos de alunos com idade/série em defasagem. O que não implica dizer que todos os alunos com deficiência, necessariamente se atrasam no percurso escolar.

BRUNO (1993) apresentou um importante estudo sobre as primeiras interações da criança com o mundo visual, seu desenvolvimento sensório-motor, representação conceitual e da linguagem, a evolução de seu desenvolvimento visual. E, ainda, as intervenções que promovam seu desenvolvimento, nas áreas de Avaliação Funcional da Visão, Intervenção Precoce e Sensorial, Atividades de Vida Diária, Orientação e Mobilidade, como também sugestões de atividades para o ingresso na escola. O resultado destes estudos foi um importante livro que ainda é extremamente utilizado nos programas de atendimento à pessoa com deficiência visual.

Para que sejam realizadas estas atividades, Uberaba conta como uma Instituição de Ensino Especializado, denominada Instituto de Cegos do Brasil Central - ICBC<sup>28</sup>, sede do Núcleo de Apoio Pedagógico e Produção Braille - NAPPB em parceria firmada com o Município de Uberaba. Atende desde as pessoas da comunidade, até os municípios circunvizinhos. Presta assessoria às escolas do município, que dentre as atribuições, é responsável por dar assessoria às Unidades de Ensino, capacitação aos profissionais na área da deficiência visual e adaptação de material para que o aluno possa acompanhar seus estudos com materiais em braile ou tipo ampliado. O Município arca com a cessão de profissionais e na compra de materiais de consumo.

Há também no município um Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual – CAP/Estadual<sup>29</sup>, que funciona na Escola Estadual Alceu Novaes, aqui no Município de Uberaba, que, além de atender também os municípios de abrangência de sua jurisdição, atende as Escolas Estaduais e Municipais, em assessoramentos, capacitações para os profissionais da educação e ainda adaptação de materiais em Braile e do tipo ampliado.

O Município de Uberaba conta ainda com o Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade - DIED, que presta assessoria nas Salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE. A equipe do DIED conta com apenas um profissional responsável por ir às escolas, quando solicitado, para identificar algumas dificuldades visuais funcionais, orientar e assim encaminhar o aluno ainda com suspeita de baixa visão ao oftalmologista e, posteriormente, para os serviços no setor de Baixa Visão do ICBC.

No anexo 06, apresentamos o documento utilizado pelo Departamento de Inclusão para orientar a escola relatando, por meio de um Parecer Pedagógico, o que foi possível coletar de informações para auxiliar a equipe escolar nas atividades com o aluno com suspeita de baixa visão. Após encaminhamento realizado, a escola continua recebendo orientações do DIED, por meio de assessoramentos nas salas de AEE e/ou cursos de capacitação, se

---

28 Instituto de Cegos do Brasil Central, fundado em 1942, pelos professores Antônio Simões Borges e Clever Novais, o Instituto de Cegos do Brasil Central – ICBC é uma instituição beneficente do Terceiro Setor, referência nacional na área de atendimento às pessoas cegas e com baixa visão. Disponível em <<http://www.icbcuberaba.org.br/quem-somos>>, acesso em: fevereiro de 2015.

29 Em Maio de 2007 o CAP - Uberaba foi vinculado à Escola Estadual Professor Alceu Novaes conforme resolução nº. 904. Atualmente, além da escolarização oferecida pela escola, o CAP – Uberaba oferece atendimentos especializados ao deficiente visual / família, produção de material adaptado e ainda capacitação de professores, reabilitação. Disponível em: <<http://capestadualuberabamg.blogspot.com.br/2011/04/um-pouco-da-nossa-historia-cap-uberaba.html>>, acesso em: fevereiro de 2015.

necessário.

Algumas estratégias podem ser realizadas para que a criança possa acompanhar as atividades escolares. É preciso identificar como esse escolar enxerga. Para isso, é realizado o que denominamos Avaliação Funcional da Visão. Assim, estipulamos um planejamento para estimular o resíduo visual que ainda apresenta. Esse trabalho é denominado de Estimulação Visual, que visa à aquisição de uma maior consciência visual. A pessoa não melhora sua acuidade visual, mas aprende a utilizar melhor o seu resíduo, favorecendo uma maior autonomia nas diversas atividades que queira exercer.

Nessa mesma avaliação, pode ser identificada a necessidade do uso de lupas que irá auxiliá-lo nas atividades diárias, seja em casa, no trabalho ou na escola. É identificado ainda se há necessidade de ampliação de seu material, se há alguma adaptação arquitetônica que possa favorecê-lo nas atividades de leitura e escrita, entre outros recursos.

Já para o aluno cego, as aulas de Braile, Orientação e Mobilidade, informática e atividades de Vida Diária, também chamada de Vida Prática, serão essenciais para o seu bom desempenho nas atividades que queira participar.

Além dos recursos de tecnologia citadas na pesquisa, percebemos um crescente número de editoras que já disponibilizam o material, que antes era comercializado somente impresso, compatível para serem explorados por meio de recursos de áudio, em Braile, de forma ampliada e com duas escritas (Tinta e Braile).

### 3.2 – REVISITANDO O ESTADO DA ARTE DO PROLER E A PARTICIPAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS

[...] as leituras são sempre plurais, são elas que constroem de maneira diferente o sentido dos textos, mesmo se esses textos inscrevem no interior de si mesmos o sentido de que desejariam ver-se atribuídos.

(CHARTIER, 2001, p. 241)

Foi feito um levantamento de dados sobre os estudos que versam sobre o nosso objeto, no qual coletamos para leitura e análise, diversas pesquisas que foram descritas no presente capítulo.

No quadro 9, foi feito um levantamento do número de pesquisas encontradas, subdivididas em Teses, Dissertações, Monografias e Artigos nas áreas de Inclusão, Deficiência Visual, Leitura, PROLER e Tecnologias. Vale ressaltar que alguns trabalhos envolvem mais de um item elencado, não sendo possível, ao final, fazer a somatória total dos trabalhos. Foram lidas na íntegra apenas as Teses e Dissertações que tratam sobre os temas PROLER e Deficiência Visual. Os demais, tomamos conhecimento de seu conteúdo por meio da leitura dos resumos e dos sumários. Procuramos catalogar trabalhos mais recentes, para que pudéssemos ter como parâmetro apenas trabalhos realizados após a Declaração de Salamanca, pois o referido documento é um importante marco para a área da Educação Especial, numa concepção inclusiva, diminuindo as divergências quanto à concepção de inclusão, nos diversos campos de análise e aplicação. Sobre os trabalhos que versam sobre leitura e PROLER, procuramos selecioná-los num mesmo período, a partir da década de 1990, para que pudéssemos analisar a situação da leitura no país, situação que motivou a idealização de vários programas de leitura na época.

O quadro abaixo descreve o número de pesquisas encontradas:

	Teses	Dissertações	Monografias	Artigos
Inclusão	-	6	2	62
Deficiência Visual	6	16	2	29
Leitura	7	10	2	37
PROLER	2	3	1	6
Tecnologias	-	-	-	8

Quadro elaborado pela autora.

A seguir, relacionamos as Teses e Dissertações pesquisadas para que possamos conhecer os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na área da Deficiência Visual e PROLER, objetos de estudo da pesquisa. Relacionamos a Instituição de Ensino onde foi realizada a pesquisa, o autor, o ano de conclusão e a referência bibliográfica da referida pesquisa:

Quadro 10 - Dissertações					
DEFICIÊNCIA VISUAL					
Universidade	Título	Autor	Local	Data	Citação
Universidade de São Paulo	A criança com deficiência visual na escola regular.	Flávia Cecon Moreira Gil	São Paulo	2009	GIL, F. C. M. <b>A criança com deficiência visual na escola regular.</b> Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
Universidade de São Paulo/Instituto de Psicologia	Avaliação de um recurso técnico na aprendizagem de conceitos por crianças cegas: um estudo exploratório.	Caio Parada Cabral	São Paulo	2011	CABRAL, C. P. <b>Avaliação de um recurso técnico na aprendizagem de conceitos por crianças cegas:</b> um estudo exploratório. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo/Instituto de Psicologia. São Paulo, 2011.
Universidade de São Paulo/Instituto de Psicologia	A educação de pessoas com deficiência visual: inclusão escolar e preconceito.	Diana Vilac Oliva	São Paulo	2011	OLIVA, D.V. <b>A educação de pessoas com deficiência visual:</b> inclusão escolar e preconceito. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
Universidade Federal de Santa Catarina/Centro Tecnológico.	Design de produto integrado ao projeto urbano: avaliação do projeto de tecnologia assistiva "bengala longa eletrônica" e sua contribuição para a inclusão de deficiente visual em espaço urbano aberto.	Renato Fonseca Livramento da Silva	Florianópolis	2009	SILVA, R. F. L. <b>Design de produto integrado ao projeto urbano: avaliação do projeto de tecnologia assistiva "bengala longa eletrônica" e sua contribuição para a inclusão de deficiente visual em espaço urbano aberto.</b> Universidade Federal de Santa Catarina/Centro Tecnológico. Florianópolis, 2009.
Fundação Visconde de Cairu/Faculdade de Ciências Contábeis	Política Estadual de Atendimento a Alunos com deficiência visual na cidade de São Paulo: a	Tânia Regina Martins Resende	São Paulo	2007	RESENDE, T.R.M. <b>Política Estadual de atendimento a alunos com deficiência visual na cidade de São Paulo:</b> a percepção do usuário. (Dissertação de

	percepção do usuário.				Mestrado), Fundação Visconde de Cairu/Faculdade de Ciências Contábeis – Unicid. São Paulo, 2007.
Universidade de Brasília - UnB	A experimentação para alunos com deficiência visual: proposta de adaptação de experimentos de um livro didático.	Joaquim Dantas Neto	Brasília/DF	2012	NETO, J. D. <b>A experimentação para alunos com deficiência visual:</b> proposta de adaptação de experimentos de um livro didático. (Dissertação de Mestrado), Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2012.
Universidade Federal do Ceará	Uma proposta para acessibilidade visual e tátil em dispositivos touchscreen.	Agnelson Rocha Façanha	Fortaleza/CE	2012	FAÇANHA, A. R. <b>Uma proposta para acessibilidade visual e tátil em dispositivos touchscreen.</b> (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.
Faculdade Estadual Paulista. "Júlio Mesquita Filho". UNESP.	Adaptação de livros de literatura infantil para alunos com deficiência visual.	Vivian de Oliveira Preto	Marília	2009	PRETO, Vivian de Oliveira. <b>Adaptação de livros de literatura infantil para alunos com deficiência visual.</b> Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação Universidade Júlio de Mesquita Filho. Marília, 2009.
Universidade Federal da Bahia	A escolarização do aluno com deficiência visual e sua experiência educacional.	Miralva Jesus dos Santos	Salvador	2007	SANTOS, M. J. dos. <b>A escolarização do aluno com deficiência visual e sua experiência educacional.</b> Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.
Universidade Estadual de Campinas	O uso do computador no desempenho de atividades de leitura e escrita do escolar com deficiência visual.	Suzana Rabello	Campinas	2007	RABELLO, S. <b>O uso do computador no desempenho de atividades de leitura e escrita do escolar com deficiência visual.</b> Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.
Universidade de São Paulo/ Faculdade de Educação.	Sala de Recursos para deficientes visuais: um itinerário, diversos olhares.	Luciane da Silva Prado	São Paulo	2006	PRADO, L.S. <b>Sala de recursos para deficientes visuais: um itinerário, diversos olhares.</b> 2006. 198f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

Universidade de São Paulo/Instituto de Psicologia.	Um estudo sobre a motricidade e a percepção visual na neurociência através do olhar da Filosofia de Merleau-Ponty	Márcio Leitão Bandeira	São Paulo	2011	BANDEIRA, Márcio Leitão. <b>Um estudo sobre a percepção da motricidade e a percepção visual na neurociência através do olhar da Filosofia de Merleau-Ponty.</b> Universidade de São Paulo/Instituto de Psicologia. São Paulo, 2011.
Universidade de São Caetano do Sul	Fomento ao uso de tecnologias Assistivas por pessoas cegas e com deficiências visuais na grande São Paulo.	Carlos Eduardo Ferrari	São Caetano do Sul	2008.	FERRARI, C. E. <b>Fomento ao uso de tecnologias Assistivas por pessoas cegas e com deficiências visuais na grande São Paulo.</b> Universidade de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, 2008.
Universidade de São Paulo	Com outros olhos: um estudo das representações da "cegueira" e/ou "deficiência visual".	Andrea de Moraes Cavalheiro	São Paulo	2012	CAVALHEIRO, A. M. <b>Com outros olhos: um estudo das representações da "cegueira" e/ou "deficiência visual"</b> . 2012. 185f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
Fundação Visconde de Cairu/Faculdade de Ciências Contábeis/ Faculdade de Ciências Contábeis.	Do Ábaco ao Easy: mediando novas formas de aprendizado do deficiente visual.	André Luiz Andrade Rezende	Salvador - BA	2005	REZENDE, A. L. A. <b>Do Ábaco ao Easy: Mediando novas formas de aprendizado do deficiente visual.</b> Fundação Visconde de Cairu/Faculdade de Ciências Contábeis/ Faculdade de Ciências Contábeis. Salvador, 2005.
Universidade Vale do Itajaí	Proposta de solução integrada para a leitura em Braille.	Marcelo Bernart Schmidt	Itajaí/SC	2013	SCHMIDT, M. B. <b>Proposta de solução integrada para a leitura em Braille.</b>

Quadro elaborado pela autora

Quadro 11 - Dissertações					
PROLER					
Universidade	Título	Autor	Local	Data	Citação
Universidade Estadual Paulista	A Leitura Literária nas bibliotecas Monteiro Lobato de São Paulo	Sueli Bortolin	Marília	2001	BORTOLIN, Sueli. <b>A leitura literária nas bibliotecas Monteiro Lobato de São Paulo e Salvador.</b> 2001. 233f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2001.
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	A Literatura na Formação Cultural: a Literatura como Mediadora	Maria Antonieta Sampaio Rodrigues	Rio de Janeiro	2013	RODRIGUES, Maria Antonieta Sampaio; Yunes, Eliana Lucia Madureira. <b>A Literatura na Formação Cultural:</b> a literatura como mediadora. Dissertação de Mestrado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: o caso do PROLER nas Universidades da Bahia.	Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes	Cachoeira - Ba	2012	FERNANDES, P. V. N. D. <b>Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: o caso do PROLER nas Universidades da Bahia.</b> Cachoeira - BA, 2012.
Universidade Estadual de Ponta Grossa	Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: Um estudo do Projeto "Literatura em minha casa".	Regina Janiaki Copes	Ponta Grossa	2007	COPESES, R. J. <b>Políticas Públicas de Incentivo à Leitura:</b> Um estudo do Projeto "Literatura em minha casa". Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Ponta Grossa, 2007.
Universidade Federal do Maranhão	Fome de Programas de Leitura: o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura.	Edmilson Moreira Rodrigues	São Luís	2008	RODRIGUES, E. M. <b>Fome de Programas de Leitura:</b> o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2008.
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Leitura Literária na creche: o livro entre texto, imagens, olhares, corpo e voz.	Maria Nazareth de Souza Salutto de Mattos.	Rio de Janeiro	2013	MATTOS, M. N. S. S. de. <b>Leitura Literária na Creche:</b> O Livro Entre Texto, Imagens, Olhares, Corpo e Voz. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
Fundação Getúlio Vargas	A abordagem da Cidadania Cultural na Formação do Plano Nacional	Simone Rodrigues Amorim	Rio de Janeiro/RJ	2009	AMORIM, S. R. <b>A abordagem da Cidadania Cultural na Formação da Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL.</b> (Dissertação de Mestrado).

	do Livro e Leitura - PNLL.				Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009.
Universidade Federal de Minas Gerais	Bibliotecas Públicas: Políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006.	Marília de Abreu Martins de Paiva.	Belo Horizonte	2008	PAIVA, M. de A. M. de. <b>Bibliotecas Públicas:</b> Políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.
Universidade Federal do Espírito Santo	Representações e práticas de incentivo à Leitura no Espírito Santo, no período de 1997 a 2006.	Eunice Negris Lima	Vitória/ES	2007	LIMA, E. N. <b>Representações e práticas de incentivo à Leitura no Espírito Santo, no período de 1997 a 2006.</b> Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.
Fundação Getúlio Vargas	Políticas Públicas de Fomento à Leitura: agenda Governamental, Política Nacional e Práticas Locais.	Daniela Piergili Weiers de Oliveira	São Paulo	2011	OLIVEIRA, D. P. W. de. <b>Políticas Públicas de Fomento à Leitura:</b> agenda Governamental, Política Nacional e Práticas Locais. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2011.

Quadro elaborado pela autora

QUADRO 12 - TESES					
DEFICIÊNCIA VISUAL					
Universidade	Título	Autor	Local	Data	Citação
Universidade de Lisboa	Educação Especial e modernização Escolar: Estudo Histórico-Pedagógico da Educação de Surdos-Mudos e de Cegos.	Maria do Céu Garcia dos Reis Loureiro Alves	Lisboa	2012	ALVES, M. do C. G. dos R. L. <b>Educação Especial e modernização Escolar:</b> Estudo Histórico-Pedagógico da Educação de Surdos-Mudos e de Cegos. (Tese de Doutorado). Universidade de Lisboa. Lisboa, 2012.
Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho"	Avaliação Educacional de alunos com Baixa Visão e Múltipla Deficiência na Educação Infantil: uma Proposta de Adaptação e Elaboração de Instrumentos.	Marilda Moraes Garcia Bruno	Marília	2005	BRUNO, M. M. G. <b>Avaliação Educacional de alunos com Baixa Visão e Múltipla Deficiência na Educação Infantil:</b> uma Proposta de Adaptação e Elaboração de Instrumentos. Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho". Marília, 2005.
Universidade Federal de São Carlos	Consultoria Colaborativa Escolar na Área da Deficiência Visual Ocular e Cortical.	Lydia da Cruz Marques	São Carlos	2013	MARQUES, L. da C. <b>Consultoria colaborativa Escolar na Área da Deficiência Visual Ocular e Cortical.</b> Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.

Universidade Estadual de Campinas	Soluções Tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual à Educação a Distância no ensino Superior.	José Oscar Fontanini de Carvalho	Campinas	2001	CARVALHO, J. O. F. de. <b>Soluções Tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual à Educação a Distância no ensino Superior.</b> Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.
Universidade de São Paulo	Habilitação e reabilitação visual de escolares com baixa visão: aspectos médico-sociais	Maria Aparecida Onuki Haddad	São Paulo	2006	HADDAD, M. A. O. <b>Habilitação e reabilitação visual de escolares com baixa visão: aspectos médico-sociais.</b> Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
Universidade de São Paulo	Categorias Literárias, programas de áudio para o incentivo à Leitura de deficientes visuais: um olhar transdisciplinar.	Maria Claudia A. Santana Regis	São Paulo	2009	REGIS, M. C. A. S. <b>Categorias Literárias, programas de áudio para o incentivo à Leitura de deficientes visuais: um olhar transdisciplinar.</b> Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

Quadro elaborado pela autora.

QUADRO 13 - PROLER					
Universidade	Título	Autor	Local	Data	Citação
Universidade Federal de Goiás	Políticas de fomento à leitura: perspectivas e desafios em diferentes contextos	Maria Luiza Bretas	Goiânia	2009	BRETAS, M. L. B. <b>Políticas de fomento à leitura: perspectivas e desafios em diferentes contextos.</b> Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2009.
Universidade Federal de Goiás	Literatura sem fronteira: por uma educação literária	Ebe Maria de Lima Siqueira	Goiânia	2013	SIQUEIRA, E. M. de L. <b>Literatura sem fronteira: por uma educação literária.</b> Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2013.
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	HISTÓRIA E MEMÓRIA DO PROLER (1992 - 1996): Uma Experiência Instituinte de Leitura.	Stella de Moraes Pellegrini	Rio de Janeiro	2010	PELLEGRINI, S. de M. <b>HISTÓRIA E MEMÓRIA DO PROLER (1992 - 1996): Uma Experiência Instituinte de Leitura.</b> Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

Quadro elaborado pela autora

No quadro, foram selecionadas, de todas as pesquisas encontradas, 16 (dezesesseis) dissertações sobre Deficiência Visual, 10 (Dez) dissertações sobre o PROLER, 6 (seis) Teses sobre Deficiências Visual e 3 (três) Teses sobre o PROLER.

Optamos por selecionar somente pesquisas mais atuais, para que pudéssemos discorrer sobre as concepções de inclusão mais recentes. Todas são datadas do ano de 2005 a 2013.

Sobre as Dissertações que abordam sobre o tema da Deficiência Visual, todas foram realizadas a partir do ano de 2005, por compreendermos que a concepção de inclusão vem se adequando às novas realidades. Já no ano de 2005, data da realização da primeira pesquisa selecionada, descreve sobre o uso das Tecnologias Assistivas, visando a uma maior autonomia do DV na Educação a Distância. Sobre a pesquisa realizada no ano de 2006, esta defende a ideia de ampliar o AEE, por constatar a sua importância no acompanhamento das atividades escolares do DV.

Das 14 (quatorze) Dissertações datadas dos anos de 2007 a 2013, 8 (oito) exploram a temática do uso das Tecnologias Assistivas, e as demais versam sobre reflexões sobre os entraves e avanços do DV no ambiente escolar, o que nos leva a perceber e defender que ainda há muito para se explorar. A DV talvez seja a Deficiência que melhor vem conquistando seu espaço, no sentido de acesso com autonomia e defesa de seus direitos. Reconhecemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido, pois ainda encontramos barreiras difíceis de transpô-las, seja por entraves políticos, econômicos, sociais e/ou familiares. Assim, defendemos a ideia de que quanto mais abordarmos o tema, maiores serão as chances de a teoria ser esclarecida por universo maior de pessoas, e assim, o que antes eram dúvidas e incertezas, possa se tornar desafios e atitudes proativas com soluções viáveis para a participação efetiva e autônoma da pessoa com deficiência visual.

No que se refere às 6 (seis) Teses sobre a Deficiência Visual, duas abordam o tema das tecnologias, uma faz uma análise histórica dos avanços na educação do DV, em Lisboa/Portugal, e as demais abordam o tema na área da saúde, com foco na avaliação e reabilitação das pessoas com deficiência visual. Todas elas também foram pesquisadas a partir do ano de 2001.

Sobre os trabalhos que desenvolveram o tema do Programa de Incentivo à Leitura – PROLER, foram selecionadas 10 (dez) Dissertações e 3 (três) Teses. Ambas datam do período de 2001 a 2013. Não percebemos nenhuma crítica referente ao programa; são pesquisas que, ora relatam segmentos onde o PROLER desenvolve trabalhos, bem como práticas de leitura para tentar minimizar os problemas da falta de leitura para o país, ora descrevem sobre sua própria história desde a concepção até os dias atuais. Percebemos muitas falhas nos registros sobre a história do PROLER no país. O que nos leva a afirmar que este trabalho é apenas um estudo preliminar. Reconhecemos a necessidade da continuidade da temática, não só pelo

escasso registro, mas pela magnitude e importância da temática, em prol de uma sociedade mais justa, dinâmica e humana, pois, parafraseando Monteiro Lobato: um país se faz com homens, que respeitem a diversidade humana, e livros, que apontam caminhos para uma sociedade mais atuante e reflexiva.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

“Acho que a literatura, tal como as artes plásticas e a música, é uma das grandes consolações da vida, e um dos modos de elevação do ser humano sobre a precariedade da sua condição”.

Carlos Drummond de Andrade

Como considerações parciais do nosso trabalho, após as leituras e análise das pesquisas elencadas, dos documentos oficiais que envolvem a dinâmica das ações desenvolvidas no Município de Uberaba sobre o Programa de Incentivo à Leitura e a Educação Especial, constatamos que foram muitas as ações desenvolvidas. O Município de Uberaba vem alcançando metas que podem ser percebidas ao analisarmos os documentos que relatam o crescimento do número de matrículas de crianças com deficiência nas Unidades Escolares, e ainda o número expressivo de participantes nos encontros regionais do PROLER.

A temática escolhida nos encontros, muitas vezes, são caminhos para importantes reflexões na prática diária do professor que lida constantemente com a riqueza da diversidade humana em sua sala de aula, pois propicia a construção de valores em cada contexto, e o aprendizado nas relações culturais. Aos poucos, vão se definindo como pessoa de direitos e deveres.

Segundo a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei. Uma afirmação que infelizmente, não assegura igualdade de fato. Muitas são as desigualdades, seja no aspecto econômico, social ou intelectual que mais identificamos. Assim, entendemos a deficiência como uma construção social do próprio homem e sua condição como um permanente resultado de um processo, no qual cada envolvido tem sua contribuição a oferecer.

Na escola, considerada por muitos pesquisadores, “um campo fecundo” nas relações humanas, nas práticas de ensino e na construção de valores e normas em diversas situações e contextos, podemos perceber grandes dificuldades enfrentadas pela pessoa com deficiência.

Percebemos grandes discrepâncias no trabalho, ora são impedidos de frequentar as aulas, ora são isolados, são considerados um estorvo, chegando a exigir outro profissional que possa acompanhá-los nas atividades escolares, antes mesmo de conhecer de fato as reais necessidades desse aluno com deficiência. O que, muitas vezes, pode gerar bloqueios significativos na vida deste educando, a começar pela falta de referência de seu professor em

sala, ou até mesmo dúvidas sobre o motivo pelo qual o professor dele não é o mesmo dos demais colegas.

Não se pode discutir a educação como um fato isolado. Ela é parte de uma engrenagem que deve ser harmonizada por vários componentes, tais como a família, a escola, a sociedade e a comunidade escolar. A escola é apenas mais um dos fatores nessa soma de elementos constitutivos que fazem com que um aluno possa ser chamado de cidadão, e que provoquem nele mudanças de comportamentos, de mentalidade e de cultura. Percebemos que muitos são os caminhos que podem ser percorridos para que a pessoa com deficiência participe ativamente do processo de inclusão nas Unidades de Ensino.

E sobre essas relações humanas e construção de valores, torna-se importante discorrer a respeito de um tema pouco discutido – “inclusão” e “violência simbólica” - termo utilizado por Bourdieu (2009). Então, quando analisados num mesmo contexto e tempo histórico, parece “delicado” admitir que o educador e/ou a própria equipe escolar praticam esse tipo de violência<sup>30</sup> com os alunos que apresentam alguma dificuldade ou característica que os evidenciem entre os demais.

Odália (2004) apud Stelko – Pereira; Willians (2010) assim expõe:

Nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possua estrutura facilmente identificável. O contrário, talvez, fosse mais próximo da realidade. Ou seja, o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida. Perceber um ato como violento, demanda do homem um esforço para superar sua aparência de ato rotineiro, natural e como que inscrito na ordem das coisas. (Stelko – Pereira; Willians (2010, p. 22-23).

Valendo-se do termo utilizado por Bourdieu (2009), a chamada *violência simbólica* pode ser identificada e interpretada quando não é proporcionado a este aluno um mínimo de recurso de acessibilidade necessário para acompanhar seus pares na sala de aula, quando não é

---

<sup>30</sup> Ancorados no pesquisador Nicola, compreendemos o conceito de violência (gr. *pHcís*; lat. *Violentia*-, in. *Violence*, fr. *Violence*, ai. *Gewaltsamkeit*; it. *Violenza*). 1. Ação contrária à ordem ou à disposição da natureza. Nesse sentido, Aristóteles distinguia o movimento segundou natureza e o movimento por V.-. o primeiro leva os elementos ao seu lugar natural; o segundo afasta-os (De cael, I, 8, 276, a 22) (v. FÍSICA). 2. Ação contrária à ordem moral, jurídica ou política. Nesse sentido, fala-se em "cometer" ou "sofrer V.". Algumas vezes esse tipo de V. foi exaltado por motivos políticos. Assim, Sorel fez a distinção entre a V. que se destina a criar uma sociedade nova e a força, que é própria da sociedade e do estado burguês. "O socialismo deve à V. os altos valores morais com que oferece salvação ao mundo moderno" (*Réflexions sur la violence*, 1966, trad. it., p. 133). ABBAGNANO, Nicola, 1901 – 1990. Dicionário de Filosofia; tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução novos textos Ivone Castilho Benetti. – 5ªed. – São Paulo; Martins Fontes, 2007.

permitido ao aluno cego ou com baixa visão utilizar o sistema de escrita braile ou a adaptação de seu material em tempo hábil, e ainda quando não é oferecido ao surdo, usuário da Língua de Sinais, um intérprete em suas aulas.

Como trata o Decreto 5626/2005, no Capítulo IV “Do uso e da Difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das Pessoas Surdas à educação”, a saber:

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos; (DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005).

Estes são exemplos simples e comuns no cotidiano escolar. Ainda refletindo sobre a postura frente ao aluno com comportamento fora do “padrão” admitido e/ou esperado entre os profissionais, são julgados [deficientes] como incapazes de aprender, não delegando a eles funções e atividades que garantam seu aprendizado e autonomia frente às adversidades cotidianas.

No entanto, considera-se que tal violência ocorre também de forma significativa em outras instituições da sociedade, como Política, Mídia, Estado e Família, mas que, neste momento, não são o foco de atenção da pesquisa, embora estejam relacionadas com a Educação em âmbitos diversos.

Retomando os objetivos da nossa pesquisa que eram: compreender o conceito de inclusão educacional entendido pelo comitê do PROLER em Uberaba; analisar a inserção do PROLER no contexto do Projeto Político Pedagógico das escolas municipais elencadas, e sua aplicabilidade nas ações com os alunos com deficiência visual; valorizar o Braile como meio principal de acesso à leitura e a escrita da pessoa com deficiência visual; propor estratégias de participação dos alunos com deficiência visual nas atividades de leitura, no contexto escolar. Buscamos, no percurso da pesquisa, abordar todos estes assuntos elencados nos objetivos acima citados.

Percebemos que o Comitê Vale do Rio Grande, sediado no Município de Uberaba/MG, mesmo sendo vinculado à Secretaria Municipal de Educação, realiza poucas ações que de fato envolvem as Unidades de Ensino do Município. Ou ainda, que poucas Unidades Escolares buscam a participação e apoio do Comitê em suas ações de leitura. A Secretaria de Educação está dividida em departamentos, onde cada um se organiza para atender a uma determinada

demanda. Temos Departamento Pedagógico, responsável pela Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Inspeção Pedagógica; o Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade, responsável por acompanhar o Atendimento Educacional Especializado em todas as unidades de ensino; Departamento Cultural, responsável pelos projetos de cultura da cidade e também o PROLER.

Conforme tivemos a oportunidade de analisar os Projetos Político Pedagógicos, percebemos ações totalmente isoladas. Entre as escolas analisadas, parece não haver um diálogo entre os Departamentos para que, de fato, aconteça um maior envolvimento nos projetos e assim um fortalecimento nas ações de leitura e participação da pessoa com deficiência.

De todas as escolas analisadas, constatamos que houve sim uma diretriz do que precisaria ser descrito nos documentos da escola, mas infelizmente não notamos uma identidade nelas. Foram reproduções fidedignas das orientações da SEMEC. Até mesmo os projetos estavam muito semelhantes. Não tivemos a oportunidade de notar diferenças regionais, de clientela assistida, nem mesmo pelo perfil dos funcionários da escola.

Diante deste fato, acreditamos que a pesquisa poderá contribuir no sentido de “chamar para a reflexão”: qual é o verdadeiro sentido do Projeto Político Pedagógico para o fortalecimento das ações e conseqüentemente para a melhoria da qualidade do ensino. E ainda, a importância de a escola estar realmente aberta às diferenças, com um diálogo mais transparente entre família, escola e Secretaria de Educação. Numa atitude de “enfrentamento” em que cada um, de acordo com suas possibilidades e conhecimentos, vai traçando metas reais para o bom desempenho acadêmico de todos os alunos, respeitando suas peculiaridades.

E no que se refere à inclusão, infelizmente torna-se um pouco mais agravante, não nos foi permitido perceber a concepção do Comitê do PROLER e muito menos das Unidades Municipais de Ensino, pelo mesmo princípio abordado anteriormente.

Partimos da opinião que seria importante conhecer nosso objeto de estudo: a pessoa com deficiência visual. Fizemos um estudo, ainda que preliminar, sobre os aspectos importantes da Deficiência Visual. Neste estudo, descrevemos sobre as tecnologias que auxiliam nas diversas atividades do cotidiano, a importância do Sistema Braille para leitura e escrita, entre outros.

Sobre os documentos analisados, referentes ao PROLER, pouquíssimos foram os registros disponibilizados para a nossa pesquisa, pois não tivemos acesso a documentos que julgamos importantes. Não há registros das reuniões do Comitê, ou pelo menos não nos foram

disponibilizados para leitura e análise os possíveis registros comprobatórios, como atas, relatórios de atividade, entre outros. Na Secretaria de Educação/Departamento Cultural, local onde trabalha a Coordenadora do PROLER Vale do Rio Grande, não há um espaço definido para que os documentos estejam bem armazenados e, quando necessário, possam ser pesquisados e analisados. Ficam sob a tutela da coordenadora do PROLER, dificultando o acesso e conhecimento deles.

Os resultados desse trabalho poderão contribuir para que gestores públicos, privados e do terceiro setor possam ter um indicativo concreto para elaboração de novas políticas ou mesmo para o fortalecimento e manutenção das já existentes. A pesquisa aponta caminhos que podem favorecer o trabalho da equipe pedagógica para o bom desenvolvimento do aluno com deficiência, principalmente no ambiente escolar. Muitas já foram as conquistas. Reconhecidamente, a tecnologia voltada para a inserção do DV nos diversos espaços, escolares ou não, talvez seja a área mais explorada, dentre as demais deficiências. De várias formas, o DV se beneficia com as tecnologias, conforme já abordamos no capítulo anterior.

Para tanto, reconhecemos que há muito mais a se pesquisar, visto ser uma área pouco explorada, mas de suma importância para a conquista do direito de exercer a cidadania com dignidade e respeito, valores que buscamos ressaltar nessa pesquisa. Abordamos como “Considerações Parciais”, pois reconhecemos a necessidade de uma ressignificação da concepção da educação, visto que o modelo organizacional das escolas ainda insiste em buscar estratégias que pretendem tratar a todos de maneira igual, não respeitando efetivamente as diferenças e as peculiaridades de cada aluno. Acreditamos, assim, que a nossa pesquisa possa apontar caminhos para uma reflexão científica e político-social sobre a temática da inclusão.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola, 1901 – 1990. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução novos textos Ivone Castilho Benetti. – 5ªed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARRAGA, Natalie, C. Avaliação educacional de crianças deficientes da visão. In: **Encontro de Educação Especial**, 1. Anais. São Paulo: USP, Faculdade de Educação, 1983.

BERTONI, Sônia. **INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO: similitudes e diferenças** <[http://www.gime.ufjf.br/arquivos/INTEGRACAO\\_INCLUSAO\\_SIMILITUDES\\_DIFERENCAS.pdf](http://www.gime.ufjf.br/arquivos/INTEGRACAO_INCLUSAO_SIMILITUDES_DIFERENCAS.pdf)>. Acesso em: 23 de julho de 2013.

BERSH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Assistiva/Tecnologia e Educação. Porto Alegre/RS, 2013.

BIBLIOTECA on line:

<[http://www.lerparaver.com/braille\\_invencao.html](http://www.lerparaver.com/braille_invencao.html)>. Acesso em: dezembro 2014.

<<http://www.apadev.org.br/pages/workshop/Osistemabraile.pdf>>. Acesso em: dezembro 2014.

<<http://www.saudevisual.com.br/pessoas/biografias/660-valentin>>. Acesso em: dezembro 2014.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. Disponível em: <<http://www.bn.br/proler/>>. Acesso em: 19 de Maio de 2013.

BRASIL. Decreto 519, de 13 de maio de 1992. Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER. Brasília, DF, 13 maio. 1992. Disponível em Salvador PTCO, Alves KYA, Martins CCF, Santos VEP, Tourinho FSV. **Perfil das dissertações e teses brasileiras acerca do trauma: uma pesquisa documental**. Rev Col Bras Cir. [periódico na Internet] 2012; 39(4). Disponível em <<http://www.scielo.br/rcbc>>. Acesso em: 19 de Maio de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP; 2001. <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/177/o-impasse-da-inclusaomudanca-na-meta-4-do-plano-nacional-243674-1.asp>>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas: Tecnologia Assistiva. – Brasília: CORDE, 2009,138 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Direito à educação: subsídios para gestão dos sistemas educacionais – Orientações e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação. MEC; 2007.

Diversidade inclusão. Portal do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao/diversidade-e-inclusao>>. Acesso em: 18 de julho de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pressupostos Pedagógicos**. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Moacir Gadotti, 1994. Brasil. CORDE. – Comitê de Ajudas Técnicas. Ata 7, disponível <[http://www.Mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Ata\\_VII\\_Reunião do CAT.doc](http://www.Mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Ata_VII_Reunião_do_CAT.doc)>. Último acesso em: 11/02/2015.

BRASIL. Educação inclusiva: v. 1: **A Fundamentação Filosófica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs.). 2ª ed. ver. e atualiz. – Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Tendências e Desafios da Educação Especial. Organizadora Eunice M. L. Soriano de Alencar. - Brasília: SEESP, 1994. 263p.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Básica/Conselho nacional de Educação. **Parecer N° 17**. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Básica/Conselho nacional de Educação. **Resolução N° 2**. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Resultados do Censo escolar. Brasília: INEP, 2006.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Secretaria dos Direitos de Cidadania/CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

\_\_\_\_\_. **PROLER**: Concepções e Diretrizes. BIBLIOTECA NACIONAL. 1ª ed.: Rio de Janeiro, 2009. p. 44.

\_\_\_\_\_. SENADO FEDERAL. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos**. Avaliação da Década. Brasília, 2000.

BRUNO, M. M. G. **O Desenvolvimento Integral do Portador de Deficiência Visual**: da intervenção precoce à integração escolar. São Paulo: NEWSWORK, 1993.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: Ortiz, R. & Bourdieu, P. Coleção Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva com os pingos nos “is”**. Porto alegre: Mediação, 2004.

CERVO, AL; BERVIAN, PA, SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6a ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. (Col. Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHÁVES, O. P. Diversidade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=381>> Último acesso em: 15 de julho/2013.

COELHO, J. B. **PROLER: um estudo sobre a sua implantação**. In: An. Bibl. Nac. v. 129, p.1-182. Rio de Janeiro, 2009.

COLL, C. et.al. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Entrevista: **o que é inclusão?** [21--]. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent\\_a.php?t=002](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t=002)>. Acesso em: 15 de julho 2013.

D'ELORS J. **Educação: um tesouro a descobrir**, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo, Cortez, 1998.

FERRARI, C. E. **Fomento ao uso de tecnologias Assistivas por pessoas cegas e com deficiências visuais na grande São Paulo**. São Caetano do Sul, 2008.

FONSECA, V. Tendências futuras da educação inclusiva. In: STOBÄUS, C. D; MOSQUERA, J. J. M.(org). **Educação Especial em direção à educação inclusiva**. 4ª ed. ver. e ampl. – Porto Alegre: ed.: PUC. RS, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GARCEZ, L. H. do C. **A Construção Social da Leitura**. In: Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Brasil). Casa da Leitura. Cursos da Casa da Leitura, 2 – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.  
GODOFFREDO, Vera Flor Sénechal. **Fundamentos da Educação Especial**. Rio de Janeiro: UNIRIO/CEAD, 2007.

JAMBEIRO, Othon; BORGES, J.; BARROS, S. Políticas Públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. **Link em Revista**, v. 2, p. 178-191, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index./>>. Acesso em: 16 set. 2010.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7a ed. São Paulo: Atlas; 2010.

LEMOS, Edison Ribeiro et al. **Louis Braille – sua vida e seu sistema**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para cegos, 1999. Disponível em <[http://www.ibr.gov.br/media/common/Downloads\\_Livros\\_Louis%20Braille%20sua%20vida%20e%20seu%20sistema.txt](http://www.ibr.gov.br/media/common/Downloads_Livros_Louis%20Braille%20sua%20vida%20e%20seu%20sistema.txt)>. Acesso em: dezembro de 2014.

LEITÃO, J.C; FERNANDES, C. T. **Inclusão escolar de sujeitos com deficiência visual na rede regular de ensino brasileira: revisão sistêmica**. Linhas críticas, Brasília, DF, v.17, n.33, p.273-289, maio/ago. 2011.

LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em julho de 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola** - Teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANTOAM, M. T. E. **A Integração da Pessoa com Deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: SENAC, 1997.

MANTOAN, M. T. E. Ensino Inclusivo/Educação (de qualidade) para todos. In. **Revista Integração**, Ministério da Educação e do Desporto, SEESP, ano 8, n. 20, 1998. p. 30-32.ccv Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Trad. Dayse Batista. 4. ed. Porto Alegre – RS: Artes Médicas, 1995. O impasse da inclusão.

MASINI, E. A.F. S. **Uma experiência de inclusão** – providências, viabilização e resultados. Educar, Curitiba, n.23, p.29-43. 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.

MENDES, Enicéia G. Raízes históricas da educação inclusiva. Marília: UNESP – Marília, 2001. Mimeo.

MEC/SEESP - Portaria n° 948. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Último acesso em: julho de 2013.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v.11, n.33, p.387-405, dez. 2006.

MEC/SEESP - Portaria n° 948. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Último acesso em: julho de 2013.

**MEC–AEE-Deficiência Visual.** Portal: <[mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_dv.pdf](http://mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf)>. Brasília, 2007. - Ministério da Educação.

MOSQUERA, J. J. M. (org). **Educação Especial em direção à educação inclusiva.** 4ª ed. ver. e ampl. – Porto Alegre: ediPUCRS, 2012.

NUNES, J. C. M. Leitura: Experiência Sócio-Cultural-educativa. In: **Viva a Leitura: Iniciativas Formais e Informais.** Brasília. SEED-MEC, 2007. P.13-17.

OLIVEIRA, AM. E. M. Elementos de uma Política municipal de leitura. In: **Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Brasil).** Casa da Leitura. Cursos da Casa da Leitura, 2 – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009.

OLIVEIRA. I. A. de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial:** a problemática ética da “diferença” e da exclusão social. Petrópolis: Vozes, 2004.

PALHARES, M. S.; MARINS, S. S. (Org). **Escola Inclusiva.** São Carlos: EduFSCAR, 2002.

PELLEGRINI, S. de M. **História e Memória do Proler (1992 - 1996):** Uma Experiência Instituinte de Leitura. Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Olívia *et al.* **Educação Especial: atuais desafios.** Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

Revista Educação. Educação inclusiva | Edição 177. Janeiro/2012.

RODRIGUES, Maria Antonieta Sampaio; Yunes, Eliana Lucia Madureira. **A Literatura na Formação Cultural: a literatura como mediadora.** Dissertação de Mestrado - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. 168p.

ROSA, D. E.; SOUZA, V. C. de. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

SÁ, Elizabet Dias de. CAMPOS, Izilda Maria de. SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Deficiência Visual – São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 54p.** - (Atendimento Educacional Especializado).

SALLES, L.M.F & SILVA, J.M.A de P. **Diferenças, preconceitos e violência no âmbito escolar: algumas reflexões.** Cadernos de Educação/FaE/PPGE/UFPel/ Pelotas[30]: 149-166, janeiro/junho 2008.

SANTA CATARINA. **Política de educação inclusiva.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 2001.

SANTA CATARINA. **Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina no período de 1988 a 1997**, a Fundação Catarinense de Educação Especial, Gerência de Pesquisa e Recursos Tecnológicos. São José: FCEE, 2002.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão: parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 10, n. 57, p. 8-16, jul./ago. 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Por que o nome "Tecnologia Assistiva"? In: **Assistiva: tecnologia e educação**. Porto Alegre, 1996. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html#porque>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

SEVERINO, AJ. **Metodologia do trabalho científico**. 23a ed. São Paulo: Cortez; 2007.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Formação de leitores literários - O professor leitor. In: SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSING, M. K. (Org.) **Mediação de leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores**. São Paulo: Global, 2006. p. 23.

SILVA, P.F. **As entrelinhas do processo de implementação das políticas públicas para inclusão: Um estudo comparativo entre escolas**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Instituto de Educação. p.38.

SIQUEIRA, E. M. de L. **Literatura sem fronteira: por uma educação literária**. (Tese de Doutorado). Goiânia, 2013.

SONZA, A. P., SANTAROSA, L.M.C. **Novas Tecnologias na Educação**. CINTED – UFRGS, 2000.

STELKO-PEREIRA, A.C.; WILLIAMS, L.C.A. **Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente**. Temas em Psicologia. 2010, vol.18, n°1, p.45-55.

UNIC Rio. <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unicrio/>>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. São Paulo: Liberdade, 2000.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L.M.G. de R. (orgs). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP. PAPIRUS. 5ªed, 2001.

WERNECK, C. Não aguardaremos a próxima notícia. Nós somos a próxima notícia. **Revista Integração**, Ministério da Educação e do Desporto, SEESP, Brasília – DF, ano 8, n. 20, p. 34.36, 1998.

## ANEXOS

**ANEXO 1.** Algumas Legislações e documentos que embasam a Política de Educação Inclusiva no Brasil:

### **1988 – Constituição da República Federativa do Brasil**

Estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

### **1989 – Lei nº 7.853/89**

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.

### **1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90**

O artigo 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

### **1990 – Declaração Mundial de Educação para Todos**

Documentos internacionais passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

### **1994 – Declaração de Salamanca**

Dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais.

### **1994 – Política Nacional de Educação Especial**

Em movimento contrário ao da inclusão, demarca o retrocesso das políticas públicas ao orientar o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

### **1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96**

No artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do

aprendizado” (art. 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.

### **1999 – Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89**

Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

### **2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001)**

Determinam que os sistemas de ensino devam matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais (art. 2º), o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no seu artigo 2º.

### **2001 – Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001**

Destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

### **2001 – Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001**

Afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

### **2002 – Resolução CNE/CP nº1/2002**

Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

### **2002 – Lei nº 10.436/02**

Reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

### **2003 – Portaria nº 2.678/02**

Aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

### **2004 – Cartilha – O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da**

## **Rede Regular**

O Ministério Público Federal divulga o documento com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.

### **2004 – Decreto nº 5.296/04**

Regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (implementação do Programa Brasil Acessível).

### **2005 – Decreto nº 5.626/05**

Regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

### **2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**

Lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça e pela UNESCO. Objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.

### **2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE**

Traz como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

### **2007 – Decreto nº 6.094/07**

Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

### **2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

Traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.

### **2009 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**

Aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário. Estabelece que os Estados Parte devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

### **2008 – Decreto nº 6.571**

Dá diretrizes para o estabelecimento do atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino (escolas públicas ou privadas).

**2009 – Decreto nº 6.949**

Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Esse decreto dá ao texto da Convenção caráter de norma constitucional brasileira.

**2009 – Resolução No. 4 CNE/CEB**

Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O AEE pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (art.5º).

**2011 – Plano Nacional de Educação (PNE)**

Projeto de lei ainda em tramitação. A Meta 4 pretende “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.”. Dentre as estratégias, está garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; implantar mais salas de recursos multifuncionais; fomentar a formação de professores de AEE; ampliar a oferta do AEE; manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas; promover a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada.

**2012 - Lei nº 12.764**

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**LEIS**

Constituição Federal de 1988 – Educação Especial - [pdf](#)

Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN

Lei nº 9394/96 – LDBN – Educação Especial – [txt](#) | [pdf](#)

Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – Educação Especial – [txt](#) | [pdf](#)

Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 10.098/94 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências

Lei nº 10.436/02 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências

Lei nº 7.853/89 – CORDE – Apoio às pessoas portadoras de deficiência – [txt](#) | [pdf](#)

Lei Nº 8.859/94 – Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio – [pdf](#).

Lei nº 12.764 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

## DECRETOS

Decreto Nº 186/08 – Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007

Decreto nº 6.949 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007

Decreto Nº 6.094/07 – Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

Decreto Nº 6.215/07 – Institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD

Decreto Nº 6.214/07 – Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência

Decreto Nº 6.571/08 – Dispõe sobre o atendimento educacional especializado

Decreto nº 5.626/05 – Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

Decreto nº 2.208/97 – Regulamenta Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

Decreto nº 3.298/99 – Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências

Decreto nº 914/93 – Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

Decreto nº 2.264/97 – Regulamenta a Lei nº 9.424/96

Decreto nº 3.076/99 – Cria o CONADE

Decreto nº 3.691/00 – Regulamenta a Lei nº 8.899/96

Decreto nº 3.952/01 – Conselho Nacional de Combate à Discriminação

Decreto nº 5.296/04 – Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade

Decreto nº 3.956/01 – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência

## PORTARIAS

Portaria nº 976/06 – Critérios de acessibilidade os eventos do MEC – [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 1.793/94 – Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências – [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 3.284/03 – Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições – [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 319/99 – Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente – [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 554/00 – Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira do Braille – [txt](#) | [pdf](#)

Portaria nº 8/01 – Estágios – [txt](#) | [pdf](#)

## RESOLUÇÕES

Resolução nº4 CNE/CEB – [pdf](#)

Resolução CNE/CP nº 1/02 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de

Professores – [txt](#) | [pdf](#)

Resolução CNE/CEB nº 2/01 – Normal 0 21 Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – [txt](#) | [pdf](#)

Resolução CNE/CP nº 2/02 – Institui a duração e a carga horária de cursos – [txt](#) | [pdf](#)

Resolução nº 02/81 – Prazo de conclusão do curso de graduação – [txt](#) | [pdf](#)

Resolução nº 05/87 – Altera a redação do Art. 1º da Resolução nº 2/81 – [txt](#) | [pdf](#)

#### **AVISO**

Aviso Circular nº 277/96 – Dirigido aos Reitores das IES solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais – [txt](#) | [pdf](#).

Material pesquisado em <<http://inclusaoja.com.br/legislacao>>. Acesso em: 20/11/2014.

## **ANEXO 02 – Navegadores de leitura para deficiente visual**

### 5.1 - Dosvox.

- <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox>
  - Projeto criado em 1993, coordenado pelo Professor José Antonio Borges e elaborado por uma equipe do Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE/UFRJ). É um sistema operacional para computadores PC voltado a atender os deficientes visuais. O sistema se comunica com o usuário através de síntese de voz sendo compatível com a interface padronizada SAPI do sistema operacional Windows. Composto por diversos softwares como: editor de textos (Edivox), navegador textual de internet (Webvox), calculadora (calcuvox), agenda de telefones (televox), gerenciador de tarefas (clockvox), controlador de apresentações com feedback sonoro (pptvox), jogos entre outros.

### 5.2 - Jaws - Job Access With Speech

- <http://www.freedomscientific.com/products/fs/jaws-product-page.asp>
  - Software leitor de tela desenvolvido pela empresa norte-americana Freedom Scientific. A primeira versão foi criada em 1989 para o sistema operacional MS-DOS. Era um dos diversos leitores de tela que davam acesso aos usuários cegos às aplicações em modo de texto no MS-DOS; em janeiro de 1995 foi lançada a primeira versão para o sistema operacional Windows. Considerado como um dos melhores softwares leitores de tela pagos. Atualmente é lançada nova versão uma vez a cada ano.

### 5.3 - Linvox.

- <http://intervox.nce.ufrj.br/linvox>
  - Projeto de utilização do sistema Dosvox para o sistema operacional Linux (baseado na distribuição Kurumin. Atualmente encontra-se na versão 2.0. Deve ser utilizado junto a um ambiente de emulação do sistema operacional Windows (recomendado pelo NCE/UFRJ, o emulador Wine).

### 5.4 - Linx.

- <http://lynx.isc.org> 
  - Navegador textual de internet desenvolvido para utilização em sistemas com poucos recursos gráficos; criado por Thomas Dickeyem 1992 junto ao Grupo de Computação Distribuída e Serviço Acadêmico de Computação da Universidade de Kansas nos Estados Unidos. Atualmente encontra-se em sua versão 2.8.6, que foi lançada em 11 de outubro de 2006.

### 5.5 - NVDA - No-Visual Desktop Access.

- <http://www.nvda-project.org> 
  - Projeto criado pela Organização NV Access, fundada em março de 2007 na Austrália; a proposta principal da Organização é dar suporte a projetos e iniciativas para prover soluções em software livre e gratuito para que pessoas com deficiência visual tenham acesso à tecnologia; entre os patrocinadores da Organização destaca-se Mozilla Foundation , criadora do navegador de internet Mozilla Firefox e do software gerenciador de correio eletrônico Thunderbird. O NVDA é um software leitor de telas de código-fonte aberto e gratuito para sistema operacional Microsoft Windows XP e Vista, até o momento. O criador que deu o pontapé inicial ao projeto foi o jovem australiano Michael Curran, de 24 anos de idade, que em 2006 largou o segundo ano do seu bacharelado em Ciência da Computação para começar o projeto junto ao amigo James Teh, que também contribuiu com muitas linhas de código para a estrutura inicial do NVDA e continua, atualmente, ainda no desenvolvimento do leitor de telas. Além da versão para instalação no computador, o NVDA tem a vantagem de possuir a mesma versão pronta para ser executada diretamente através de pendrive.

### 5.6 - Orca.

- <http://live.gnome.org/Orca> 
  - Projeto elaborado pelo Programa de Acessibilidade da Sun Microsystems Inc - <http://www.sun.com/accessibility/index.jsp>  - com a contribuição de diversas pessoas. Através da combinação de narração, Sistema Braille e ampliador de tela, o leitor de telas Orca provê acesso ao computador para pessoas com deficiência que utilizam o sistema operacional Linux com plataforma gráfica Gnome.

### 5.7 - Nuance Talks.

- <http://www.nuance.com/talks> 

- Software leitor de tela para ser utilizado em telefones celulares por pessoas cegas ou com baixa visão. Foi lançado pela empresa norte-americana Nuance Communications. Atualmente encontra-se na versão 3.5 e tem suporte para mais de 20 idiomas.

#### 5.8 - Virtual Vision.

- <http://www.virtualvision.com.br/baixar.asp> 
  - Programa leitor de telas para computador com sistema operacional Windows. Lançado pela empresa brasileira Micropower em 1998. O Virtual Vision é hoje o único software leitor de telas em modo gráfico desenvolvido nacionalmente capaz de funcionar sobre os aplicativos mais comuns utilizados na maior parte dos computadores (reconhece Word, Excel, Internet Explorer, Outlook, MSN, Skype, entre outros).

#### 5.9 - Window-Eyes.

- <http://www.gwmicro.com/Window-Eyes> 

Lançado pela empresa norte-americana GW Micro, este software leitor de tela para computadores que utilizam sistema operacional Windows e seus aplicativos. Teve sua primeira versão lançada em 1995. Atualmente, encontra-se em sua versão 6.1 (versão 7 em desenvolvimento).

### Anexo 03 - Decreto do PROLER

## Presidência da República

### Casa Civil

#### Subchefia para Assuntos Jurídicos

### DECRETO Nº 519, DE 13 DE MAIO DE 1992.

Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, e de acordo com o disposto no art. 23, inciso V, da Constituição, e nos arts. 10 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e 2º, inciso III, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990.

#### DECRETA:

~~Art. 1º Fica instituído, junto à Fundação Biblioteca Nacional, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER.~~

Art. 1º Fica instituído, junto ao Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER. (Redação dada pelo Decreto nº 8.297, de 2014)

Art. 2º Constituem objetivos do PROLER:

- I - promover o interesse nacional pelo hábito da leitura;
- II - estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras;
- III - criar condições de acesso ao livro.

Art. 3º O PROLER desenvolver-se-á a partir dos seguintes mecanismos:

I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca;

II - dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de promoções;

III - consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura;

IV - provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público;

V - promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura;

VI - utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura.

~~Art. 4º Constituem receitas da Fundação Biblioteca Nacional, destinadas ao PROLER:~~

Art. 4º Constituem receitas do Ministério da Cultura destinadas ao PROLER: (Redação dada pelo Decreto nº 8.297, de 2014)

I - recursos do orçamento da União;

II - doações e contribuições nacionais e internacionais;

III - participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

~~Art. 5º O PROLER será dirigido pelo Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, cabendo-lhe:~~

Art. 5º O PROLER será dirigido pelo Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, cabendo-lhe: (Redação dada pelo Decreto nº 8.297, de 2014)

I - gerir os seus recursos financeiros na forma da lei;

II - celebrar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, para a execução dos seus programas;

III - firmar contratos de prestação de serviços, visando ao desenvolvimento de projetos a ele vinculados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR

*Célio Borja*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 14.5.1992

Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0519.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0519.htm)>. Último acesso: em janeiro 2015.

#### ANEXO 04 – Recorte de jornal Hemeroteca

(Disponível em: <<http://www.memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>. Acesso em: 27 março de 2015).



**Projeto Ouvindo Livros**

O Proler está realizando, em convênio com o Centro de Tecnologia educacional da Uerj e o Programa de extensão **Rompendo Barreiras: Projeto Audioteca**, um trabalho cuja finalidade é levar aos deficientes visuais a oportunidade de ouvir textos de livros gravados em fitas cassetes. O projeto prevê a gravação de 150 obras, nos gêneros: romance, poesia, crônica, biografia e informativo,

tanto para crianças, quanto para jovens e adultos.

O projeto piloto prevê a multiplicação de dez conjuntos de fitas para serem utilizadas, acompanhadas e avaliadas em diversos locais: cinco no Rio de Janeiro, nas bibliotecas Euclides da Cunha, Celso Kelly, do Instituto Benjamim Constant, da Casa da Leitura e da UERJ. As outras cinco serão distribuídas para

estados, onde haja bibliotecas com trabalho junto a deficientes visuais. A seleção de livros é feita por uma comissão composta por técnicos do Proler, professores da Uerj e usuários do programa. A produção das matrizes é de excelente qualidade técnica, o que permitirá a copiagem de fitas para todo e qualquer usuário interessado, mediante o envio de fitas virgens.

## ANEXO 05 – Folheto Informativo 2003

<p style="text-align: center;"><b>VENHA FAZER PARTE</b></p> <p><b>COMITÊ REGIONAL DO PROLER VALE RIO GRANDE /MG</b></p> <p>CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SÍTIO DA PEDREIRA FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBERABA FACULDADE TALENTOS HUMANOS LIVRARIA ALTERNATIVA CULTURAL PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA COMPRIDA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FLORIDO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DELTA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÍSSIMO PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA /SEC. M. DE EDUCAÇÃO E CULTURA SOCIEDADE AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA – SABI UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO</p> <p style="text-align: center;"><b>PARCERIAS INSTITUCIONAIS</b></p> <p>ACADEMIA DE LETRAS DO TRIÂNGULO MINEIRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS - ABEU CÁTEDRA UNESCO DE LEITURA PUC-RIO PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA - PNLL SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DE MG FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LEITURA</p> <p style="text-align: center;"><b>EDITORAS PARCEIRAS – 2012</b></p> <p>AUTÊNTICA – CALLIS – DCL (DIFUSÃO CULTURAL DO LIVRO) – PAULINAS – DIMENSÃO – GLOBAL – PEIROPOLIS.</p> <p style="text-align: center;"><b>APOIO</b></p> <p><b>CANAL DO PRODUTOR – RABISCO DE ANJO – DIVINA GULA</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>CONTATOS DO COMITÊ</b></p> <p><b>SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura / DEC – Departamento Cultural – Uberaba /MG.</b></p> <p><b>Endereço:</b> Av. Dom Luiz Maria de Santana, 141, B. Santa Marta – Uberaba MG CEP: 38061-080 – Fone: (34)3318-0706 / 3318-0762. FAX: 34 3318-0777 (8h às 12h) <b>E-mail:</b> <a href="mailto:prolervalriogrande@uberabadigital.com.br">prolervalriogrande@uberabadigital.com.br</a></p> <p><b>Contatos da Coordenação do Comitê:</b> <b>Tânia Cristina Figaro Ulhoa –</b> <b>End. da Coord.:</b> Rua Maestro Alberto Frateschi, 30 – Frei Eugênio - CEP: 38081-160 – Uberaba MG Fones: 34- 3312-6718 – Cel.: 34-9141-8857 (horário comercial) E-mails: <a href="mailto:tania.ulhoa@hotmail.com">tania.ulhoa@hotmail.com</a></p> <p style="text-align: center;"> <b>CASA DA LEITURA</b></p>	<p style="text-align: center;"> <b>MINISTÉRIO DA CULTURA</b> Fundação BIBLIOTECA NACIONAL Programa Nacional de Incentivo à Leitura </p> <p style="text-align: center;"><b>CASA DA LEITURA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>PROLER</b> <b>PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA</b></p> <p style="text-align: center;"><b>COMITÊ REGIONAL DO PROLER</b> <b>VALE RIO GRANDE</b></p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">&amp;</p> <p style="text-align: center;"> <b>UBERABA</b> PARA O BEM DE NOSSA CIDADANIA</p> <p style="text-align: center;"><b>Uberaba – MG</b> 2013</p>
--	---	---

<p style="text-align: center;"><b>PROLER</b> PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À LEITURA</p> <p><b>Objetivos do Programa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita, considerando a sua importância para o fortalecimento da cidadania;</li> <li>Promover políticas públicas que garantam o acesso ao livro e à leitura, contribuindo para a formulação de uma Política Nacional de Leitura;</li> <li>Articular ações de incentivo à Leitura entre diversos setores da sociedade;</li> <li>Viabilizar a realização de pesquisas sobre livro, leitura e escrita;</li> <li>Incrementar o Centro de Referência sobre leitura.</li> </ul> <p><b>Diretrizes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Diversidade de ações e de modos de leitura manifestados: nas práticas de leituras promovidas; nos locais e instituições abrangidos; nos gêneros textuais considerados; nas atividades organizadas;</li> <li>Especificidade do ato de ler, entendendo-se que atos de leitura existem modos próprios e competências específicas;</li> <li>Articulação entre leitura e cultura, não se compreendendo a leitura fora dos contextos nos quais se expressam a riqueza da vida humana e as suas produções;</li> <li>Prioridade da esfera pública, concretizando-se ações voltadas aos interesses da maioria da população leitora e não-leitora. Como é ela que, de modo geral, concentra a maioria das ações e dos agentes de leitura -- professores das redes públicas --, deve-se pensá-la como irradiadora das práticas leitoras;</li> <li>Publicidade da leitura, enfatizando-se que ela precisa ter tema na cena social;</li> <li>Democratização do acesso à leitura, pela disponibilização de material de leitura em bibliotecas escolares e públicas, em salas de aula e em salas de leitura em locais públicos.</li> </ul> <p><b>Vertentes</b></p> <p>Para viabilizar tais diretrizes o PROLER estabeleceu 3 eixos de ação:</p> <p>Fomento e divulgação; Formação Continuada de Promotores de Leitura Pesquisa e Documentação</p> <p>O PROLER atuará, portanto, por meio de ações afirmativas, para que se criem condições de exercício da leitura, respeitando-se as diversidades culturais e sociais de um país como o Brasil. Para isso, foram definidas as seguintes ações estratégicas:</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação de uma rede nacional de incentivo à leitura;</li> <li>Cursos de formação de promotores de leitura;</li> <li>Assessoria para implementação de projetos de promoção da leitura;</li> <li>Implementação da política de incentivo à leitura na Casa da Leitura, com cursos, palestras e outras atividades;</li> <li>Criação da rede de referência e documentação em leitura;</li> <li>Assessoria para implantação de bibliotecas para crianças, e para jovens e adultos; e</li> <li>Sistema de acompanhamento e avaliação.</li> </ul> <p><b>Sede Nacional</b></p> <p>A Casa da Leitura /FENRJ, sede do PROLER, visa à implementação de políticas do Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Para isso, promove cursos, palestras, exposições, oficinas, com o objetivo de incentivar e promover a leitura, tendo reorientado suas atividades para alcançar um público prioritário: professores, bibliotecários e agentes de leitura das redes públicas.</p> <p><b>COMITÊS PROLER</b></p> <p>Nacionalmente o PROLER desenvolve ações em parceria com secretarias de cultura e de educação (municipais ou estaduais), universidades, bibliotecas, ONGs e outras instituições, estabelecendo convênios e constituindo os Comitês.</p> <p>Ha cerca de 30 Comitês do PROLER no país promovendo ações de práticas leitoras e formação de novos leitores. A promoção da leitura tem efeito multiplicador, fazendo com que novos parceiros se integrem ao Programa.</p> <p>O Comitê Regional do PROLER VALE RIO GRANDE tem sua sede no Departamento Cultural da Sec. Municipal de Educação e Cultura /PMU.</p> <p style="text-align: center;">*****</p> <p style="text-align: center;"><b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA</b> <b>METAS DE AÇÕES COM LEITURA E ESCRITA</b></p> <p>Proposições do Comitê Regional do PROLER Vale Rio Grande /MG aos Dirigentes Municipais de Educação e Cultura, Gestores Administrativos e Empresários da Microregião do VALE DO RIO GRANDE para promover a reflexão e assumir o compromisso com ações efetivas frente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A demanda de aquisição, ampliação e, posteriormente, uso de acervos de leitura tanto para as Bibliotecas Públicas como para as Bibliotecas das Escolas Públicas de Ensino Fundamental e Médio;</li> <li>A qualificação dos profissionais de Educação e Cultura para o trabalho de formação e manutenção de leitores ativos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>À implantação e reestruturação dos espaços de leitura em cada município para a democratização do acesso a bens culturais, principalmente, o livro.</li> </ul> <p><b>CRONOGRAMA PREVISTO 2013:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>PROLER na Comunidade - Março a Novembro</li> <li>TRUPES DE LEITURA - Rede Mun. de Ensino de Uberaba</li> <li>XVI Encontro Reg. do PROLER - Junho</li> <li>V FESTA LITERÁRIA de Iturama - Setembro</li> <li>Era uma vez... Leitura, Artes e Artimanhas - VI edição (PROLERZINHO) - outubro</li> <li>DIA NACIONAL DA LEITURA - 12/10</li> <li>WORKSHOP de programas e ações de incentivo à leitura</li> <li>SEMINÁRIOS Regionais de Leitura - municípios integrantes</li> <li>Encontro Nacional do PROLER</li> </ol> <p><b>OUTRAS AÇÕES DO COMITÊ:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Assessoria para aquisição /ampliação de acervos de literatura e dinamização das ações leitoras nos municípios integrantes do comitê, especialmente para bibliotecas e salas de leitura.</li> <li>Implantação de Bibliotecas Comunitárias.</li> <li>Parceria na organização e realização de excursões culturais para visita-guiada a feiras, bienais e espaços de leitura e cultura (Parceria com a UNIPAC).</li> <li>Participação no processo de implantação e atuação dos Planos Municipais do Livro e Leitura dos municípios interessados e integrantes do comitê.</li> <li>Participação específica da Coordenação do Comitê:       <ol style="list-style-type: none"> <li>Reuniões do Conselho Consultivo do PROLER / Casa da Leitura /FEN (como representante eleito pelos comitês).</li> <li>Planejamento integrado, para o Encontro Nacional do Livro e Leitura.</li> <li>Curso de Formação de Agentes Mediadores pelo Programa Cidadania e Leitura /PROLER.</li> <li>Implantação e implementação de uma política Regional e Municipal de Leitura.</li> </ol> </li> </ul>
--	--	---

**Anexo 06: Documentos para uso da SEMEC orientação sobre Baixa Visão as Unidades**

## Municipais de Ensino.



**UBERABA**  
PARA O BEM DE NOSSA GENTE

**DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E DIVERSIDADE**

**Acompanhamento dos alunos com suspeita de Baixa Visão**

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_.Nº Cartão do SUS: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_ Turma/série: \_\_\_\_\_

Laudos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Médico Oftalmologista: \_\_\_\_\_

Casos de Deficiência Visual na família? \_\_\_\_\_

<b>Data da visita</b>	<b>Profissional orientado</b>	<b>Atividade desenvolvida</b>	<b>Encaminhamento</b>	<b>Observações</b>

**Orientações:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Dulceana Pereira  
Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade



DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E DIVERSIDADE

**Parecer Pedagógico em Estimulação Visual**

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_.Nº Cartão do SUS: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. Telefone: \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_ Turma/série: \_\_\_\_\_

Laudo: \_\_\_\_\_

Médico Oftalmologista: \_\_\_\_\_

Casos de Deficiência Visual na família? \_\_\_\_\_

Encaminhamentos: \_\_\_\_\_

**Testes aplicados:**

- Paralelismo:

- Acuidade Visual:

- Campo visual:

- PPC – Ponto Próximo de Convergência:

- Visão Cromática:

- Interpretação de cenas:

- Iluminação e contraste:

**Situação atual:**

---

---

---

**Adaptações necessárias:**

---

---

**Aspectos e comportamentos visuais que podem ser trabalhados:**

---

---

---

---

---

---

<b>Exercícios visuais programados</b>	<b>Atividades compatíveis</b>

Data : \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ .

---

Dulceana Pereira  
Departamento de Inclusão Educacional e Diversidade